



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CARLOS DANIEL DA SILVA SANTOS**

**OS CAMINHOS DA VIOLÊNCIA LETAL COM MOTIVAÇÃO LGBTFÓBICA  
NO ESTADO DO PIAUÍ 2018- 2021**

**FORTALEZA**

**2022**

CARLOS DANIEL DA SILVA SANTOS

OS CAMINHOS DA VIOLÊNCIA LETAL COM MOTIVAÇÃO LGBTFÓBICA  
NO ESTADO DO PIAUÍ 2018- 2021

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: sociologia da violência e dos conflitos sociais

Orientador: Prof. Dr. César Barreira

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S234 Santos, Carlos Daniel da Silva.  
Os Caminhos da violência letal com motivação LGBTfóbica no Estado do Piauí 2018-  
2021 / Carlos Daniel da Silva Santos. – 2022.  
151 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. César Barreira .

1. Violência. 2. crime letal. 3. preconceito. 4. LGBTfobia. 5. sexualidade. I. Título.

CDD 301

---

CARLOS DANIEL DA SILVA SANTOS

OS CAMINHOS DA VIOLÊNCIA LETAL COM MOTIVAÇÃO LGBTFÓBICA  
NO ESTADO DO PIAUÍ 2018- 2021

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.  
Área de concentração: sociologia da violência e dos conflitos sociais

Aprovada em: 01/04/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. César Barreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Roberto Marques  
Universidade Regional do Cariri (URCA)

“O problema com a questão de gênero é que ela dita como nós devíamos ser ao invés de reconhecer como nós somos. Imagine como seríamos mais felizes, o quão livres seríamos para sermos nós mesmos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero”.  
Chimamanda Ngozi Adichie

## AGRADECIMENTOS

No percurso da produção deste trabalho, muitos foram os desafios. Sem a ajuda, a força, o carinho de pessoas especiais, não teria forças para a conclusão deste trabalho. Tenho muito a agradecer a cada uma e a cada um que direta ou indiretamente contribuiu para que a realização deste trabalho fosse possível.

Quando iniciei o mestrado muitos eram os planos e muitos eram os sonhos. Pareceu por muito tempo um sonho muito distante fazer um mestrado, ainda mais em outra cidade. Quando fui para fortaleza em janeiro de 2020 levei na bagagem um mundo de expectativas e de desafios. O começo não foi fácil, o que eu tinha planejado não deu certo, algumas lágrimas caíram do rosto, pensar em desistir mesmo antes de começar passou muito por minha cabeça. Logo depois, veio a pandemia que acabou mudando ainda mais os planos.

Nessa jornada de muitos desafios, gostaria de agradecer muito a pessoas especiais que foram essenciais nessa jornada. Agradeço de forma especial a minha mãe, Almerinda da Silva Santos, e ao meu pai, José Carlos Carvalho dos Santos, por serem fonte de inspiração, por suas lutas incansáveis para que eu pudesse ter acesso à educação. Sem os sacrifícios que eles fizeram durante toda a vida, limpando o chão para que as pessoas pudessem passar, eu nunca teria conseguido entrar em um curso superior. Meus pais são a minha fonte de força para continuar e o meu alicerce. Agradeço também de forma especial a minha avó materna, Balbina Pereira da Silva, por sempre me incentivar a buscar sempre mais e a lutar por todos os meus objetivos.

Agradeço também de forma especial a meus amigos e minhas amigas que sempre me ajudaram a acreditar e sempre me incentivaram muito, nesse grupo de amigos vou agradecer de modo especial a Ariadine Cristine e Maria Paula, minhas companheiras de graduação. Com quem tenho compartilhado os desafios da vida de pós-graduando. Cada conversa, cada sorriso dentro e fora da universidade foi de grande importância. Cada um e cada uma de vocês foram essenciais nesse processo de crescimento e de desenvolvimento intelectual.

Nessa caminhada na Universidade Federal do Ceará, tenho muito a agradecer as secretárias Lorena e Socorro, apesar do pouco contato

pessoalmente, desde a matrícula, muitas foram as dúvidas e muitas foram as perguntas e eles foram uma fonte de acesso afetivo as informações. Quando pensei em desistir na primeira semana de aula por não ter conseguido bolsa e não ter como me sustentar por muito tempo em Fortaleza, foram as palavras de incentivo delas que me fizeram não trancar o curso. Sinto-me honrado por fazer parte deste programa e agradeço por cada ajuda. É fundamental agradecer os professores Cristian Paiva e Roberto Marques que fizeram parte da banca de qualificação e que as contribuições foram essenciais para a construção dessa pesquisa. Agradeço também ao professor Luiz Fábio Paiva, que por mais que nunca o tenha visto pessoalmente, suas aulas de metodologia de pesquisa, disponibilizadas no Youtube, foram fundamentais para nortear pontos como objeto, método, que técnicas usar e como formular uma pesquisa.

Por fim, agradeço de forma mais que especial ao meu orientador Prof. Dr. César Barreira, o qual não tive também a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas que antes de ser designado como meu orientador eu já admirava por ter conhecido ele nas lives promovidas pelo Laboratório de Estudo da Violência (LEV), no início da pandemia. Sem dúvidas, ser orientado por um profissional de tamanho gabarito como o professor César acrescenta muito a minha vida pessoal e acadêmica. Suas orientações foram fundamentais para meu aprimoramento como cientista social. Sem sua ajuda, conselhos, paciência, dedicação e sem a sua orientação nesse processo, nada disso teria sido possível. Por isso, agradeço imensamente a sua ajuda e te desejo muita paz e muita luz.

## RESUMO

O presente trabalho buscou construir um quadro de análise que explicasse os contornos e os caminhos da violência letal com motivação LGBTfóbica no Estado do Piauí, o que se denomina nesta pesquisa como crime por preconceito de gênero. Para tanto, utilizou-se os relatos sobre crimes contra a população LGBTQIA+, produzidos pelos jornais e portais de notícias on-line, pretendeu-se entender de que modo esse tipo específico de violência se estrutura, quem são as vítimas preferencias desse tipo criminal. Estão presente nessa pesquisa somente relatos de crimes letais, outros tipos criminais não foram abordados, tendo em vista que o objetivo da pesquisa foi buscar entender as formas e os modos como esses crimes com motivação LGBTfóbica se configuram, seus contornos, a forma como atinge as vítimas e quem são essas vítimas da violência LGBTfóbica no Estado do Piauí. Foram analisados crimes que aconteceram entre os anos de 2018-2021, no Estado do Piauí. O processo de construção das questões de reconhecimento, visibilidade e garantia de direitos da população LGBTQIA+ está acompanhado do aumento significativo dos índices de violência. Sendo, pois, necessário entender os caminhos e os contornos da violência motivada por preconceito nos crimes praticados no Estado. Em linhas gerais, nossas reflexões se filiaram às perspectivas já clássicas dos estudos sobre poder, sexualidade e gênero, operacionalizando os conceitos de violência, crime por preconceito e violência LGBTfóbica.

Palavras-chaves: Violência; crime letal; preconceito; LGBTfobia; sexualidade; gênero.



## **ABSTRACT**

The present work sought to build an analysis framework that explained the contours and paths of lethal violence with LGBTphobic motivation in the State of Piauí, which is called in this research as a crime due to gender prejudice. For this purpose, reports on crimes against the LGBTQIA+ population, produced by newspapers and online news portals, were used, in order to understand how this specific type of violence is structured who are the preferred victims of this criminal type. Only reports of lethal crimes are present in this research, other criminal types were not addressed, given that the objective of the research was to seek to understand the forms and ways in which these crimes with LGBTphobic motivation are configured, their contours, the way in which they reach the victims and who are these victims of LGBTphobic violence in the State of Piauí. Crimes that happened between the years 2018-2021 were analyzed. In the State of Piauí, the process of building the issues of recognition, visibility and guaranteeing the rights of the LGBTQIA+ population is accompanied by a significant increase in violence rates. Therefore, it is necessary to understand the paths and contours of violence motivated by prejudice in crimes committed in the State. In general terms, our reflections were affiliated with the already classic perspectives of studies on power, sexuality and gender, operationalizing the concepts of violence, crime by prejudice and LGBTphobic violence.

Keywords: violence; lethal crime; prejudice; lgbtphobia; sexuality; gender.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Corpo de Makelly em Teresina .....	16
Figura 2- Ambulatório de Saúde Makelly Castro.....	18
Figura 3-Cena do crime de Maria Eduarda .....	55
Figura 4- Cena do crime de Paola Araújo.....	60
Figura 5-Notícia da morte de Paola .....	62
Figura 6- cena do assassinato de Lupita.....	64
Figura 7- prisão do acusado de assassinato de Lupita .....	65
Figura 8- imagens de Gilson Melo .....	69

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados dos assassinatos de pessoas trans no Brasil (2008-2020).....	32
Gráfico 2 – Número de denúncias contra pessoas LGBTQI + NO Brasil (2011-2017) .....	33
Gráfico 3 – Número de denúncias de lesão corporal contra pessoas LGBTQI+ segundo o Disque 100 Brasil (2011-2018) .....	34
Gráfico 4 – Brasil: Número e taxa de homicídio (2007-2017) .....	98
Gráfico 5 – Brasil: Perfil de pessoas homossexuais e bissexuais vítimas de violência por orientação sexual, por faixa etária (2019) .....	99
Gráfico 6 – Brasil: Perfil de pessoas trans e travestis vítimas de violência, por faixa etária (2019) .....	100

Eu determino que termine aqui e agora. Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo. Determino que termine em nós e desate. E que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas. Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções. E que eu possa viver nelas, através delas e em suas memórias. (Linn da Quebrada)

Dedico este trabalho a todas as vítimas da  
LGBTfobia no Estado do Piauí, em especial a  
Makelly, Maria Eduarda, Paola, Lupita, Gilson  
e Walter

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1 O que se entende por LGBTFOBIA: buscando definições.....	23
1.2 O que apontam os dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+ .....	27
1.3 Por que o Piauí foi escolhido como campo de pesquisa?.....	36
1.4 Percorrendo caminhos: a metodologia da pesquisa, os desafios e as notícias.....	38
1.5 Como esta dividida essa dissertação.....	51
<b>2 REGISTRANDO AS MORTES: O RELATO SOBRE OS CRIMES E AS VÍTIMAS DA LGBTFOBIA NO PIAUÍ</b> .....	53
2.1 Maria Eduarda: quando o destino é interrompido .....	54
2.2 Paola Araújo: um corpo(in)desejado nas ruas .....	58
2.3 Lupita: quando a vida termina antes de começar.....	63
2.4 Gilson Melo: quem chora sua morte? .....	66
2.5 Walteres Peixoto: deixado na sarjeta.....	69
2.6 O que é possível dizer sobre as vítimas: traçando perfis.....	71
2.7 Pensando as noticiais, repensando os crimes: quem noticia a morte?... 75	
<b>3 VIOLÊNCIA, CRUELDADE E CRIMES LETAIS: CAMINHOS PARA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NO PIAUÍ</b> .....	83
3.1 A violência contra a população LGBTQIA+: quando o privado se torna uma questão política .....	101
<b>4 A PRECARIZAÇÃO DA VIDA LGBTQIA+: SEXUALIDADE E GÊNERO COMO MECANISMOS DE CONTROLE</b> .....	109
4.1 Um dispositivo chamado sexualidade: o controle sobre o corpo e as formas de eliminação .....	110
4.2 O gênero e as marcas da vida: rompendo as normas .....	127
4.3- Olha lá mais um corpo no chão .....	135

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>Referências bibliográficas</b> .....	146

## 1-INTRODUÇÃO

No dia 18 de julho de 2014, uma travesti é encontrada morta nas primeiras horas do dia, na zona sul de Teresina, capital do Piauí. O corpo foi encontrado por um empresário que chegava para abrir o seu galpão de produção, no Distrito Industrial, o corpo estava despido e tinha uma camisa enrolada em seu pescoço. A vítima era Makelly Castro, tinha acabado de completar 24 anos e trabalhava com prostituição em um ponto no centro da cidade.

O laudo do Instituto Médico Legal (IML) apontou que Makelly foi morta por asfixia mecânica, o corpo dela estava cheio de hematomas, mas a causa da morte foi a asfixia. O fato de a vítima estar sem roupas não foi apontado no laudo. O caso aconteceu após Makelly sair para um programa em um carro palio vermelho e não retornar ao local para buscar sua motocicleta, o que preocupou as colegas que acionaram a polícia. A vítima estava desaparecida a quatro dias quando o seu corpo foi encontrado. Outras travestis que trabalhavam no local reconhecerem o carro de um caso anterior de agressão e anotaram a placa mesmo antes da notícia de que a travesti teria sido morta.



Figura 1-Corpo de Makelly em Teresina. Fonte: <https://cidadeverde.com/noticias/168291/travesti-e-encontrada-enforcada-em-rua-na-zona-sul-de-teresina>. Acesso em 21/09/2021



No dia 28 de agosto de 2015, mais de um ano depois, o professor e jornalista Luís Augusto Nunes é preso na zona norte da capital. Segundo o delegado responsável pela investigação, os depoimentos e o reconhecimento das testemunhas que anotaram a placa do carro, levaram até o acusado. Ele chegou a depor durante as investigações e negou envolvimento no crime. Um ponto a ser destacado sobre o acusado é o fato dele ter postado em suas redes sociais fotos com cartazes com mensagens que pediam o fim da homofobia.

O acusado foi a julgamento em outubro de 2017, por 4 votos a 3 o conselho de sentença absolveu o acusado, mesmo tendo reconhecido a autoria do crime por parte de Luís. O Ministério Público recorreu da decisão em março de 2019, o tribunal de justiça manteve a absolvição do professor. O caso de Makelly por mais que tenha um suspeito identificado e considerado culpado pela justiça tem uma sentença no mínimo estranha que é a absolvição do acusado.

Em janeiro de 2020, em Teresina, o governo do Piauí inaugurou o primeiro ambulatório com atendimento voltado para travestis e transexuais do Piauí. O ambulatório é composto de endocrinologista, que fará o acompanhamento com relação a medicação, ginecologista e urologista para atender todas as necessidades. O serviço também é composto por atendimento social e psicológico. Após os atendimentos iniciais, os pacientes serão encaminhados para os setores especializados necessários. Esse ambulatório recebeu no nome de Makelly, dadas as condições de sua morte e a ausência durante toda a vida de meios sociais para garantir sua existência. Apesar de não ter o seu algoz punido da maneira correta, a memória de Makelly permanece na luta pelo fim da LGBTfobia.



Figura 2- Ambulatório de Saúde Makelly Castro. Fonte: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/1/29/ambulatorio-makelly-castro-vai-atender-a-populacao-trans-no-hgv-470828.html>. Acesso em 21/09/2021

Começo esta dissertação com o caso de Makelly Castro, por ser talvez um dos primeiros casos de transfobia e lgbtfobia que me atravessam de modo mais próximo durante a vida. Em 2014, estava no último ano do Ensino Médio em uma escola no centro da cidade, próximo à praça em que Makelly fazia ponto. Lembro dos protestos, dos cartazes pedindo justiça e o fim da violência contra travestis. Quando o suspeito é identificado, esse caso me atravessa, agora já na universidade, o suspeito é figura comum nos corredores do campus, nas praças dos centros de ensino. Com a ampla divulgação jornalística, o assassinato de Makelly faz com que reflexões sobre violência, travestilidade, adentre os lares do Estado e relava um problema social a ser encarado.

Casos como o de Makelly infelizmente não são raros. A vida travesti é permeada por precariedades. Para Flávia Haydeé Lopes (2020) a estrutura precária da vida das travestis não se dá somente no momento de suas mortes ou apenas na esfera policial e no caso de Makelly, judicial também. “A precariedade das vidas travestis é uma condição imanente e constante, acontece na mesma medida em que a identidade travesti se constrói.” (p.108) Ao divergir da heteronorma vigente, e consequentemente perdendo a sua inteligibilidade com o gênero e sexualidade normatizados, esse corpo passa ser um alvo constante.

A sexualidade um instrumento de controle, ela é responsável por estabelecer uma espécie de fronteira, dividindo assim as práticas sexuais "bem-

educadas" e as demais práticas. A Heteronormatividade se caracteriza pelo controle das práticas consideradas bem-educadas. Para Berenice Bento (2010) o gênero se caracteriza nas estruturas jurídicas, médicas, linguísticas, domésticas, escolares etc. como uma tecnologia <sup>1</sup> social heteronormativa, e essas instituições produzem "corpos homens" e "corpos mulheres" (BENTO, 2010, p.8).

As teias que ligam o caso de Makelly com os demais casos presentes nesta dissertação, revelam tecidos sociais submersos em disputas, tensões, continuidades e interrupções. Unem e separam vítimas de um mesmo tipo criminal, mas que se caracteriza por meio de uma violência difusa, que atinge tais corpos de modos distintos, mas carregado de ódio.

Diante desse cenário, o presente trabalho buscou construir um quadro de análise que explicasse os contornos e os caminhos da violência letal com motivação lgbtfóbica no Estado do Piauí, o que se denomina nesta pesquisa como crime por preconceito de gênero. Pretendeu-se entender de que modo esse tipo específico de violência se estrutura, a partir dos relatos jornalísticos sobre os crimes. Assim, o objeto de pesquisa deste trabalho foram os crimes letais com motivação lgbtfóbica noticiados em jornais eletrônicos no Estado do Piauí.

O percurso desta pesquisa é um caminho tropeçante, o objeto, as perguntas, o método, foi mudando e realocando. Quando entrei no mestrado em fevereiro de 2020, tinha como objeto a estruturação do Pacto Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia no Estado do Piauí. A intenção era estudar políticas públicas de segurança para população LGBTQIA+ no Estado do Piauí, sua implementação e efetividade.

Logo no início do mestrado, a pandemia da Covid-19 fez com que as aulas fossem suspensas. O que era para ser 15 dias, perdurou por meses e nesse período de isolamento e ainda sem as aulas remotas, a companhia mais próxima foram as leituras e os estudos. Um dos primeiros problemas encontrados no projeto anterior foi que ele ignorava de modo substancial as pessoas que seriam beneficiadas com as políticas públicas.

Foi nesse olhar para as pessoas que necessitavam das políticas públicas, que os crimes começaram a me atravessar. Ao pesquisar sobre crimes contra travestis, homossexuais, transexuais, as notícias me afligiam de um modo muito

intenso. Foi quando este trabalho surgiu. Para mim, naquele momento era mais urgente entender por que mesmo com avanço da luta contra o preconceito, ainda existiam tantos crimes contra a população LGBTQIA+.

Assim, estabelecemos para esta pesquisa o objetivo primordial de entender as formas e os modos como esses crimes com motivação lgbtfóbica se configuram, seus contornos, a forma como atinge as vítimas e quem são essas vítimas da violência LGBTfóbica, uma vez que esses crimes atacam diretamente a formas de viver e praticar a sexualidade, e se configura como estruturas de coerção e de exclusão que perpetuam dentro do tecido social. Sendo necessário então, instrumentalizar tal fato para que se possa entender como os discursos e os atores se articulam dentro da estrutura social.

Esta pesquisa nesse sentido, é antes de qualquer coisa, uma experiência de imersão nas notícias, tais notícias produzem no pesquisador uma série de tristezas, angústias, que conduzem o conhecimento e o processo de escrita. O contato com cada matéria jornalística que noticiava a morte, quase sempre brutal e sem direito a defesa de uma pessoa LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual) no Piauí, afirmou o compromisso com a defesa dos direitos humanos desta parcela da população.

Para a construção desta pesquisa, foi feito um mapeamento da violência por preconceito, buscando nos jornais digitais de circulação estadual e nacional as notícias de casos de violência letal com caráter lgbtfóbico. Esta pesquisa se faz no cruzamento de teias entre os estudos sociológicos relativos as questões de gênero e sexualidade, assim como, com o suporte dos estudos de violência e crime para que possa compreender de que modo a violência LGBTfóbica é estruturada.

Para tanto, é fundamental delimitar os anos em que tais crimes aconteceram. Nesta pesquisa, serão analisados crimes que aconteceram entre os anos de 2018 e 2021. Tal intervalo de tempo não foi selecionado de modo aleatório, dado que em 2018 o Governo Federal lançou um Pacto nacional de combate a LGBTfobia e em 2019, através da ADO 26 (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão) o STF (Supremo Tribunal Federal) enquadrar atos de homofobia e transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989), até que o Parlamento edite lei sobre a matéria.

Esse intervalo de tempo marca uma revolução na legislação sobre os crimes com caráter lgbtfóbico. Mas, como traçado na hipótese desta investigação, consideramos que a criminalização da lgbtfobia não alterou o modo como a violência com motivação lgbtfóbica se configura no Estado do Piauí, uma vez que ela é marcada por traços profundos da história, tendo como base o sexismo, o machismo e a violência. Por mais que se possa observar avanços como o do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo<sup>1</sup>, aumento do ingresso de transexuais no mercado de trabalho<sup>2</sup> e universidade, quando se fala especificamente em crimes não é possível observar uma mudança tão rápida. Assim, a análise desses assassinatos buscou compreender de que modo as representações e as tecnologias do poder hegemônico possibilitaram a consolidação de tal ordem social.

Segundo o Ministério de Direitos Humanos (2018), o objetivo do Pacto era promover e articular ações que combatam a violência LGBTQI+ no Brasil, visando o respeito à dignidade e diversidade humana. Assim, os Estados assinaram tal pacto se comprometendo a articular políticas de combate à violência. No que toca especificamente ao fenômeno da violência nos anos de 2018 a 2021, não é possível observar uma diminuição significativa nos números de casos.

O que relatórios e mapas da violência apontam muitas vezes é ausência de um sistema eficaz<sup>3</sup> para mapear esses crimes, assim como, a ausência de tecnologias e pessoal qualificado nas delegacias para computar tal forma de violência, e muitas vezes a negligência estatal estruturada de muitos modos. De fato, não é correto pontuar que só houve pioras no que tange aos direitos, avanços são visíveis, com Estados e municípios estruturando planos estaduais e municipais de combate à violência e criando centros de referência na questão LGBTQI+.

---

<sup>1</sup> recorde de casamentos homoafetivos. In. <https://queer.ig.com.br/2021-11-19/2021-tera-recorde-de-casamentohomoafetivo..>

<sup>2</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/emprego-para-pessoas-trans-o-lento-avanco-no-mercado-de-trabalho/>

<sup>3</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-dados-oficiais-dificulta-solucao-de-crimes-contrahomofobia-1-22317485>

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/08/31/atlas-da-violencia-2021-faltam-dados-sobre-populacao-lgbtqi.htm>

Desse modo, tal recorte temporal buscou analisar os assassinatos que ocorrem mesmo após avanços nas políticas públicas de combate à violência. Tais períodos conjunturais revelam uma sociedade marcada pelos preconceitos em relação a população LGBTQIA+. Tais preconceitos dificultam muitas vezes até mesmo o acesso aos dados, uma vez que, até mesmo delegacias especializadas para tratar de tais violências, não possuem as estruturas adequadas para tal procedimento.

Maria Duenãs (2012, p. 176), pontua que tratar de questões estruturais como a violência, e nesse caso específico a violência motivada por preconceito sexual e de gênero, move com mecanismos muito enraizados. Tal problemática atinge de modo direto as formas como os atores sociais conduzem suas vidas e materializam os seus preconceitos, o que torna a pesquisa sobre violência de gênero e sexualidade uma questão em meio a grandes conflitos e debates.

A teia condutora desta pesquisa são os constantes crimes de LGBTfobia que acontecem em nível nacional de modo muito intenso e que carregam as marcas da desigualdade social muito presente no itinerário de vida das vítimas desse tipo criminal. Conduz também esta pesquisa a necessidade de buscar caminhos que possam barrar a perpetuação da violência lgbtfóbica.

E é nessa encruzilhada que a hipótese dessa investigação é formulada. Consideramos que os crimes de LGBTfobia tem sua origem na dominação masculina e no modo como as desigualdades sociais são reproduzidas, construindo assim corpos abjetos, que são alvos constantes da violência e da crueldade, por não se encaixarem na heteronormatividade vigente que é construída como único caminho. É fundamental pontuar que os corpos aqui entendidos como abjetos, são aqueles que não possuem dentro da estrutura social possibilidade de sobreviver sem o acesso constante a violência e que não possuem a garantia mínima de direitos fundamentais.

Direcionamos o nosso problema de pesquisa para o modo como o crime acontece, quem era a vítima, e como esse crime foi tratado, com a finalidade de compreender de que modo a LGBTfobia se configura e de que forma tal mecanismo de controle é estruturado.

Pois, o modo como gênero, sexualidade, identidade é compreendido e estruturado por uma sociedade acaba por delimitar o modo como os corpos são

compreendidos e codificados. Assim, discursos são montados para estruturar o agir/fazer dos corpos e possibilitar sua inteligibilidade ou não.

Assim, a presente pesquisa parte de um compromisso total e direto com a defesa dos direitos da população LGBTQIA+, por entender que a ausência de políticas públicas efetivas que garantam e assegurem a dignidade dessa população que são constantemente protelados na sociedade brasileira. Existe um apagamento organizado de tal população, esse apagamento é vivido tanto no meio político, quanto no meio acadêmico.

Por essas razões, este trabalho se constitui como compromisso com a defesa da dignidade da população LGBTQIA+. Isso por entender que a violência contra essa população tem ocasionado cada vez mais vítimas ao passo que provoca sequelas em grande magnitude.

### **1.1 O que se entende por LGBTFOBIA: buscando definições**

Uma primeira aproximação necessária é a explicação dos motivos de não se utilizar para a construção desta pesquisa o termo homofobia. São muitos e constantes os debates sobre qual o termo correto para se referir a comunidade LGBTQIA+, tal sigla já passou por muitas mudanças e todas essas mudanças de acordo com Regina Facchini (2012), revelam uma relação de poder. A autora pontua que a expressão êmica “sopa de letrinhas revela uma lógica de relações de poder no campo, expressas em termos de conflito ou de aliança, relacionadas à produção, ao uso e à difusão de diferentes formulações para o sujeito político do movimento”, no caso o movimento LGBTQIA+. (FACCHINI, 2012, p. 134).

Facchini (2012), pontua que não é possível pensar o movimento LGBTQIA+ separado das relações que ele executa em seu contexto sócio-histórico. Desse modo, pensar o movimento é pensar todas as lutas travadas ao longo dos anos em buscar reconhecimento e garantia de direitos. Assim, é necessário buscar formas de englobar todas essas lutas.

Desse modo, é fundamental levar em consideração o campo de produção de tais lutas. Como pontua Bourdieu (1989), o campo é um universo social particular constituído de agentes que ocupam posições específicas, e são esses lugares ocupados que revelam as formas de interação. A noção de campo revela

um sistema social de disposição de posições sociais que a priori foram fixadas. Tal disposição, demonstra um locus da disputa entre os atores sociais em torno de interesses específicos que caracterizam o campo posto em questão, como é o caso aqui pontuado. Contudo, não se ignora o fato de o termo homofobia ter sido e ainda ser fundamental para compreender modos e formas de violência que consolidam nesse campo.

Rogério Junqueira (2007), pontua que o termo homofobia é polissêmico e revela um fenômeno que é plural, um conjunto de emoções negativas, que envolvem aversão, ódio, desprezo, medo, em relação a pessoas homossexuais ou as que assim são identificadas. Para o autor, a homofobia se revela em atos que excluem ou evitam homossexuais por conta da orientação sexual. Tal repulsa pode ser entendida como ódio generalizado.

A construção desse conceito é fundamental para a compreensão dos modos como a violência LGBTfóbica se estrutura, uma vez que, tal fenômeno carrega as mesmas marcas de ódio, desprezo, exclusão, que acabam por se transformar em diversas formas de violências presentes no cotidiano.

A homofobia se transforma em um fator de restrição de direitos, que impede o desenvolvimento pleno enquanto cidadão e que cria barreiras para o acesso a saúde, trabalho, segurança. E é nesse sentido que se entende o que se chama neste trabalho de LGBTfobia, um conjunto estruturado de ações e barreiras que dificultam o acesso pleno a cidadania e aos direitos fundamentais, que tem como motivação a orientação sexual, a identidade de gênero, a sexualidade.

Para pensar o movimento LGBTQIA+, é fundamental pensar nesse campo onde os atores estão envolvidos diretamente nos processos sociais e participam ativamente da luta pelos processos de mudanças. O movimento como um campo possui constantes disputas por ser um espaço de relação entre os indivíduos. Sendo fundamental entender o campo como uma estrutura de relações objetivas.

Uma terceira aproximação e justificativa para a não utilização do termo homofobia vem da ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão- ADO nº 26 e do Mandado de Injunção, nº 4733, que buscam a criminalização da Lgbtfobia no Brasil. Os referidos processos mencionam em seu escopo o crime de lgbtfobia, para ampliar o alcance da lei a toda a comunidade.



Desse modo, por entender que se trata de um campo de disputa e entender a necessidade de reconhecimentos dos atores envolvidos no processo, o presente trabalho irá utilizar para se referir as práticas de crimes contra a comunidade LGBTQIA+, o termo LGBTfobia, uma vez que ele é o que mais aparece nas notícias e nos relatórios que pautam tais violências.

Não se ignora o fato de o termo homofobia ter sido fundamental para se compreender múltiplas violências que atingem a comunidade LGBTQIA+ e ainda ser muito importante para pesquisas que foquem no modo como a homofobia ainda afeta a existência. Nas escolas, por exemplo, o conceito de homofobia foi fundamental para que se pudesse traçar planos e metas de combate à violência que garanta a possibilidade de acesso pleno a educação.

O fato deste trabalho optar pelo termo LGBTfobia é por entender que tal termo abraça de modo mais amplo as diversas vítimas que aparecem neste trabalho. Neste trabalho, por exemplo, como mostraram as notícias mapeadas gays, travestis e transexuais são as vítimas preferenciais da violência no Piauí. Poderia se falar em homofobia e em transfobia. Com isso, as pessoas que se identificam como travestis acabariam não sendo incluídas.

Por motivos como esse e com a intenção de incluir a maior diversidade, é que se utiliza o termo LGBTfobia. Talvez fique a dúvida de porque não se utilizar então o termo LGBTQIAFOBIA. O que se pode pontuar é a necessidade de aceitabilidade do termo. Por mais que também seja usado, como já pontuado anteriormente a legislação que criminaliza tal prática utiliza o termo LGBTfobia e sua frequência em artigos e notícias também é mais comum.

As formulações teóricas sobre homofobia pontuadas por Junqueira e por Daniel Borrillo, servem de base (com as devidas adaptações) para se compreender o que é a LGBTfobia, e de modo ela pode se transformar em uma violência letal que faz centenas de vítimas todos os anos. É fundamental destacar que as definições aqui apresentadas é uma definição possível entre as muitas que se explicam tal fenômeno. Por se tratar de um fenômeno amplo e com muitas reverberações, as definições acompanham tal realidade.

Como primeiro ponto é fundamental ressaltar que quando se fala em LGBTfobia se fala de relações de poder e processos de produção de diferenças, culturais, sociais e identitárias. Tal fenômeno se liga de modo muito íntimo como os padrões que são construídos na esfera social tendo como parâmetro os

preconceitos, as diferentes formas de discriminação tendo como motor impulsionador a dominação masculina. Essa dominação se revela tanto nas instituições como nos agentes, e são disposições duráveis.

Nesse contexto, é possível compreender a LGBTfobia como formas de hostilidade geral, que atingem as pessoas que são consideradas como desviantes do considerado “normal”. O normal se configura desse modo como o heterossexual, o que não se encaixam em tal norma acaba sofrendo com os efeitos desse tipo específico de violência.

A LGBTfobia constitui no tecido social formas operacionais de legitimar a violência na medida em que cria e atribui a determinados sujeitos uma espécie de “gênero defeituoso, “abjeto” e impõe tal condição a comunidade LGBTQIA+. Como relação e efeito do poder, a LGBTfobia desloca os indivíduos da esfera do aceitável, tais corpos são assim constantemente eliminados e sofrem diariamente coma violência por não poderem ser lidos. (LOURO, 2004,) (JUNQUEIRA,2007)

E não são lidos justamente por limites impostos pela estrutura social heteronormativa. Contra aqueles que supostamente são desviantes das normas sociais impostas, são criadas tecnologias que fazem do gênero e da sexualidade estruturas de controle sobre os corpos. A LGBTfobia opera como um mecanismo de reiteração constante que separa os corpos “normais” dos corpos “abjetos”.

Atuando em nome da heteronormatividade, a LGBTfobia cria de modo intenso e constante, formas de rejeição e de exclusão que atinge todas aquelas pessoas que não se conformam com o papel, com a expressão ou identidade de gênero impostos pela norma vigente. A heteronorma cria relações sociais assimétricas, baseadas em discriminação constante e em violência.

Assim é possível pensar a LGBTfobia como expressão da violência que se fundamenta na hetero normatividade. Que tem como motor a matriz cultural hegemônica que normativa o sexo, gênero e sexualidade como sequências da expressão da vida que não podem divergir da norma. É por meio dessa matriz que as reiterações de gênero acontecem.

Como pontua Junqueira (2007), a íntima relação que se estabelece entre a LGBTfobia e as normas de gênero é traduzida nas crenças e nas expectativas,

assim como nas hierarquias que se formulam nos mecanismos regulatórios e discriminatórios.

Como estrutura hierárquica, a dominação masculina cria uma ordem de submissão sobre o feminino ou tudo aquilo que se aproxime do feminino. E é por isso que os homens que não se encaixam na masculinidade hegemônica também sofrem com a ação desse tipo de dominação. “Assim, tanto mulheres quanto homens não viris (femininos), bem como pessoas transexuais e transgênero (homens trans e mulheres trans), estarão sujeitas/os a esse dispositivo de vigilância e controle de gênero”. (JUNQUEIRA, 2007, p. 8)

Enquanto construção ideológica a LGBTfobia tem sua existência perpetuada a partir da promoção constante da sexualidade hetero em detrimento de todas as outras, assim como da afirmação constante da identidade cis gênero como a única possível. O que organiza uma hierarquização sobre os corpos que pode ser vista nos constantes atos de violência e nos crimes letais como os revelados nesta pesquisa.

Assim, a LGBTfobia se configura a partir da criação de mecanismos de exclusão e de hierarquização que subjuga corpos tidos como desviantes a sistema de inferiorização da existência. É um crime, normatizado e normalizador que tem suas bases e sua manutenção firmada na heteronormatividade que exclui qualquer outra performatividade de gênero que não possa ser lido por meio dessa norma.

## **1.2 O que apontam os dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+**

Antes de apontar alguns dados sobre a violência LGBTfóbica no Brasil é fundamental lembrar que a LGBTfobia é crime no Brasil. Tal criminalização é recente, no dia 13 de junho de 2019, após mais de quatro meses de julgamento o Supremo Tribunal Federal (STF) chegou a um veredito. Por oito votos a três, a suprema corte decidiu que a homofobia e a transfobia se tornariam crimes.

É importante ressaltar que tal mudança na legislação chega com um enorme atraso e só é possível por conta da luta dos grupos de ativismo LGBT, feministas, negros e de partidos aliados da causa. O resultado dessa votação é

marcado pela comemoração de um lado por conta da conquista de direitos tão fundamentais e por resistência de outro por parte de grupos conservadores.

Por mais que represente uma conquista e mudança fundamental na legislação brasileira, a criminalização da LGBTfobia por si só não é capaz de alterar de modo rápido a estrutura dos crimes. A história antes já criminalizava não a LGBTfobia e sim os LGBT's, classificados como dissidentes sexuais, corpos "abjetos", principalmente travestis, negros e pobres, que são as maiores vítimas desse sistema de opressão<sup>4</sup>.

Os dados que se seguem revelam marcas dessa estrutura de discriminação e violência, que ainda persiste, mas que com a avanço de políticas públicas como a criminalização da LGBTfobia, podem ser mapeadas e assim criar mecanismos de mudança.

As marcas dos atos de violência contra a sexualidade e contra o gênero são fortes na história do Brasil. Até mesmo nas escolas essas violências são presenciadas constantemente, devendo ser esse local de acolhida. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016, de acordo com as experiências de alunos LGBT entrevistados, 27% afirmaram ter sofrido agressão na escola, 73% foram xingados por conta de sua orientação sexual. Além disso, 68% foram agredidos verbalmente no ambiente escolar devido à identidade ou expressão de gênero, e 25% foram agredidos fisicamente pelo mesmo motivo.

O avanço do conservadorismo<sup>5</sup> com medidas como o projeto "Escola sem partido" que promovem constantes ataques, especialmente as questões de gênero, e ao que tais medidas denominam de "ideologia de gênero", demonstram como essas questões estão no centro do debate social. Por razões como essa, o interesse desta pesquisa se firma na compreensão de como se estrutura a violência em uma sociedade que avança cada vez mais de modo paradoxal, por um lado a consolidação dos direitos e por outro o avanço dos ataques violentos.

---

<sup>4</sup> <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/15/negros-sao-alvo-de-metade-dos-registros-de-violencia-contr-a-populacao-lgbt-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>.

PACHECO, Diego. Direitos trancados no armário: LGBTFobia e racismo no Brasil. Anuário Brasileiro de segurança pública, 2021

<sup>5</sup> Ferreira, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. Lutas Sociais, São Paulo, vol.20 n.36, p.166-178, jan./jun. 2016.

Existe uma enorme dificuldade em mapear a violência contra a população LGBTQIA+, dado a desestruturação e o despreparo do próprio sistema de justiça, as secretarias de segurança, assim como as delegacias. Contudo, o atlas da violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos anos de 2019 e 2020, divulgou sessões inéditas no relatório sobre os dados da violência Lgbtfóbica no Brasil, além de trabalhos intensos de movimentos sociais que mapeiam esses dados para traçar planos de combate à violência.

Essas pesquisas e os relatórios que mapeiam de que modo a violência praticada contra LGBTQIA+ vai se estruturando e se consolidando no itinerário social, encontram muitas barreiras uma vez que nem sempre existiu uma legislação específica para qualificar os crimes de homotransfobia, além do despreparado dos grupos policiais em qualificar os crimes de tal natureza.

Muitos foram os esforços e lutas de diversas entidades e movimentos sociais para que se tivesse uma legislação específica para criminalizar os atos Lgbtfóbicos, o que só foi concretizado (pelo menos até que o congresso coloque a temática em pauta) com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF pelo Supremo Tribunal Federal.

Tal ação enquadra os atos lgbtfóbicos como crime de racismo nos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 7.716/89, até que seja promulgada lei específica para criminalização dessa conduta pelo Congresso Nacional. Ademais, o STF determinou que, em casos de homicídio doloso, a identificação de Lgbtfobia deve ser considerada circunstância qualificadora do crime, por configurar motivo torpe. (FGV, 2020).

Apesar da dificuldade de mapear a violência contra tal população o atlas da violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos anos de 2019 e 2020, produziu sessões inéditas no relatório sobre os dados da violência lgbtfóbica no Brasil. Os relatórios apontam a dificuldade de organizar dados relativos à questão de identidade de gênero e orientação sexual nos censos oficiais e, ainda, inclusão de variáveis para se aferir esse tipo de violência nos registros de ocorrência policial.

Antes dos mapas produzidos, o Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013, apresenta um quadro amplo com números da violência espalhados pelo território. Um ponto a ser destacado sobre esse relatório é que ele foi produzido pelo próprio Governo Federal e divulgado em 2016. O relatório

analisou dados produzidos a partir de denúncias ao poder público e as veiculadas nas mídias referentes a violações de direitos humanos, cometidas contra a população LGBTQIA+ em todo o território brasileiro, durante o ano de 2013.

Para o relatório, as violações dos direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que atingem de modo preferencial a população LGBTQIA+, é formulada por um conjunto de ações que envolvem diferentes espécies de abusos e discriminações e costumam ser agravadas por outras formas de violências, ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça ou cor, deficiência e situação financeira. Como apontado como capítulo 2 desta dissertação, ao pensar nas vítimas da LGBTfobia, não é possível ignorar fatores como raça e classe.

O relatório alerta para o fato de existir um sub registro nos dados, e que isso faz com que os dados apresentados possam representar somente uma pequena parcela do real, uma vez que muitos casos não são denunciados, nem notificados. Ao pensar esses dados é fundamental indagar que ausência de mecanismos que possam mensurar a ação da violência lgbtfóbica, pode ser uma ponte para a perpetuação do problema.

Ainda segundo o relatório, é possível observar que somente em 2013 foram registradas 1.695 denúncias relacionadas a essa parcela da população, esse número é 44,1% menor que o do ano de 2012. Apesar de menor, o relatório alerta para o fato de esse número não representar uma diminuição na violência, uma vez que o número de vítimas é bem superior ao número de denúncias e o segundo ponto é quantidade de casos subnotificados, como já apontado antes. A violência enquanto fenômeno, é rodeada de muitas nuances e mesmo em casos de violações graves podem ocorrer fatores como a naturalização da violência ou a auto culpabilização, como aponta o relatório.

Outro ponto destacado pelo relatório que se faz importante para esta pesquisa é a divisão de vítimas por sexo biológico. Nesse relatório de 2013 a grande maioria das denúncias são sobre vítimas do sexo biológico masculino, elas representam 73% dos casos. Tal fator é também observado nesta pesquisa, se levar em consideração somente o sexo biológico, todas as vítimas encontradas a partir de matérias vinculadas em jornais do Piauí são do sexo masculino. Esse dado é fundamental para a construção da análise que se segue,

uma vez que esse marcado de sexo e de gênero vai aparecendo em todas as notícias.

Em algumas das notícias aparecem as marcas do masculino de modo muito presente e junto dessa etiqueta de homem aparece uma marca de orientação sexual. Ao invés de pontuar transexual morta, ou travestir assassinada, aparece: homem gay morto a facadas dentro de casa pelo padrasto. Tal forma como a notícia é construída é importante para se compreender o modo como esse corpo é enxergado.

Esse dado é fundamental para pensar, por exemplo, a trajetória de vida e morte do seguimento T. A população travesti é a mais vulnerabilizada, quando se interpõe fatores, como gênero, raça e classe. Para o Transgender Europe's Trans Murder Monitoring - TMM (TGEU, 2016), 50% das mortes de transexuais do mundo ocorreram no Brasil. Esse dado assustador pode ser também revelado por meio dos dados divulgados no Mapa dos Assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017 (ANTRA, 2018), segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), ocorreram 179 Assassinatos de pessoas trans, sendo 169 travestis e mulheres transexuais e 10 homens trans. Desses casos, apenas 18 tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos.

No Dossiê: assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019, produzido por Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2020), os dados são semelhantes aos divulgados pela ANTRA em anos anteriores. Segundo o dossiê: No ano de 2019, foram confirmadas informações de 124 assassinatos de pessoas Trans, sendo 121 Travestis e Mulheres Transexuais e 3 Homens Trans. Desses, encontramos notícias de que apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados, o que representa 8% dos dados, e que apenas 7% estão presos. Apesar da aparente diminuição dos casos, as autoras alertam para o fator já anteriormente citado que é a dificuldade do registro das ocorrências. Para elas, por muitas vezes os órgãos de segurança pública são hostis no atendimento e acolhimento de denúncias feitas pela população LGBTQIA+. Ainda segundo elas:

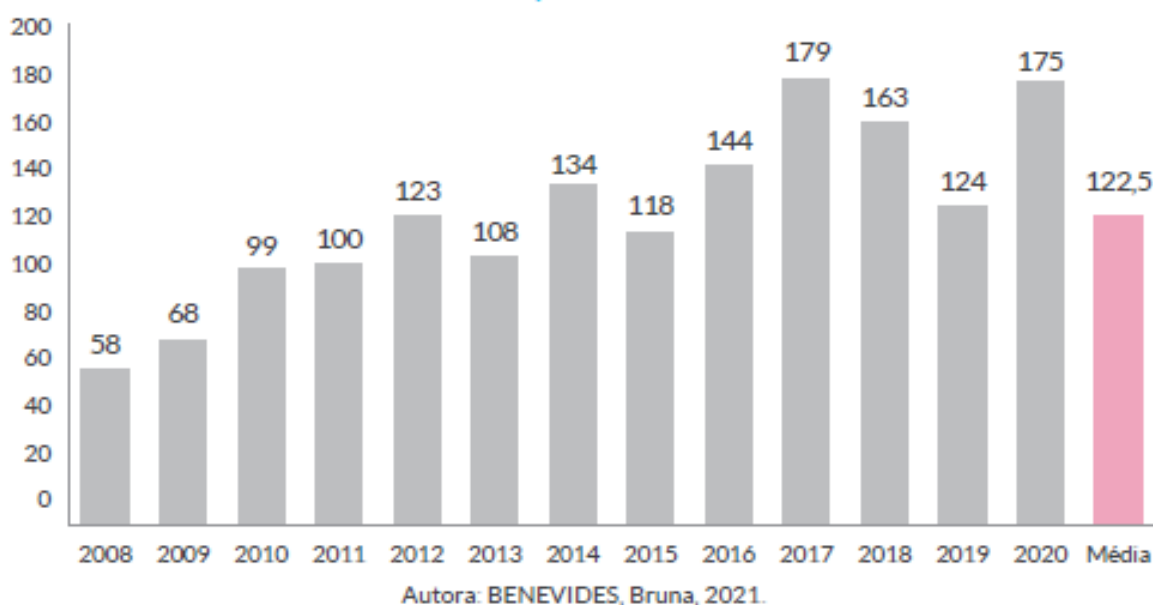
Há, ainda, outros fatores que nos fazem pensar sobre a aparente diminuição destes números, dentre eles destacamos a decisão do STF e o provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a retificação registral de pessoas Trans sem a necessidade de cirurgias, comprovações ou laudos médicos<sup>18</sup>; a revisão do

entendimento da Organização Mundial de saúde sobre critério médico patologizante em relação a transgeneridade<sup>19</sup> - mesmo que ainda se necessite de diagnóstico e siga no Código Internacional de doenças (CID). Tais fatos se constituem como movimentos importantes que ajudam no processo de humanização das existências trans e sinalizam para a quebra de tabus e estigmas impostos à população de travestis e transexuais. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p.23)

Além do aumento constante da violência, uma série de fatores são postos em consideração quando se pensa o assassinato de pessoas do seguimento T. Uma vida construída para não importar carrega fortes marcas da desigualdade social e revela o modo como cada estrutura social lida com os corpos.

### GRÁFICO 1

Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2020<sup>28</sup>



Para as autoras, é fundamental destacar que nenhuma ação foi tomada pelo Governo Federal em relação a LGBTfobia. Acontece de fato o contrário, no julgamento da criminalização no STF foram intensas as investidas do governo para barrar a criminalização. Além disso, é importante pontuar que a violência com que ocorrem os assassinatos e as tentativas de assassinato são sempre muito intensas.

Assim, a população trans, bem como toda a população LGBTQIA+, sofre diariamente com a violência que se torna parte constante da vida. Desse modo, as violências vão se somando. Começa no ambiente familiar com a rejeição, com

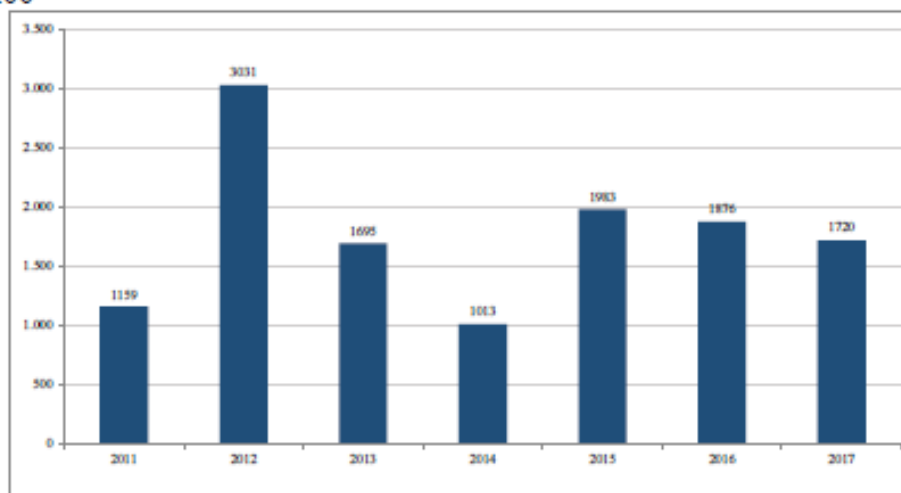


a agressão física e psicológica. Tal itinerário de violência, junta-se com a exclusão promovida pela escola e seus constantes ataques contra o corpo que não se encaixa e ainda se somam a esse mapa de violência a exclusão promovida pelos sistemas políticos e laboral. A última linha dessa vida rodeada de exclusão, acaba sendo a morte tão presente na história LGBTQIA+.

Uma vez mapeados, os dados revelam a presença da violência lgbtfóbica em diversos níveis e espalhadas pelo território nacional. O gráfico abaixo dos anos de 2011 a 2017, registram a variação dos casos de violência e de que modo esses números refletem a ocorrência de denúncias, uma vez que nem todos os casos são denunciados.

### GRÁFICO 2

#### Número de denúncias de violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil (2011-2017), segundo o Disque 100



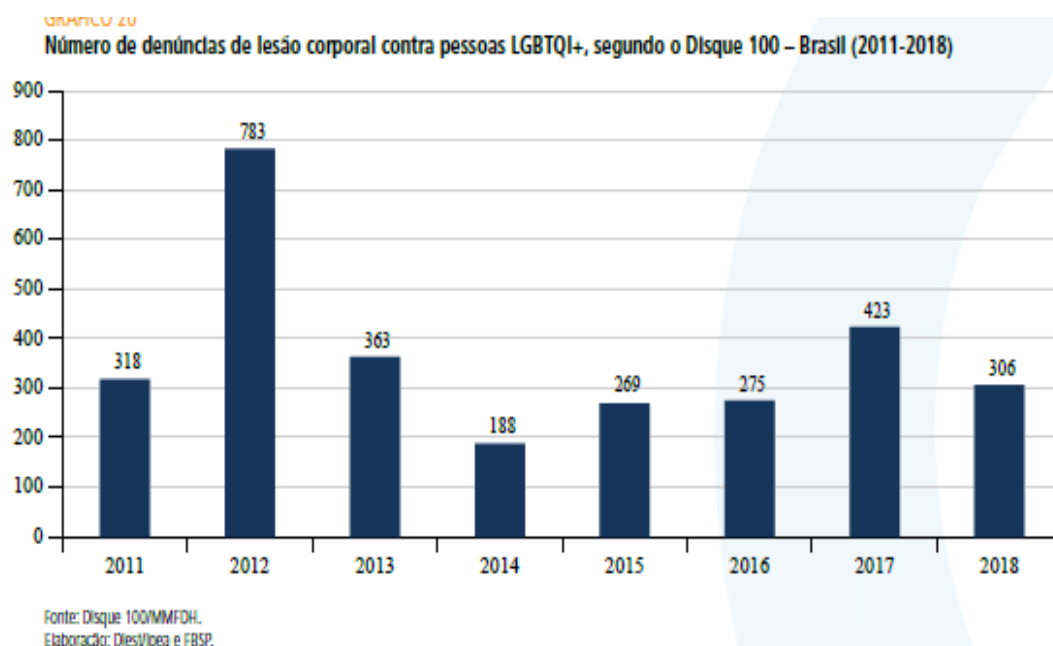
Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

A tabela revela que nos anos da última década os registros sobre a violência lgbtfóbica tem se mantido constante. Uma ressalva para o ano de 2012, que registra um pico mais alto na tabela. O relatório da violência homofóbica de 2013 ressalta que apesar da conhecida subnotificação, os números apontam para um grave quadro de violências com motivação Lgbtfóbicas. Vale ressaltar que o Atlas da Violência não detalha os números da violência por unidade da Federação, são feitos gráficos e tabelas que detalham a situação geral do Brasil.

Tal relatório atenta para o pico de denúncias no ano de 2012, contudo não são apresentadas explicações para intenso aumento no número de denúncias.

Gómez (2008), pontua que quando se trata de violências motivadas por preconceitos, existem diversos níveis e motivações, como por exemplo a violência hierárquica que é aquela que se exerce, e pode ser mortal, para lembrar o outro sua condição de subordinação ou inferioridade, para dar uma lição sobre o lugar que o outro deve ocupar ou a violência excludente, por sua vez, é aquela que se exerce para liquidar o que o outro representa, para fazê-lo desaparecer” (GOMEZ, 2008, p. 90). O aumento de casos e de denúncias refletem a diversificação da violência.

GRÁFICO 3



Tais dados marcam estruturalmente a história do movimento LGBTQIA+, uma vez que os atos de violência (física e simbólica), assim como os assassinatos, reafirmam a necessidade de construção de políticas de combate à violência lgbtfóbica. Por mais que comparado a violência de modo geral, os dados sobre a violência lgbtfóbica possam parecer pequenos, eles são carregados de dor e de ódio. Efreim Filho (2015, p.8), ressalta que a legitimidade

do gesto de violência está constantemente associada à certeza da impunidade. Isso faz com que a crueldade e dor estejam presentes dos atos de violência.

Os números acima representam um cenário de violência que se espalha por todo o território nacional. Com o Piauí não é diferente, a rua e a casa se tornaram espaços produtores e reprodutores da violência. Por mais que os órgãos governamentais não tenham se empenhado em entender tal contorno da violência, dados como o do Atlas da Violência e os produzidos pela ANTRA, revelam o modo como os corpos são vitimados.

Em 2020, por exemplo, mais de 70% dos assassinatos ocorrem em espaços públicos, sendo essas vítimas pertencentes a classe D e E. A partir das notícias detalhadas no capítulo seguinte, é possível observar que somente um dos casos apontados não ocorre na rua, em espaços públicos. A estrutura de exclusão e marginalização faz com que tais crimes acabem se tornando parte da vida nas ruas.

Quando se olha especificamente para o seguimento transexual e travesti, por mais que a vítima não fosse uma profissional do sexo, que trabalha de modo mais exposto, a violência com crueldade acaba sendo do mesmo modo muito presente. Questões como a estigmatização produzida pelos processos de marginalização impõem a vida desses corpos um itinerário de violação dos direitos.

Rogério Diniz Junqueira (2012), observa que tais violências com caráter homofóbico se ligam diretamente a ideia de que existe uma falha nos sujeitos, uma espécie de defeito que a violência tenta consertar. Tais mecanismos de preconceito se firmam em uma matriz de construção de masculinidade e feminilidades e assim legitimam a violência como um modo de controle. Desse modo:

A homofobia, nesse sentido, transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais (gays e lésbicas), bissexuais, transgêneros (especialmente travestis e transexuais) etc. Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero. (JUNQUEIRA, 2012, p.9)

Assim, as violências se estruturam a partir das normas de gênero e sexualidade. O caráter binário, regulador e disciplinador das questões de gênero

e sexualidade constroem rotineiramente formas de violências que buscam garantir a continuidade de tais aspectos. Para isso, é fundamental a constante reiteração como já relatado nesse trabalho.

A violência com caráter lgbtfóbico tem suas bases de legitimação nas estruturas binárias de gênero e sexualidade, que não permitem outras possibilidades de vivências e representar tais condições. Assim, as normas de gênero atuam trabalhando intensamente e com força total para que os efeitos da violência, regule os corpos homens e os corpos mulheres.

### **1.3 Por que o Piauí foi escolhido como campo de pesquisa?**

Roberto Cardoso de Oliveira (1996), pontua que o olhar, o ouvir e o escrever devem ser sempre tematizados ou, em outras palavras, questionados enquanto etapas de constituição do conhecimento pela pesquisa empírica. Essa reflexão permite que o pesquisador entenda o processo de pesquisa como uma experiência de aprendizagem, que é carregada de muitas barreiras, dificuldades, aproximação, sensibilidades e afetos.

A construção de um campo pode aparecer dentro da teoria sociologia de diversos modos. Bourdieu pontua que o que faz com que uma definição possa ser aplicada a diversos campos da vida social é que há muitas homologias estruturais e funcionais que funcionam de modo a orientar as intenções. Assim, a sociologia relacional que defende Bourdieu possibilita entender de que modo o campo se organiza e como os campos se transformam em espaços nos quais se definem as relações de poder.

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista (...): é preciso pensar relacionalmente. (1989, p.27)

É a partir desse exposto que o campo desta pesquisa surge. Quando resolvi alterar o problema desta pesquisa, pensei se não seria mais fácil mudar também o campo e por alguns dias o Ceará tinha se tornado o possível campo. Notícias de assassinatos de travestis no interior do Ceará e na capital eram

comuns no Instagram do jornal “O povo” e em um primeiro momento, pareceu mais acessível recolher esses dados para formular uma dissertação.

Nesse processo de acessar notícias sobre esses tipos criminais, voltei-me para os portais piauienses para verificar se eram rotineiras as notícias sobre o assassinato de travestis, gays, transexuais nesses sites. Foi quando me deparei com alguns dados que não se encaixam em um primeiro momento, ao buscar “assassinatos de travestis no Piauí” ou “homem gay morto em Teresina” apareciam algumas notícias sobre os crimes, assim como, notícias de medidas promovidas por prefeituras, e pelo próprio Governo do Estado para conter a violência LGBTfóbica.

Uma pergunta fica martelando na mente: em que medida as políticas públicas de combate à violência LGBTfóbica tem logrado êxito dentro do Estado? E por essa pergunta se criou a necessidade de buscar as vítimas letais da violência LGBTfóbica com a finalidade de compreender como tal fenômeno se instala, por entender que na medida em que as notícias possibilitam localizar as vítimas, o modo como o crime aconteceu e como tal crime foi tratado, se consegue observar em que medida as políticas têm falhado.

Nessa imersão em notícias sobre crimes, sobre programas e projetos promovidos pelo Estado e prefeituras, duas notícias fazem com que a escolha do Piauí como campo de pesquisa se consolide. A primeira notícia é de julho de 2013, divulgada de forma ampla em diversos portais de notícias e tem como manchete: Teresina é a capital que mais mata por homofobia em todo o país.<sup>6</sup>

Os dados foram computados através do relatório sobre a violência homofóbica no Brasil de 2012. Através do relatório é possível observar uma crescente no número de denúncias que relatam a violência LGBTfóbica na capital do Piauí, o que faz com que proporcionalmente ao número de habitantes Teresina seja considerada a capital mais homofóbica do país. “Um estudo anual do Grupo Gay da Bahia em 2012 revela que Teresina teve uma média de 15,6% de assassinatos homofônicos para uma população de pouco mais de 800 mil habitantes. Proporcionalmente ao número de habitantes, a capital do Piauí é considerada a mais homofobia do país”.

---

<sup>6</sup> <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/07/teresina-e-capital-que-mais-homofobica-em-todo-o-brasil.html>

Ao entrar em contato com essa notícia, a imagem do corpo de Makelly estendido no chão veio de modo muito nítido em minha mente. Pois, como já relatado antes, é o primeiro crime com motivações LGBTfóbicas que atravessam a trajetória deste pesquisador. Por mais que crimes extremamente cruéis fossem comuns no dia a dia da cidade, com essas características ainda não tinha sido observado e com a imagem de Makelly na mente, o campo vai se estruturando.

A segunda notícia é de 24 de julho de 2016, também amplamente divulgada e pontua o seguinte dado: Piauí se mantém há seis anos entre os estados mais homofóbicos do país. Os dados foram organizados a partir do relatório do Disque Direitos Humanos (Disque 100), disponibilizados pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República. A partir do relatório é possível que o Piauí ocupe sempre as primeiras colocações por conta da proporção de denúncias em relação ao número de habitantes. De acordo com o levantamento, nos últimos seis anos, o estado já ocupou três vezes a primeira colocação na quantidade de denúncias. Os anos mais violentos no estado foram os de 2011, 2013 e, até então, 2016.

Outro ponto destacado por essas notícias e que são relevantes na construção dessa pesquisa são os perfis das vítimas. Elas têm geralmente o sexo biológico masculino, são travestis, homens gays, possuem entre 18 e 24 anos, são pretas e pardas. Características essas que também aparecem nas vítimas analisadas por este trabalho.

Em meio a dúvidas e vontade de não continuar com essa temática que por muitas vezes tem causado angústia e tristeza neste pesquisador é que o Piauí enquanto campo de pesquisa vai se consolidando. Pelo seu intenso potencial de produzir violência com caráter LGBTfóbico que tem resistido ao tempo e as mudanças sociais.

### **1.5 Percorrendo caminhos: a metodologia da pesquisa, os desafios e as notícias**

Escolher um caminho para se seguir é sempre permeado por muitas dúvidas. Como alerta Pierre Bourdieu (2017), as escolhas que fazemos em relação a pesquisa, a metodologia, pontes teóricas, não são escolhas neutras. A posição que se ocupa dentro do organismo social influi diretamente nesse

processo de escolha. Barreira (1998), alerta para o fato de pesquisas construírem relações que incidem sobre relações sociais na medida em que exercem fortes influências nas informações obtidas, sendo fundamental está atento aos caminhos que se seguem.

Assim, para que se possa construir ou escolher um caminho a ser seguido é fundamental entender o espaço social que se está acessando. Esse espaço social é determinado por estruturas sociais objetivas, por uma multiplicidade de campos sociais, independente da consciência e da vontade dos indivíduos, mas que são capazes de orientar suas práticas e representações (BOURDIEU, 1999).

Pois o campo é constituído por estruturas e são elas que possibilitam a reprodução das estruturas e hierarquias que organizam o campo. É por meio da compreensão desses espaços que a pesquisa se objetiva, se localiza e se realiza. Só assim, é possível contar os impasses que vão surgindo e conseguir trabalhar de modo amplo com o tema escolhido. (BARREIRA, 1998).

Entendendo esses passos, em um primeiro momento esta pesquisa tentou fazer uma análise sobre os inquéritos policiais de assassinatos de LGBT's no Estado do Piauí. Em uma primeira visita a Delegacia de Homicídios da Capital (19/05/2021), ao conseguir uma conversa com a secretaria geral da delegacia, perguntei se era possível ter acesso aos inquéritos. Fui informado que sim, desde que o inquérito não estivesse sobre sigilo investigativo.

Contudo, perguntei o que era necessário fazer para ter acesso aos casos e a resposta foi que era necessário o nome da vítima, a data do crime e o local, para a facilitar o acesso. A partir daí, iniciei uma busca nos sites com as palavras chaves “homem gay morto do Piauí”, “trasvesti assassinada em Teresina”, “lésbica assassinada”, entre outras e muitos foram os resultados de busca. Menos em relação a mulheres lésbicas, as notícias que apareceram todas foram de violências não letais.

O segundo passo foi diminuir esse campo de busca, quando acrescentei nas palavras chaves os anos desejados para esta pesquisa. A partir de então, foi selecionar os casos que revelassem de modo mais amplo as características dos crimes dos crimes LGBTfóbicos no Estado.

Em posse dos nomes de Paola, Walteres e Gilson e dos dados sobre os crimes, retornei até a delegacia de homicídios. Dessa vez fui atendido por um secretário que me informou que a solicitação de acesso aos casos era feita de

forma on-line, através do e-mail do departamento. O procedimento era produzir um ofício informando o nome das vítimas e o que desejava saber sobre os casos.

O ofício foi feito e encaminhado para a delegacia de homicídios (25/05/2021), aguardei uma resposta via e-mail. Decorrido 15 dias do pedido, entrei em contato novamente por e-mail, e uma semana depois, ainda sem respostas. Foi quando retornei presencialmente ao departamento e após horas de espera fui informado que não era possível ter acesso aos inquéritos, pois se tratava de investigações ainda em andamento, mesmo sendo duas de 2018 e uma 2019.

Trabalhos como o de LEMOS (2017) e LOPES (2020) em Recife e Belém, respectivamente, foram feitos com a acesso a inquéritos e processos criminais. Contudo, no Piauí não parecia ser uma possibilidade. Sem os inquéritos para analisar e perdido em relação a como dar continuidade ao trabalho, foi que se revolveu mudar o caminho e analisar os crimes letais praticados com motivação LGBTfóbica, através das notícias publicadas pelos portais de notícias digitais.

Assim, os portais de notícias serviram como fonte da pesquisa. As notícias têm a função de informar sobre como ocorrem os crimes, quem era vítima, onde morava, o que fazia e assim construir uma teia de informações sobre os crimes (LACERDA, 2006). A intenção da pesquisa não é, dessa forma, analisar como o crime é retratado pelo portal de notícia, e sim ter acesso a vítima e ao crime como produtos da violência socialmente produzida.

Para tanto, escolheu-se uma perspectiva de análise compreensiva da realidade social que tem como foco os modos como crime LGBTfóbico é praticado, as representações que ele produz e as vítimas. Para Max Weber, a Sociologia deve se deter na explicação das relações de causas e seus efeitos dentro do mundo e sentidos dos indivíduos.

A compreensão da realidade social passa assim pelo estudo da ação humana que é dotada de sentido. Tal metodologia busca compreender os sentidos da ação dos indivíduos e compreender os efeitos que essa ação produz. É partir de tais mecanismos que se consegue uma aproximação com o fenômeno a ser analisado. César Barreira (1998), argumenta que a pesquisa envolve a construção de relações sociais, por mais complexas que sejam.

É possível dizer que as ciências sociais, quando trabalham com os excluídos da história ou os processos de exclusão, têm, no horizonte de suas reflexões, a recuperação das identidades desclassificadas. Há



uma espécie de identificação entre o investigador social e os excluídos da história. Assume-se dar voz aos excluídos, a exemplo dos operários, dos camponeses, dos favelados, das “minorias sociais”. (BARREIRA, 1998, p. 20)

É possível ponderar assim que a abordagem qualitativa através da análise compreensiva propõe um quadro analítico da realidade que não se preocupa com quantificações e sim em compreender como o fenômeno se organiza e se estrutura na realidade social. Nesse sentido, o enfoque qualitativo de pesquisa se baseia no estabelecimento de alguns parâmetros de organização e de estruturação. Arilda Godoy (1995), ressalta que é fundamental que o pesquisador esteja em sintonia com o ambiente de pesquisa, ao passo que está atento ao modo como os dados são adquiridos e analisados. O objetivo da pesquisa seria, portanto, interpretar o modo como o fenômeno se estrutura.

Para ter acesso aos dados que possibilitam esta pesquisa, foi feito um mapeamento de crimes que envolviam a comunidade LGBTQIA+ em portais de notícias on-line. A busca foi sistematizada por palavras chaves como já ressaltado, ao encontrar um crime que se encaixava no que entendemos nesta pesquisa por LGBTfobia, foram feitas novas buscas.

Em posse do nome, local do crime e dia, foram lidas todas as notícias presentes na internet, alguns crimes foram citados em mais de 10 portais on-line. O objetivo ao ler todas essas notícias era identificar elementos que possam ter sido não relatados ou ignorados pelo site. Com a inspiração dos passos seguidos por César Barreira (1998) em “Crimes por Encomenda”, foi necessário redobrar a atenção em relação ao objeto e as implicações das vinculações versão/verdade. Sendo fundamental comparar e relativizar as múltiplas verdades que apareciam nos meios de comunicação jornalístico e nas falas dos interlocutores.

No caso específico de Maria Eduarda, a mulher transexual de Piripiri, um portal de notícias da cidade acrescenta uma informação que não foi encontrada em nenhum outro site. A informação de que Maria Eduarda estaria com o irmão no momento do crime e que ele seria o alvo da ação e não ela. Contudo, essa informação pode ser confirmada. Em nenhum relato da família essa possibilidade é citada, nem mesmo em relatos policiais. Esta pesquisa fez uma investigação nas redes sociais da vítima e dos amigos para encontrar algo que

pudesse confirmar essa possibilidade, mas nem um outro relato é feito sobre isso além do presente no portal “VIAGORA.COM”.

É importante para esta pesquisa analisar todos os discursos presentes nas notícias, pois dada a ausência de muitas informações sobre os crimes, privilegiar informações em detrimento de outras, acabaria por negligenciar conteúdos que são na sua constituição muito emblemáticos, e desse modo, restringir o olhar acaba por limitar o alcance dos fatos. (PAIVA, 2012)

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que elaborar uma dissertação de mestrado com material colhidos na internet é sem dúvidas um desafio gigantesco. Os aflitos que envolvem a pesquisa se tornam ainda mais intenso ao se deparar com notícias rasas e sem conteúdo que possibilitem uma análise minuciosa sobre os crimes.

Os relatos produzidos on-line por sua constituição é um diálogo rápido com o objetivo de atingir o leitor de modo rápido. Tendo como inspiração a tese de Luiz Fábio Paiva (2012), as escolhas dos casos se fazem a partir de múltiplas inquietações e de diversos caminhos percorridos na intenção de entender não só como ocorreu o crime, mas de que modo ele se relaciona com a estrutura posta.

Marcela Rasêra (2010), destaca que a notícia é um produto, e como produto ela necessita ser vendida. É consumo da notícia que faz com que o jornal produza o seu lucro. E o jornal on-line se aproveita de forma intensa desse potencial on-line de rapidez na divulgação da informação.

E por esse motivo, muitas vezes, a garantia de excelência na produção de notícias não é efetivado. Dessa forma, as mudanças e o modo de se fazer notícias devem ser entendidas dentro do contexto do aumento do consumo de mídia, combinado com a diminuição da procura por um único canal midiático.

Os formatos de distribuição dos meios são aqueles da época do público de massa e por isso das rotinas de consumo. Seus processos e tecnologias de produção para estes produtos são desenvolvidos em torno dos lugares e horários específicos para consumo. Seus instrumentos de medição e fluxo de receitas ainda estão geralmente baseados na captura e na retenção de fatias de um mercado estático ao invés de um mercado em constantes transformações. (RASÊRA, 2010, p. 5)

A partir dessa premissa é que foi fundamental realizar o maior número possível de leituras sobre o mesmo crime em diversos portais de notícias, para

que se pudesse alcançar os detalhes sobre os crimes e, assim, produzir um trabalho que releve o real sobre a LGBTfobia no Estado do Piauí. Desse modo, esta pesquisa se construiu a partir da imersão nessas notícias que relatam uma violência cruel.

Para compreender o modo como a violência lgbtfóbica se estrutura nos espaços sociais, é fundamental articular diferentes métodos e diferentes técnicas que revelem de que modo o social foi incorporado pelo indivíduo e objetivado. Dado que a violência praticada contra a população LGBTQIA+ é uma relação social que revela o poder de um grupo sobre outro.

Os estudos de gênero e sexualidade tem revelado os efeitos dos preconceitos e das discriminações sociais que são presenciados mesmo na academia. Tais estudos sofrem com o descrédito e, muitas vezes, são acusados de pouca cientificidade e de interferências de visões pessoais o que tiraria o caráter científico da pesquisa. Contudo, as pesquisas de gênero e sexualidade e no caso específico desta pesquisa a violência de caráter lgbtfóbico analisam os contextos sociais da forma como eles são construídos e não de forma idealizada ou ilusória.

Diego Lemos (2017), ressalta que é fundamental ao teorizar sobre as violências buscar formas de suspensão da dor por parte do próprio pesquisador. O que não se constitui uma tarefa fácil na medida em que é uma relação dupla, ao mesmo tempo a pesquisa é afetada pelo pesquisador e o pesquisador é afetado pela pesquisa.

Sobre as dores, a propósito, é preciso dizer que o universo da violência a que pessoas LGBT estão submetidas, a violência LGBTfóbica, é, inicialmente, um universo de dor. Esse universo de dor, entretanto, vai exigir de nós invariavelmente uma estratégia de suspensão: é necessário realizar um esforço de suspensão da dor ao se enfrentar a violência LGBTfóbica letal como objeto teórico e empírico de reflexão. Tenho feito isso, tanto quanto possível, também desde o início deste trabalho e continuarei fazendo. (LEMOS,2017, p. 84)

É fundamental ressaltar as dificuldades que se instalam quando se propõe a fazer pesquisas em Ciências Sociais e em especial para os estudos que envolvem sexualidade e gênero, uma vez que tais questões são constantemente proteladas e, muitas vezes, ceifadas do debate público.

E tal problemática é observada também nos portais de notícias que relatam os crimes de LGBTfobia. Pouco destaque é dado ao fator preconceito,

discriminação, crueldade nas notícias e em alguns casos é possível perceber uma certa naturalização da morte em decorrência do crime.

Como ressalta Luiz Fábio Paiva (2012), a escolha de trabalhar com conteúdo on-line é acima de tudo um exercício profundo de aprendizagem. A construção de campo de pesquisa nem sempre é harmoniosa e adentrar ao mundo do crime através das notícias divulgada em material on-line possibilitou perceber realidades que aparentemente estão distantes, mas que fazem parte do cotidiano. Como a precarização da vida travesti na sociedade brasileira, sendo elas vítimas preferenciais como será abordado mais à frente.

As notícias on-line foram para esta pesquisa uma teia de aranha, por representar um emaranhado de fios, que são tênues, mas que contém uma quantidade enorme de informações. Informações essas que nem sempre são convergentes e nessa divergência de pontos é que a pesquisa se constrói. As possibilidades teóricas são assim ampliadas na medida em que o problema de pesquisa revela faces da realidade que muitas vezes são ocultados.

Entendo as notícias de jornal como uma produção coletiva, um local de polifonia onde se revelam os múltiplos personagens que compõem a narrativa, seus pontos de acordo e de tensão. A especificidade deste material em comparação a outras fontes históricas, como processos por exemplo, é que os jornais têm a necessidade de “fisgar” seus leitores; as notícias disputam umas com as outras a atenção do leitor e para isso é primordial que pareçam interessantes, chamem a atenção, adotando estratégias de competência visual, inclusive. (LACERDA, 2006, p. 18)

As notícias divulgadas nos portais pela internet possibilitam compreender de que modo os indivíduos estão organizados dentro de um campo. As notícias revelam até mesmo estruturas de poder que estão ali postas, tanto nos crimes, como no modo que as forças policiais relatam os crimes. A pesquisa qualitativa se torna viável, desse modo, analisar como esses processos são estruturados.

Dada a complexidade dos fenômenos sociais e em específico nesta pesquisa a violência praticada contra a população LGBTQIA+ é possível quantificar, contar os corpos assassinados, violados, contudo, para entender os motivos e fatores que levaram até a ocorrência dos crimes, somente a quantificação não é suficiente. É necessário observar, interpretar, analisar os dados e a sociedade em que tais casos acontecem.

A metodologia utilizada na referida pesquisa tem como objetivo entender de que modo os crimes com motivação lgbtfóbica, ou seja, os crimes de

preconceitos se estruturam. Tais crimes atacam diretamente a formas de viver e praticar a sexualidade, sendo necessário então instrumentalizar tal fato para que se possa entender como os discursos e os atores se articulam dentro da estrutura social.

Tendo em mãos esses processos, é necessário está atento a todo momento a postura crítica e um questionamento constante diante desses métodos. Como alerta Barreira (1998), é necessário problematizar inclusive as opiniões mais espontâneas e aparentemente autênticas. Ainda mais em uma temática que afeta tanto pessoalmente o pesquisador.

Como pontua Pierre Bourdieu, o exercício de pesquisa exige uma constante atitude de vigilância em relação ao conhecimento que se está produzindo, em relação ao campo, as nuances e as mudanças, não se deve ignorar o tempo e suas transformações. Por isso, é fundamental ressaltar que em todos os momentos que este texto foi produzido se voltava para os portais de notícias com os nomes das vítimas na intenção de verificar se novos contornos haviam surgido, que novos fatos foram descobertos, se algum suspeito havia sido identificado.

[...] Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos” (BOURDIEU, 2002, p.26,).

Nesta pesquisa como já relatado, foram analisados os crimes que aconteceram entre os anos de 2018 e 2021. Tal intervalo de tempo não foi selecionado de modo aleatório, dado que em 2018 o Governo Federal lançou um Pacto nacional de combate a LGBTfobia e em 2019 houve a criminalização da LGBTfobia pelo STF.

Segundo o Ministério de Direitos Humanos, o objetivo do Pacto era promover e articular ações que combatam a violência LGTBfóbica no Brasil, visando o respeito à dignidade e diversidade humana. Assim, os Estados assinaram tal pacto se comprometendo a articular políticas de combate à violência. Nesse mesmo intervalo de tempo, a lgbtfobia foi criminalizada pelo

Supremo Tribunal Federal através de uma ação movida por movimentos sociais, alegando a não discussão da pauta pelo congresso nacional.

Desse modo, tal recorte temporal busca analisar os assassinatos que ocorrem mesmo após avanços nas políticas públicas de combate à violência. Tais períodos conjunturais revelam uma sociedade marcada pelos preconceitos em relação a população LGBTQIA+. Tais preconceitos dificultam, muitas vezes, o acesso aos dados, uma vez que, até mesmo delegacias especializadas para tratar de tais violências, não possuem as estruturas adequadas para tal procedimento.

Maria Duenãs (2012, p. 176), pontua que tratar de questões estruturais como a violência e, nesse caso específico, a violência motivada por preconceito sexual e de gênero, move com mecanismos muitos enraizados. Tal problemática atinge de modo direto as formas como os atores sociais conduzem suas vidas e materializam os seus preconceitos, o que torna a pesquisa sobre violência de gênero e sexualidade uma questão em meio a grandes conflitos e debates.

Mapear os crimes cometidos com caráter lgbtfóbico em jornais digitais tem por objetivo entender de que modo os exercícios de poder materializados nos preconceitos sexuais estão dinamizados nas estruturas sociais, uma vez que tais exercícios de poder almejam diluir as alteridades e estimular de modo mais concreto a heterossexualidade compulsória (DUEÑAS, 2012, p. 176). Assim, para melhor compreender o universo de significados, motivações, crenças e valores que envolvem os fenômenos sociais é fundamental buscar de forma ampla informações concretas e aproximações da realidade.

Construir uma investigação social, uma pesquisa, é seguir trilhas, pistas e rastros que levem até o fenômeno a ser analisado. Nessa caminhada é fundamental que se escolha um método que oriente como o trabalho deve ser feito. Filiações teóricas podem entrar em conflito, mas tudo isso faz parte da construção da investigação. Com esta pesquisa não foi diferente.

Para auxiliar a construção na desta pesquisa, além da metodologia compreensiva foi necessário buscar caminhos que pudessem revelar como esses corpos LGBTQIA+ se constroem no habitus. Pois, é a partir dessa corporalidade que um sistema de sentidos e significados é construído. O corpo e o sentido que ele carrega é o que move esta pesquisa que envolve gênero, sexualidade e violência.

O corpo permite colocar outros significados na pesquisa e possibilita muitas teias de relações. É por meio dessa teia que se entende a complexidade dos sistemas culturais, na vida LGBTQIA+ e do modo como a violência se torna uma realidade na vida da comunidade

Para esta pesquisa, essa desnaturalização é fundamental, uma vez que a violência LGBTfóbica tem sua origem em processo de naturalização da heterossexualidade que a coloca como única possibilidade e é esse processo de naturalização que faz com que esse tipo de violência continue ainda muito presente.

O corpo tem um lugar privilegiado de análise, é fundamental que se entenda os seus múltiplos significados e os seus constantes processos de transformação. O corpo carrega marcas de uma vida inteira, e essas marcas nem sempre são boas. Para a comunidade LGBTQIA+, a história do corpo pode ser uma história de muita dor, de abjeção, de desprezo e ausência de afetos. Corpos esses que muitas vezes nem conseguem o status de humano.

A noção de humanidade que nos constitui requer a categoria de gêneros e este só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres. Ou seja, a reivindicação última das pessoas trans é pelo reconhecimento social de sua condição humana. (BENTO, 2014, p. 51)

Entender como esses corpos são lidos, ou não são lidos foi fundamental para esta pesquisa que lida com as estruturas da violência e o modo como elas afetam a existência de diversos sujeitos. Os conceitos, as teorias, as ligações seriam inúteis se não pudessem compreender o modo como as vítimas da violência lgbtfóbica se organizam e localizam a estrutura social. São esses processos que permitiram a esta pesquisa formular interpretações sobre o modo como tal violência é construída e constituída.

Para esse trabalho é fundamental a desconstrução de normatividades que pensam no modo de construir a pesquisa. Fato necessário por entender que os corpos que constituem esta pesquisa são historicamente corpos não inteligíveis. Para tanto, é fundamental tornar eles compreensíveis, corpos de fato e de direito mesmo que somente na pesquisa, uma vez que a realidade social é composta fundamentalmente de violência.

O que se descobriu com esta pesquisa é que no Piauí a máxima nacional é seguida, as travestis são as vítimas preferenciais da violência. A grande maioria dos casos encontrados nos portais de notícias eram de travestis, em sua grande maioria, inseridas em atividade de prostituição.

E, portanto, pessoas pobres, que moravam ou na periferia da capital ou no interior do Estado. Não foi possível identificar grau de escolarização das vítimas, mas é possível inferir que a grande maioria deve ter sido afastada da escola por conta desses marcadores sociais da diferença tão presentes. A escola ainda é um lugar de reprodução dessas violências e das opressões.

Outro ponto de destaque sobre as travestis mapeadas nas notícias encontradas eram pessoas pretas e pardas, outro fator de fundamental em consideração. Os dados revelam que a violência atinge de modo muito mais intenso as pessoas negras, o atlas da violência 2021 revela que a chance de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é 2,6 vezes superior a uma pessoa não negra. Essa parcela da população representa mais de 75% das vítimas de homicídios. Tal realidade também é presente na vida travesti.

Carrara e Vianna (2006, p. 234), pontuam que a vulnerabilidade presente na vida das travestis na sociedade brasileira se dá pela desestabilização provocada pela performatividade de gênero que é constantemente associada a um conjunto de estereótipos negativos sobre a homossexualidade de modo geral. Assim, elas são vítimas preferenciais em diferentes contextos, seja na atividade de prostituição, seja dentro da própria casa.

É preciso pontuar que corpo travesti e o corpo trans foram socializados em grupos e instituições que as preparam para atuar de acordo com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer e ao não se encaixar nessa atribuição, serão constantes os atos de violência que irão se direcionar a esses corpos.

A produção da abjeção, daquilo que a linguagem não alcança, está quando há descontinuidade, onde não há relação social possível. Aí se instaura uma relação de abjeção onde o léxico acionado para definir o outro passa a ser "bicho esquisito", "macho-fêmea", "aberração da natureza", "monstruosidade". (BENTO, 2014, p. 58)

O gênero, assim como a sexualidade, é um processo de reconhecimento social que é permanente. Cada olhar, cada palavra, cada ato de violência



funciona como um sistema de controle que irá atuar na produção de corpos “normais”, corpos que se encaixam nas normas.

No Piauí, a violência LGBTfóbica e essa produção violenta de corpos que se encaixam nas normas também é muito intensa e constante contra homens gays e tal realidade se liga diretamente a primeira. Muitas travestis são vistas como um gay que se veste de mulher e isso pode ser observado nos discursos violentos<sup>7</sup>. Ao homem gay é colocado a ideia pejorativa de que ele é “mulherzinha”, o sexismo atua nesse sentido de atribuir ao status da mulher uma ideia de interiorização. A travesti é colocada o discurso do “vira homem”, por ser um corpo que não se encaixa no modo como a norma se estabelece.

É o conceito de LGBTfobia que interioriza a noção de sexismo, erigindo fronteiras distintas e estanques entre os gêneros e organizando e orientando a violência face àqueles que escapam às imagens estereotipadas que se constroem sobre os gêneros. Aqui são atingidas todas as pessoas que ocupam uma posição feminina na ordem da dominação masculina, assim a LGBTfobia se converte num verdadeiro dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero (LEMOS, p.78, 2017)

Sobre os assassinatos de homens gays do Estado, os marcadores sociais da diferença se repetem e o sexismo também se faz presente. A maioria é preta ou parda, são pessoas pobres, que moram em periferias ou comunidades muito pobres. Todos os casos encontrados seguem esse roteiro de privação de direitos, de desigualdade social e de vivência constantes com a violência.

Sobre esses corpos, a sexopolítica<sup>8</sup> atua na classificação de práticas sexuais que são consideradas boas e nas que não se encaixam no “normal”, assim como são construídos códigos de masculinidade e de feminilidade a serem seguidos. Tudo que for considerado como desviante é considerado como perigoso, são criados sobre esses corpos constantes tecnologias de normalização e de controle sobre a vida como pode ser observado na violência LGBTfóbica.

Tendo esses fatos postos, para esta pesquisa foram selecionados cinco crimes que representam de modo mais amplo como a violência com caráter LGBTfóbico é produzida no Estado do Piauí, são eles: o caso de Maria Eduarda

---

<sup>7</sup> Cortes, Ana de Mello. Discriminação judicial por identidade de gênero: um diagnóstico. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol.10,N.1, 2019,p.101-128

<sup>8</sup> Termo retirado de Multidões queer: notas para uma política dos “anormais” de Preciado, Beatriz. 2003

de Piripiri, interior do Piauí. A jovem transexual foi morta nas proximidades da sua casa enquanto andava na rua, com disparos de arma de fogo.

Paola Araújo que era travesti e trabalhava como cabeleira, em atividade de prostituição, foi assassinada na capital Teresina onde residia. O crime também aconteceu com disparos de arma de fogo. O terceiro caso também de uma travesti conhecida como Lupita. Ela foi assassinada dentro de casa pelo padrasto com golpes de faca e morreu no local. Ela residia na cidade de São João do Arraial, no norte do Estado do Piauí.

Os dois últimos casos são de dois homens gays. O primeiro é Gilson Melo, de Teresina. Ele foi morto durante a madrugada por espancamento, seu corpo estava praticamente irreconhecível por conta das múltiplas pancadas que ele recebeu, morreu na sarjeta. O último é Walteres Peixoto, também morreu por espancamento e com golpes na cabeça, foi assassinado na cidade Piripiri, ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu e morreu no hospital.

A escolha dos casos que compõe essa pesquisa não é feita de modo aleatório. Ao todo foram encontrados 12 casos noticiados que fazem referência a LGBTfobia entre os anos de 2018 e 2021. Desses casos, três tem pouca ou nenhuma informação sobre a vítima<sup>9</sup>, sobre investigação ou possíveis agressores. Por mais que os casos que compõem essa pesquisa também possuam poucas informações e ausências de conclusões, ainda assim é uma quantidade superior de dados.

Desse modo esses três casos não compõem a análise mais detalhada. O que não significa que eles não sejam representativos da violência que assola os corpos LGBT's. Os outros nove casos restantes são extremamente semelhantes no modo como o crime acontece e na pessoa vitimada.

Desses nove casos seis eram de mulheres transexuais ou travestis, a causa da morte foi ferimento com arma de fogo ou com faca. Assim como Paola, Maria Eduarda e Lupita. Os outros casos eram homens gays e todos foram mortos por espancamento ou lesão na cabeça, assim como Gilson Walteres. O motivo da seleção dos casos que compõem essa pesquisa se dá a partir do

---

<sup>9</sup> <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2020/6/23/travesti-e-encontrada-morta-dentro-de-casa-na-zona-leste-de-teresina-480408.html>  
[https://www.saraivareporter.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29849:2020-06-23-21-50-33&catid=39:quentinhas&Itemid=57](https://www.saraivareporter.com/index.php?option=com_content&view=article&id=29849:2020-06-23-21-50-33&catid=39:quentinhas&Itemid=57)

mapeamento de informações. Os casos que se seguem foram os mais noticiados, possuía fotos das vítimas e muitas vezes do local do crime, o que possibilita entender marcadores e localidades necessários para compreender os caminhos traçados pela violência.

A escolha dos casos se faz assim a partir da possibilidade de acesso a mais informações. Como essa pesquisa utiliza o acesso aos crimes por meio dos portais de notícias para as análises, foi fundamental buscar nessas notícias a maior quantidade de conteúdo que pudesse revelar os caminhos percorridos pela violência.

Os cinco crimes escolhidos são de modo muito íntimo relacionados com os outros crimes que foram encontrados e que não são analisados. As vítimas são todas de classe baixa, pretos e pardos, moram no interior do Estado, ou em bairros periféricos da cidade. Como já relatado não foi encontrado nenhum caso de mulheres lésbicas assassinadas e que tenha sido classificado como LGBTfobia. O que não significa que não existam casos, mas os mesmos não foram noticiados.

### **1.5 Como está dividida essa dissertação**

Além desta introdução, a presente dissertação está dividida em outros 3 capítulos. No Primeiro, apresentaremos aos crimes e as vítimas da violência lgbtfóbica no Estado do Piauí. Cada caso será apresentado de acordo com as informações presentes nas notícias. Neste capítulo também é traçado um perfil sobre as vítimas. Também é pontuado neste capítulo o modo como as notícias são produzidas e divulgadas para entender como esse tipo criminal aparece nos portais de notícias.

O segundo capítulo faz uma análise sobre a violência, crueldade e violência lgbtfóbica. O objetivo é entender como a violência se estrutura, teorizar sobre crimes e o modo como esses crimes são executados para que se possa compreender de que modo a violência LGBTfóbica se constrói dentro os mecanismos sociais. O modo como os crimes são executados se ligam diretamente a história dos sujeitos, aos seus corpos. Este capítulo busca, assim construir caminhos para que possa compreender como a violência LGBTfóbica está estruturada.

Este capítulo também busca analisar como esses crimes revelam uma invasão da personalidade, da vida individual. O privado se torna público a medida que esses corpos não se encaixam na norma e por não se encaixar eles são constantemente vigiados e forçados a se encaixar nas normas estabelecidas. Assim, a violência LGBTfóbica é compreendida como uma relação social que pode dar conta da ordem social que se emerge, uma vez que reflete o modo como a própria sociedade é constituída.

O terceiro capítulo busca a luz das teorias de gênero e sexualidade, construir análises sobre o modo como tal violência é constituída a partir da dominação masculina e do sexismo como estruturas de poder. Este capítulo se debruça sobre o dispositivo da sexualidade com a finalidade de refletir sobre a precarização da vida LGBTQIA+, com o suporte das temáticas de sexualidade e gênero, de modo a traçar um referencial capaz de fornecer instrumentos para a compreensão da violência praticada contra a população LGBTQIA+.

Refletimos ao final sobre como tal violência se localiza nas relações sociais no Estado do Piauí e quais caminhos estão sendo traçados para o estabelecimento de mecanismos de combate à violência. Tarefa que não é fácil, dado o caráter histórico da violência e sua reprodução nas relações sociais.

## **2 REGISTRANDO AS MORTES: O RELATO SOBRE OS CRIMES E AS VÍTIMAS DA LGTFOBIA NO PIAUÍ**

Todas as vítimas detalhadas nesse capítulo foram mapeadas através dos portais de notícias on-line. A partir dos nomes das vítimas e da data do crime foi possível ampliar a pesquisa no navegador de internet objetivando reunir o maior número possível de informações sobre o crime e o modo como ele ocorreu.

Antes de apresentar os crimes e as vítimas da violência lgbtfóbica é fundamental destacar alguns pontos: na capital Teresina existem delegacias especializadas em Direitos Humanos, Femicídio, e a delegacia de homicídios que sempre é citada nas reportagens, mas nenhuma delas é exclusiva para crimes LGTfóbicos. Já nas outras cidades onde crimes aconteceram, só existe um posto policial para todos os crimes e algumas cidades menores não possuem delegacias, quando ocorre o crime a polícia de outra cidade é acionada.

Segundo: é comum a todos os casos que aconteceram entre 2018 e 2021 a ausência de conclusão do inquérito. Mesmo nos crimes onde o algoz foi identificado, não houve julgamento e o processo de investigação continua. Esse foi um dos motivos para a não liberação do inquérito em alguns casos. E terceiro: não existe no Estado um banco de dados específico para o crime de Lgbtfobia. Desse modo, os números de casos aqui apresentados são somente uma face, uma amostra da violência que atinge a população LGTQIA+ no Estado do Piauí. Violência essa que se configura de muitos modos, e que nesta pesquisa aparece com a sua consequência máxima que é a morte.

Nas notícias e relatos sobre o crime é possível observar como as temáticas de gênero e sexualidade ainda são tratadas como tabus. Não esclarecidos fatos sobre os corpos, o modo como o crime ocorreu, o modo como a identidade de gênero pode interferir nessa construção do crime. Maria Duenãs (2012, p. 176), pontua que tratar de questões estruturais como a violência e, nesse caso específico, a violência motivada por preconceito move com mecanismos muito enraizados. Tal problemática atinge de modo direto as formas como os atores sociais conduzem suas vidas e materializam os seus preconceitos, o que torna a pesquisa sobre violência de gênero e sexualidade uma questão em meio a grandes conflitos e debates.

Coadunado com tais condicionantes, ainda é possível destacar que existe sobre a vida da população LGTQIA+ uma forte precarização que não se dá

somente no momento de suas mortes ou na esfera policial no caso das investigações ou da ausência das investigações. A precariedade da vida desse grupo é uma condição imanente e constante, a partir do momento que o corpo diverge da norma estabelecida, o controle social trabalha para direcionar o corpo para o que considera norma.

Berenice Bento (2010), ressalta que ao nascer o corpo já está inscrito em um campo discursivo. Tal campo é rodeado de instrumentos que tem nas desigualdades e no binarismo de gênero a sua base de formulação. Sobre o corpo, seja ele o masculino ou feminino existem diversos efeitos de poder que criam expectativas e um destino que não pode ser negado. Nesse sentido, a autora define o gênero como “o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos sexuais”. (BENTO, 2010, p. 2)

É fundamental para compreender a complexidade das histórias aqui relatadas, levar em consideração a condição de precariedade da vida LGBTQIA+, a condição de desigualdade, uma vez que esses corpos são também, pobres, negros, marginalizados e criminalizados. Infelizmente, não é possível contar uma história da vida das vítimas, pois pouco se sabe sobre suas personalidades, gostos, amigos, interesses. O que se conta aqui são histórias de mortes, sofridas, repletas de dor e de violência.

As vidas interrompidas aqui são contadas por meio de notícias, são partes soltas de uma existência, de uma resistência, mas que não serão esquecidas e por esse motivo seus nomes aparecem neste trabalho para que suas memórias, mesmo sem conhecer sua história, possam ser preservadas.

## **2.1 Maria Eduarda: quando o destino é interrompido**

Quando jovem, a vida é formulada por meio dos sonhos, muitas são as expectativas, muitos são desejos. Tais elementos fazem com que se crie propósitos de vida. Nesse itinerário de sonhos e desejos ninguém imagina que ao seguir sua rotina normal, ao sair na rua que vive desde a primeira infância, vai ser atingida por um tiro intencional. Talvez Maria Eduarda, estivesse pensando no que fazer quando chegasse em casa, mas o chegar não foi possível. Na noite do dia 24 de junho de 2021, seu destino mudou, uma daquelas

mudanças nada boas. Como mulher trans, Maria Eduarda viveu em mudanças, mas talvez não estivesse esperando por essa.

Maria Eduarda de 22 anos, foi assassinada do dia 24 de junho de 2021, ela era uma mulher transexual e morava na cidade de Piripiri, <sup>10</sup>no Estado do Piauí. Todos os portais de notícias a classificam como mulher trans, ou como jovem da cidade de Piripiri, em nenhum portal aparece a palavra travesti ou qualquer outra designação como aparece em outros casos. Esse é o único em que a identidade de gênero aparece do mesmo modo nas notícias.

Até o momento em que são feitos os últimos ajustes desta pesquisa, nenhum suspeito foi identificado como o assassino, a investigação de responsabilidade da polícia civil não possui suspeitos e a investigação segue em curso. Não foi possível acesso ao inquérito policial, a informação conseguida por meio da ouvidoria da polícia civil é que a investigação segue em curso.



Figura 3-Cena do crime de Maria Eduarda. FONTE: <https://pi24h.com/municipios/piripiri/42270/jovem-trans-e-executada-a-tiros>. Acesso em 11/08/2021

O crime ocorreu na noite do dia 24 de junho de 2021, a vítima caminhava pela rua em direção a sua casa, como é comum em cidade do interior as pessoas transitam a noite e costumam sentar-se nas calçadas para conversar. O que se sabe é que Maria voltava da casa de uma amiga em direção a sua residência,

---

<sup>10</sup> <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/06/25/jovem-trans-e-morta-a-tiros-perto-de-casa-em-piripiri-no-norte-do-piaui.ghtml>

quando foi abordada. A ação ocorreu de modo muito rápido, a vítima foi abordada na rua, não correu, não gritou, e logo estava no chão. Segundo relatos de moradores a ação não chegou a ter um minuto de duração, uma das pessoas efetuou os disparos de arma de fogo contra a vítima que morreu no local.

A vítima estava praticamente na frente de sua residência, quando dois indivíduos em uma motocicleta efetuaram disparos contra ela. Ela não tinha antecedentes criminais e a família informou que era uma pessoa tranquila”, informou o major. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), ainda chegou a ser acionado e constatou o óbito da vítima. Ainda não se sabe o que pode ter motivado o crime. A Polícia Civil vai investigar o caso. (Cidade Verde, 2021)

Menos de um minuto, é o tempo que se leva para morrer, uma vida construída com muitos obstáculos e como muitas dificuldades pode ser ceifada em um piscar de olhos. No itinerário de violência contra mulheres trans tal rapidez em relação a morte é infelizmente um dado a ser considerado e na vida da Maria Eduarda é uma realidade.

Pouco se sabe sobre o crime, o que relatam os noticiários é que os populares que presenciaram a cena afirmam que não houve nenhuma discussão prévia, os criminosos pararam a vítima e efetuaram os disparos e logo após, fugiram. Alguns portais de notícias pontuam que a vítima não seria o alvo da ação. “A jovem não tinha envolvimento com o crime e a motivação do crime ainda é desconhecida. Populares que estavam no local contam que, na verdade, Maria Eduarda não seria o alvo da execução, e que a vítima teria tentado salvar seu irmão dos disparos” (portal O dia).

O irmão da vítima é citado somente em alguns portais, a notícia aparece em 12 sites de notícias, desses 12, apenas 4 apresentam tal informação. O ponto de destaque é que as notícias possuem o mesmo formato, desse modo aparentando ser copiadas e coladas. Outro ponto é que nem a polícia militar acionada para a diligência nem a polícia civil que investiga o caso citam a presença do irmão da vítima na cena do crime.

Fato que repete nas falas de familiares para as reportagens e para a própria polícia, o irmão da vítima não tem nem mesmo o nome citado. Nada se sabe sobre ele e nem que motivos os atiradores teriam para o matar, assim como não foram identificados motivos para execução de Maria Eduarda.

A família não repassou nenhuma informação que pudesse indicar motivação e autoria do crime. Nas redes sociais Madu como era chamada pelos



amigos possuía muitos seguidores e aparentava ser muito amada por todos, das vítimas apresentadas neste trabalho, ela foi a única que foi possível identificar elementos para além do crime. A jovem foi estudante de Administração no Instituto Federal do Piauí e mesmo no Ensino Médio, onde a violência contra corpos dissidentes é constante, a jovem já apresentava uma identidade trans. Na sua última postagem nas redes sociais, os amigos e seguidores lamentam sua morte e pedem justiça:

Descansa em paz amiga, nunca vou esquecer dos momentos que passamos juntas. Você era uma menina incrível cheia de luz e doce. Não merecia passar por nada disso. Estou arrasada, que deus te receba bem e conforte seus familiares. 🙏🙏❤️❤️ #Luto #justicamadu (comentário 1)

Descanse em paz, princesa! Tenho a plena certeza de que agora você está em um bom lugar longe de toda essa maldade e perversidade que rodeia o mundo. Quem tiver feito isso, irá pagar! (comentário 2)

Descansa em paz madu 🙏 deus te coloque em um bom lugar, nunca serra esquecida ❤️ (comentário 2)

O caso de Maria Eduarda é primeiro a ser pontuado neste trabalho por ser o mais recente, e por ser o mais repleto de mistérios. Não é possível afirmar que ela tenha sido vítima de LGBTfobia, uma vez que quase nada se sabe sobre o crime. Contudo, há pontos relevantes a serem levantados para esta pesquisa, das vítimas apresentadas como trans ou travestis nas notícias mapeadas, Madu é a única que não é tratada em nenhum momento no masculino, o seu nome de nascimento em nenhum momento é citado.

A vítima era uma jovem mulher trans ao que parece muito conhecida na cidade, e muito amada por seus amigos. Nas redes sociais foi possível observar fotos da vítima em congressos sobre gênero e questões relativas a essa temática. Maria Eduarda faz parte desta pesquisa, pois sua morte releva a precariedade da vida LGBTQIA+ no Brasil. Mesmo que a motivação da morte não tenha sido LGBTfobia a trajetória foi interrompida, o caminho foi encerrado e vida teve seu fim.

Uma marca que irá aparecer nessas apresentações dos casos é ausência de informações sobre as vítimas. Pouco se sabe sobre elas, as notícias são vagas e se detém sobre a morte e como todas as notícias seguem o mesmo roteiro se compreende que faz parte da estrutura jornalística, ou seja, relata-se a morte sem se fazer muitos comentários ou buscar a história de vida das

vítimas, mas isso se dá também pelo fato de quem é a vítima. Com outras personalidades, com alguma influência, ou com algum destaque social muito se fala sobre sua morte e sobre a sua vida.

## 2.2 Paola Araújo: um corpo(in)desejado nas ruas

Ela é feita pra apanhar! Ela é boa de cuspir! Ela dá pra qualquer um! Maldita Geni! Esses versos demonstram bem como o habitus social enxerga a prostituição, quando a pessoa a se prostituir é uma travesti. Provavelmente, Paola escutou muitas dessas frases ao longo da vida, pois o itinerário de violência contra travestis é vasto, preconceitos esses que começam em casa, continua na escola, quando se consegue entrar nesse espaço, e permanente nas ruas onde esse corpo acaba por tornar um alvo, tanto da violência física e letal como das violências simbólicas.

O itinerário de vida e de morte de travestis no Brasil é marcado pela violência e pela crueldade. Desde os primeiros sinais de feminilidade em corpo masculino a violência se instala. Como pontua Bento (2010), são feitas reiteraões constantes, como isso é coisa de menina, isso não pode, é brinquedo de mulher, homem não chora. Tais reiteraões agem para direcionar o corpo a uma normatividade. A segunda vítima apresentada neste trabalho, deve ter passado por muitos momentos como esse durante a vida.

Paola Araújo é a segunda vítima apresentada nesta pesquisa, a vítima tinha 31 anos, se identificava como travesti. Nas notícias pesquisadas Paola é citada como Travesti, mas em alguns portais é também classificada como “homem gay” ou “homossexual”. Em algumas notícias a manchete era: “Homem gay conhecido como Paola é assassinado na zona sul de Teresina”.<sup>11</sup>

Paola residia no bairro Porto Alegre, na zona sul de Teresina, era dona de um salão de beleza no bairro e a noite era profissional do sexo, tendo um ponto fixo na rotatória da BR-316, em Teresina. A vítima era militante da causa LGBTQIA+ e segundo relatos uma lutadora incansável pelos direitos de travestis

---

<sup>11</sup> <https://cidadeverde.com/noticias/309601/travesti-e-assassinada-com-tres-tiros-na-br-316-proximo-ao-porto-alegre>

e transexuais. Muito conhecida na cidade pelo movimento, a morte de Paola provocou muita revolta nos amigos.

Estando constantemente nas ruas da capital, Paola talvez não esperasse que sua vida fosse tirada de modo tão trágico. O crime aconteceu por volta das 23:30 horas do dia 06 de outubro de 2019, segundo relato da polícia e noticiado pela imprensa digital, a vítima foi abordada por dois homens em uma moto, a polícia militar foi rapidamente acionada por outras travestis que estavam próximas, mas quando chegou ao local Paola já estava sem vida. A perícia constatou que a vítima foi atingida por cinco disparos de arma de fogo, a vítima estava sentada na calçada e ainda tentou correr depois dos disparos, mas não conseguiu.

Sem possibilidade de fuga, Paola teve sua vida tirada em poucos segundos, após cinco disparos seu corpo atinge o chão. As marcas das balas se juntam as muitas marcas que Paola carregou ao longo da vida. Ser travesti no Brasil é conviver com de modo muito íntimo com a violência, e não por gostar dela, por tal condição ser imposta ao longo da vida.

A hipótese de assalto foi descartada pela polícia, pois nenhum pertence da vítima foi levado, estando com celular, dinheiro e documentos. A hipótese da polícia militar é que o crime se trata de uma execução, o corpo da vítima foi levado ao Instituto Médico Legal (IML) e como se trata de um crime que ocorreu na capital, o caso fica sob investigação da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Um ponto de destaque sobre essa delegacia é que ela possui uma divisão para crimes de feminicídio e por se tratar de uma travesti, o crime está sendo investigado por essa divisão.



Figura 4- Cena do crime de Paola Araújo. Fonte: <https://180graus.com/ronda-180/travesti-morta-em-teresina-ja-havia-recebido-ameacas-e-se-prostituia-onde-foi-morta>. acesso em 05/12/2021

Até o momento em que se escreve e revisa esse relato, nenhum suspeito foi preso pelo assassinato de Paola. A investigação segue aberta sob a responsabilidade da delegada Luana Alves da DHPP, o que se sabe sobre os criminosos é que são homens e andavam em uma moto. Assim, o assassinato de Paola segue sem solução.

Ao total foram encontradas 22 notícias falando sobre a morte de Paola, por se tratar da capital existe um número mais intenso de notificações. As notícias sobre o crime seguem basicamente o mesmo roteiro informativo, e alguns apresentam reportagens com falas de líderes de movimentos sociais ligados a causa LGBTQIA+ que ressaltam o quão importante foi a trajetória de Paola. O roteiro das reportagens é muito semelhante, dando destaque a identidade de gênero da vítima.

Travesti é assassinada a tiros às margens da BR-316 em Teresina. O crime aconteceu no final da noite deste domingo (06). Vítima teria sido abordada por dois homens em uma motocicleta. Polícia Civil investiga. Uma travesti, identificada como Paola Araújo foi assassinada com vários tiros na cabeça às margens da rodovia BR-316, na zona Sul de Teresina. O crime aconteceu por volta das 23h30min da noite deste domingo (06). Policiais militares foram acionados e estiveram no local, mas quando chegaram, Paola já estava sem vida. (GP1, 2019)

Somente um dos portais de notícias cita a família de Paola. O portal Meio Norte conseguiu localizar a mãe da vítima e realizou uma pequena entrevista

com ela. Na entrevista a mãe trata Paola sempre no masculino e como “meu filho”, a mãe relata que tinha muita preocupação com o trabalho de prostituição por considerar muito perigoso e que foram constantes os pedidos para que “o filho” deixassem de fazer programas. “Ele fazia aqueles programas lá perigoso. Eu falava para ele ‘sai dessa vida, sai dessa vida’, mas nunca escutou, aí só Jesus mesmo. Ele nunca falou nada para mim sobre ameaças.”

É necessário destacar na fala da mãe de Paola que a filha nunca relatou ter recebido nenhuma ameaça, mas por estar em localidade conhecida pela prostituição e onde muitas outras pessoas faziam ponto, não é possível afirmar que Paola foi escolhida de modo aleatório. Os criminosos sabiam quem era o alvo, tanto que a arma foi descarregada quase que por completa na vítima.

Os amigos lamentaram sua morte nas redes sociais e nas entrevistas e buscam junto a polícia agilidade e efetividade na solução do caso, contudo ninguém foi preso por esse crime. A delegada responsável informou que analisou as imagens da redondeza, mas não foi possível identificar os suspeitos. A coordenado do Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais (GPtrans), Maria Laura, ressaltou que nenhuma travesti por mais envolvida que esteja na luta pela promoção da cidadania não está livre da violência.

"Apesar dos nossos esforços incansáveis contra toda e qualquer forma de discriminação, a violência está presente no nosso dia a dia, por isso temos que estar sempre vigilantes, atuantes e jamais desistir de lutar. Paola, guerreira, deixa aqui um grande legado de enfrentamento às situações de preconceito e discriminação". (Maria Laura)

Para o GPtrans o que aconteceu com Paola foi crime de ódio, outra representante do grupo pontua que mataram a travesti pelo simples fato dela ser travesti. Era um corpo indesejado, que não pertencia a sociedade. Leona Osteres, pontua o fato da vítima ser pobre e periférica, possuir Ensino Médio e trabalhar dia e noite para garantir o sustento.

*"Sabemos que o preconceito e discriminação vai muito além. Pelos relatos que ouvimos, ela estava sentada e os suspeitos dispararam os tiros. Esse pode ter sido um crime de ódio pelo fato dela ser trans. Nós que somos travestis sentimos essas ameaças constantemente, e acredito que Paola também as sofria, devido sua trajetória, pelo fato de que ela era uma travesti, uma profissional do sexo. A população, infelizmente, ainda é bastante transfóbica". (Leona Osteres)*

*"A Paola era uma pessoa do bem, que tinha o seu trabalho e de noite trabalhava como profissional do sexo para suprir suas necessidades.*

*Ela também era uma das nossas apoiadoras, sempre estava lutando por nossas causas, ela se afirmava como transexual e se orgulhava disso, pois via como uma forma de resistência. Ficamos muito triste em saber que uma pessoa como ela teve sua vida ceifada brutalmente. Até o momento, não sabemos por que essas pessoas fizeram isso com Paola. Mas nós queremos respostas, a morte dela não pode passar em branco” (Leona Osteres)*

As falas sobre a morte de Paola revelam o quanto sua (r)existência foi importante para os amigos e para o movimento, esse crime revela a face mais cruel da precarização da vida travesti. Os muitos tiros que atingiram a vítima deixaram uma espécie de recado afirmando que seu corpo não era bem-visto nas ruas, que sua existência não era bem-vinda, que o seu corpo não tem espaço nesta sociedade.



Figura 5-Notícia da morte de Paola. Fonte:<https://www.portalodia.com/noticias/policia/travesti-e-assassinada-a-tiros-as-margens-da-br-316-em-teresina-370187.html>. Acesso em 05/12/2021

O crime continua sem solução, nenhum suspeito foi preso, a investigação segue aberta, mas sem novas pistas. Nenhuma das testemunhas pôde identificar os criminosos, uma vez que o crime aconteceu de modo muito rápido. Sentada na calçada, Paola aguardava algum programa, mas recebeu uma sentença de morte. O acesso ao inquérito da investigação da morte de Paola foi solicitado a Delegacia de Homicídios da capital, foi feito um pedido on-line e um pedido impresso, contudo, não obtivemos nenhuma resposta para requerimento.

O que se soube é que existe uma dificuldade por parte da polícia civil do Piauí, divulgar os inquéritos, para que o trabalho da polícia não seja questionado, mesmo que tais documentos não façam parte de documentação de sigilo investigativo.

Com isso, pouco se sabe que rumos tomaram a investigação da morte de Paola. Seu corpo eliminado pela violência lgbtfóbica ficará entre os muitos casos sem solução e sem intencionalidade de ser solucionado, como é comum em se tratando de crimes contra pessoas LGBTQIA+.

### **2.3 Lupita: quando a vida termina antes de começar**

Nos contos de fadas, os personagens principais sofrem, batalham, brigam, e no final a felicidade os alcança. Dificilmente o personagem principal morre no início ou no meio da história, porque um futuro de felicidade o espera no final da história. A vida de Lupita não foi um conto de fadas, mas é repleta de sofrimento, de brigas, de batalhas.

Antes de começar a viver Lupita deixou de existir, com apenas 20 anos a terceira vítima apresentada neste trabalho era moradora de São João do Arraial, no norte do Estado do Piauí. O crime aconteceu no dia 07 de janeiro de 2021, por volta das 20 horas. Um ponto que merece destaque nesse crime é que Lupita foi assassinada dentro de casa pelo próprio padrasto.<sup>12</sup>

Enquanto corpo, Lupita tem uma vida marcada por sofrimentos, vive no interior do Estado, em uma família pobre, e com um corpo que não corresponde normas de gênero. Como pontua Butler (2019), a categoria sexo é desde o início normativa. E não funciona só como norma, mas é parte regulatória da produção de corpos, pois se constitui de um poder que demarcar, circular, diferenciar os corpos que controla.

---

<sup>12</sup> <https://www.meionorte.com/noticias/pi-travesti-e-morta-a-facadas-pelo-padrasto-apos-tentar-defender-mae-403957>



Figura 6- cena do assassinato de Lupita. FONTE: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/01/08/homem-e-morto-a-facadas-e-padrasto-e-suspeito-do-crime-no-piaui.ghtml>. Acesso em 25/10/2021

Pelo pouco que se sabe da vida de Lupita, é possível identificar um corpo marcado pelo controle e pela violência, as notícias revelam informações somente sobre o crime e alguns poucos pontos de sua vida. Com apenas 20 anos a vítima se identificava como travesti, era uma pessoa pobre, vivia com a mãe e com o padrasto com quem não matinha uma boa relação, pois ele era violento com a mãe e com a própria Lupita.

O crime aconteceu exatamente pela violência do padrasto. Na noite do dia 07 de janeiro, Lupita chega em casa e o padrasto está agredindo sua mãe, ao tentar defender a mãe, o padrasto se volta para Lupita com quem já não matinha uma boa relação segundo relatos e a golpeia com uma faca. Foram encontradas duas perfurações no corpo da vítima, quando a polícia militar chegou ao local Lupita já estava morta.

Chegando no local da ocorrência a polícia encontrou uma mulher identificada como Franci Lúcia, que seria a dona da residência, coberta de sangue com uma perfuração de faca no pescoço. Nesse momento os policiais entraram na residência e perceberam que uma jovem travesti, de nome social Lupita estava morta dentro de um quarto, com duas marcas de perfurações, também de arma branca. (GP1, 2021)



O assassinato de Lupita apareceu em poucos noticiários. Dos crimes analisados por este trabalho, esse é o que menos se tem informações. Em nenhum momento os termos homofobia ou lgbtfobia foram citados e a vítima é tratada pelos portais de notícias como travesti, como homem gay ou homossexual. As manchetes usam muito o nome civil da vítima e em seguida o termo travesti para caracterizar o assassinato.



Figura 7- prisão do acusado de assassinato de Lupita. Fonte: <https://www.portalaz.com.br/noticia/municipios/41742/suspeito-de-assassinar-travesti-a-facadas-e-presos-pela-policia-militar-no-interior-do-piaui>. Acesso em 25/10/2021

Esse crime faz parte desta pesquisa por relatos de vizinhos apontarem que Lupita não era bem-vista pelo padrasto por ser travesti. “era comum ela ser xingada por ele, e apanhar também”. No itinerário das travestis agressões dentro de casa são comuns, sendo esse um dos primeiros lugares de violência. E por mais que os termos LGBTfobia e homofobia não apareçam nas falas dos policiais é possível identificar marcas desse tipo criminal.

No caso de Lupita, a identificação do suspeito se tornou mais fácil por ser um crime que aconteceu dentro de casa. Seu algoz foi preso no dia seguinte, ele já estava em outra cidade escondido na casa de parentes quando foi encontrado pela polícia.

“Desde ontem estamos em diligências, então não cessou. Passamos a madrugada toda, a manhã toda buscando, até que recebemos a informação que ele estava escondido em uma casa numa certa localidade do município de Campo Largo. Nos deslocamos até o local onde ele estava escondido, o cercamos e fizemos a prisão.”, disse o

sargento. Ainda conforme o sargento, o acusado confessou o crime e foi direcionado à Delegacia de Polícia Civil da cidade para interrogatório e os procedimentos cabíveis ao caso. (GP1, 2021)

Sobre a vida de Lupita, os seus interesses, com o que trabalhava, em nenhum dos portais de notícias que divulgaram sua morte detalham fatos de sua vida. Por ser longe da capital e em uma cidade relativamente pequena, mais informações sobre a vítima seriam possíveis com incursões em campo e entrevistas com a mãe que também foi atacada com golpes de faca naquela noite e sobreviveu. Contudo, como já pontuado anteriormente, não é objetivo desta pesquisa reviver a dor junto a pessoas próximas a vítima.

O que se pode afirmar sobre Lupita é que ela estava no início da vida, os 20 anos é começo de uma trajetória no mundo adulto, onde os sonhos são formulados, os planos são traçados. Como travesti, talvez Lupita tenha alcançado a vida adulta mais cedo para sobreviver em um mundo que a rejeita. As fotos da vítima revelam um rosto que apesar do sofrimento era feliz, talvez o que mais choque no crime contra Lupita é a pouca idade, uma vida inteira pela frente foi ceifada e sem possibilidade de volta, diferente dos contos de fadas, onde uma reviravolta pode até mesmo trazer os mortos de volta a vida.

#### **2.4 – Gilson Melo: quem chora sua morte?**

Enquanto fato social, os sentimentos se expressam segundo Marcel Mauss (1980), a partir da oposição entre o indivíduo e sociedade. Um ponto fundamental apresentado por Mauss é o fato dos sentimentos se expressam sob a forma de tensão entre a espontaneidade e a obrigação, criando assim ideia de expressão obrigatória dos sentimentos. Nos ritos funerários esse sentimento obrigatório aparece com frequência. No caso de Gilson nem mesmo o choro por obrigação aparece, pois, aparentemente a vítima era sozinha no mundo, não tinha ninguém para chorar a sua morte.

Assim como nos outros casos, pouco se sabe da vida de Gilson, mas sobre o crime muitos detalhes foram revelados. Para esta pesquisa e para efeito de análise identifica-se Gilson como homem homossexual. Em apenas um portal

de notícias Gilson é tratado como “Gigi” e no feminino, em todos os outros sites e pelo depoimento da amiga ele é identificado como homem e gay.

A morte de Gilson é cheia de pontas soltas, ele tinha 42 anos na data de seu assassinato e é a vítima mais velha a aparecer nesta pesquisa. Nenhuma arma foi usada, ele foi morto por espancamento, foi agredido até o que restava de vida sair do seu corpo. Sua morte carrega a forte marca da crueldade. Alguns golpes já afetariam seu corpo, mas para o algoz ou algozes não foi suficiente.

Após sair da lanchonete em que trabalhava no bairro Planalto Uruguai na zona leste da capital Teresina, no dia 23 de agosto de 2018, Gilson ficou na companhia de outros dois homens bebendo, após isso nada se sabe sobre o restante da noite, somente o que foi revelado nas horas posteriores.<sup>13</sup>

No início da manhã a vítima é encontrada totalmente desfigurada na avenida principal do bairro. “Ele estava irreconhecível por causa das pancadas, estava todo inchado, foi uma crueldade. Ainda estou sem acreditar”, afirma a amiga de Gilson.

Como é de praxe em crimes a polícia militar é a primeira a ser acionada, no caso de Gilson as versões da polícia militar e da polícia civil são conflitantes. A polícia militar aponta que após ouvir testemunhas e a amiga de Gilson, foi constatado que após beberem com Gilson os dois rapazes iniciam a discussão.

De acordo com o tenente Estevão Osório, do 5º Batalhão da Polícia Militar, os dois rapazes teriam iniciado uma briga após a bebedeira e agredido a vítima. O tenente acredita se tratar de um crime de homofobia. “Quando a polícia chegou, eles já tinham fugido. Vamos iniciar as diligências para tentar capturar esses indivíduos” (portal O dia, 2018)

Já para o coordenador da DHPP, mesmo sem a investigação é possível descartar a hipótese de homofobia em relação ao crime uma vez que os suspeitos roubaram o celular da vítima, logo, o crime foi de latrocínio e não de homofobia. Para ele, apesar da vítima ser homossexual o objetivo com o assassinato era roubar a vítima.

De acordo com agentes do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), os suspeitos agrediram Raimundo Gilson com vários socos e chutes, que resultou em morte instantânea. A vítima era homossexual e havia suspeita de o crime ter sido por homofobia, mas foi descartada a hipótese. “A gente teve informações que ele já tinha encerrado o expediente e depois foi abordado por dois indivíduos.

---

<sup>13</sup> <https://portalodia.com/noticias/policia/homossexual-e-espancado-ate-a-morte-no-planalto-uruguai-327981.html>

Roubaram o celular dele e espancaram ele até morrer. O crime foi identificado como latrocínio, roubo seguido de morte. Apesar de a vítima ter sido homossexual, não foi constatado crime de homofobia, porque o objetivo dos suspeitos era de roubar", disse o delegado Francisco Costa, o Barêta, coordenador do DHPP. (Portal O dia, 2018)

Existem alguns pontos destoantes na fala de Barêta e o mais crítico e que só aparece nessa fala dele é a de que Gilson foi abordado pelos dois rapazes. Quando a amiga e colega de trabalho de Gilson apontou que após o expediente ele se sentou na mesa com os dois rapazes. O ponto do coordenador da DHPP poderia ser levado em consideração se os alcozes de Gilson não for os mesmos com quem ele se sentou para beber, o que não é possível afirmar.

Essa hipótese não pode ser constada, uma vez que a investigação não chegou a nenhum suspeito. Até o momento em que se redige esse texto nenhum suspeito foi preso pelo assassinato de Gilson e a polícia civil não divulgou mais nenhuma nota de atualização sobre o crime.

Alguns pontos na morte de Gilson não ficam muito esclarecidos e dificultam o entendimento de como a morte aconteceu. Principalmente a versão da polícia civil, pois segundo apontam os agentes a vítima morreu por volta de 5 horas da manhã, foi espancado até a morte para que pudessem levar o celular, o que é estranho porque depois de alguns golpes já possível pegar os pertences da vítima. Logo, é possível concluir que se tinha a intenção de matar.

Outro ponto que não é citado em nenhuma das reportagens é quem encontrou o corpo de Gilson, quem acionou a polícia. Em nenhum momento isso é citado nas reportagens, o que não é comum pois geralmente a pessoa que encontra o corpo tem que testemunhar e geralmente fala com as equipes de reportagens. Apesar de intenso processo de procura por essas informações nada foi encontrado, ou seja, essa é sem dúvida um ponto a ser considerado: alguém encontrou o corpo da vítima, alguém acionou a polícia. Só não é possível dizer quem foi.



Figura 8- imagens de Gilson Melo FONTE: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2018/8/24/homem-espocado-ate-a-morte-em-teresina-foi-vitima-de-latrocinio-438883.html>. acesso em 05/12/2021

Foi encontrada apenas uma foto de Gilson (imagem acima) e nenhum registro do local do crime. Nas reportagens não é citado em nenhum momento relatos de familiares, ninguém da família da vítima é citada, nem mesmo aparece dados sobre a família, onde a vítima morava. A única pessoa a aparecer nas reportagens é amiga de trabalho que reconheceu o corpo. Não é possível dizer se alguém chorou com a morte de Gilson.

## 2.5 – Walteres Peixoto: deixado na sarjeta.

Enquanto elemento central da violência difusa, a crueldade deixa muitas marcas no corpo. Walteres carrega muitas marcas dessa vida cruel. Foi espancado e deixado para morrer sozinho, sem o brilho dos palcos que ele estava acostumado, sem o glamour da montaria de drag queen que estava acostumado.

O quinto caso a fazer parte desta pesquisa também se trata de um homem gay. Walteres Peixoto, morreu no dia 09 de janeiro de 2018, mas ele foi espancado no dia 07 de janeiro. Walteres foi encontrado por populares as margens da BR-343, no município de Piripiri no Estado do Piauí. Ele tinha sangramentos e uma lesão na cabeça. <sup>14</sup>

<sup>14</sup> <https://www.oitomeia.com.br/cidades/piripiri/2018/01/10/suspeita-de-homofobia-homem-morre-apos-ser-espocado-em-piripiri/>

A vítima estava desacorda e chegou a ser socorrida, passou dois dias em coma e veio a óbito. No raio-x, realizado no hospital, foi constatado várias lesões no corpo, sendo a causa da sua morte uma lesão no crânio. Um primeiro ponto de destaque sobre a morte de Walteres e ressaltado pela própria delegada responsável pelo caso é que a polícia não foi acionada no dia do crime. “O que me causa estranheza é porque somente ontem ficamos sabendo desse caso. Já que no domingo a família tomou conhecimento”, afirma ela.

Ainda segundo a delegada, a família em momento algum procurou a delegacia para informar sobre o caso o que ela pontua nas entrevistas que a deixou bastante intrigada. Por se tratar de espancamento, e a vítima ter sido deixada para morrer na sarjeta, é estranho que a família não procure as autoridades policiais, ainda mais em crime ocorrido na zona urbana.

A notícia sobre a morte de Walteres chega através de um amigo que ficou sabendo do ocorrido somente do dia da morte da vítima. Segundo ela, um grupo de luta por direitos LGBT's foi até a delegacia representado pelo amigo de Walteres foi até a delegacia e comunicou sobre a morte.

“Quando soube fui para o necrotério, e lá fiquei sabendo que ele estava na cidade, que estava no hospital em coma. Depois disso fui comunicar à delegacia”. (amigo da vítima)

Segundo relatos de amigos, a vítima era gay e drag queen, natural da cidade de Piripiri, mas morava em Teresina. Não se sabe o que levou a vítima até a cidade naquele final de semana, se foi visitas à família ou se tinha algum compromisso na cidade. A investigação, apesar da distância entre a data do crime e o dia em que esse texto é redigido, nenhum suspeito foi preso ou foi apurado o que levou Walteres até a cidade.

As notícias apontam que a vítima já tinha sofrido duas tentativas de homicídio anteriormente. Na primeira delas ele levou um tiro tendo o Grupo Gay de Piripiri (GGP) realizado uma campanha beneficente para ajudar a custear o tratamento, pois a família da vítima não tinha condições. Na segunda vez que Walteres foi atacada a facadas, mas também sobreviveu.

A delegada responsável pelo caso na época apontou que a investigação teria duas linhas. Uma delas colocava como ponto a homofobia, a outra linha não foi revelada. Segundo ela, as provas não eram capazes de revelar o que motivou o crime, mas que com o esforço investigativo as razões que levaram a

morte de Walteres seriam reveladas. “Não estou somente olhando pelo lado da homofobia, mas não estou descartando nada” pontua a delegada.

Estamos aguardando a perícia e já demos início às investigações. Há uma suspeita que pode ter sido um crime de homofobia, porque ele era homossexual e amigos deles já vieram me procurar. Quero a liga LGBT ao meu lado para ajudar nas investigações, mas ainda há fatos que precisam ser esclarecidos” (Fala da delegada)

Até o momento nenhuma notícia foi divulgada sobre a resolução do caso de Walteres. O que se pode afirmar é que o brilho dos palcos como drag queen de Walteres foi destruído e jogado na sarjeta para morrer assim como sua vida. Pelas notícias pouco se sabe sobre a vida da vítima, além de ser gay e drag e pouco se sabe também sobre a sua morte e as razões que levaram até o crime. Um ponto a ser destacado também é que dos casos apresentados nesse capítulo, o de Walteres é o menos noticiado. Somente 4 portais de notícias divulgam dados sobre a sua morte. Talvez alguém tenha chorado sua morte, mas as marcas do abandono e da precariedade também fazem parte da sua jornada.

## **2.6 – O que é possível dizer sobre as vítimas: traçando perfis.**

Os casos apresentados nesta pesquisa revelam muitas particularidades e um universo social repleto de problemáticas. Por mais que este trabalho defina as vítimas como vítimas de lgbtphobia não é possível apontar em todas as vítimas características semelhantes em suas trajetórias, nem mesmo afirmar que os fatores que levaram ao crime foram os mesmos. Contudo, é possível afirmar que as vítimas aqui apresentavam uma característica comum: vida e morte marcadas por violência.

Judith Butler (2017), argumenta que todas as vidas podem ser entendidas como precárias, pois, elas precisam e dependem de certas condições que as mantenha em sustentação, os corpos precisam de alimentos, abrigos, cuidados, direitos. Dessa forma, a precariedade é um fator que atinge os diferentes seres humanos. Os seres humanos para garantir a sua sobrevivência precisam construir redes, mas autora ressalta que apesar de ser uma condição compartilhada pelos seres humanos ela é distribuída de modo diferente.

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção.” (BUTLER, 2017: p. 46)

O que liga as vítimas apresentadas neste capítulo são as condições precárias que foram sendo impostas ao longo da vida e que revelam marcas da desigualdade, da violência, das opressões comuns na vida da população LGBTQIA+. Apesar de vidas, e características distintas as vítimas que fazem parte desta pesquisa revelam as dificuldades enfrentadas no dia a dia.

Como ressaltado na sessão anterior, este trabalho utiliza crimes que foram divulgados em portais de notícias on-line. Esses não foram os únicos casos encontrados, mas foram selecionados por permitirem uma amostra significativa de como se caracterizam as vítimas da violência lgbtfóbica no Piauí. De modo geral, as vítimas sejam de crimes letais ou de agressões não letais são travestis, jovens de baixa renda, pretas e pardas e homens gays, pretos e pardos de baixa renda.

A estrutura de assassinatos de homens gays é muito semelhante em todos os casos. Geralmente, os homens de baixa renda, pretos e pardos, muitas vezes situados numa situação de liminaridade entre o masculino e o feminino, o que geralmente se pontua como homem “afeminado”, são as vítimas preferenciais da violência lgbtfóbica. O que se segue também nos crimes contra travestis.

A crueldade é uma marca muito presente nesses assassinatos. Tal condição pode ser observada no assassinato de Cínara que não está detalhado acima por ter ocorrido fora do intervalo analisado, mas que revela o modo como esse tipo criminal tem se perpetuado ao longo do tempo. Cínara no ano de sua morte tinha 29 anos, esse crime acontece em 2009 e muitos depois desse seguem o mesmo roteiro de violência extrema e de crueldade. Assim como Cínara, alguns casos de acontecem entre 2018 e 2021 apresentem características semelhantes.

Raimundo de Sousa Santos, mais conhecido por Cínara, 29 anos, encontrado morto com mais de 20 facadas, amordaçado, amarrado os pés e as mãos e ainda completamente despido e um pedaço de ripa enfiado no seu ânus. O homossexual foi encontrado morto, na manhã do dia 31 de agosto de 2008, nas Hortas Comunitárias do Dirceu Arcoverde II, na Avenida Noé Mendes, na Zona Sudeste de Teresina-PI. Segundo o agente da Polícia Civil, Washington Gomes que



comandou as investigações juntamente com o diretor da Gerência de Polícia Especializada, delegado Francisco Rodrigues, um dos matadores do homossexual, foi o assaltante e viciado em drogas Tiago Pereira da Silva, mais conhecido por Tiago Vigarista (**foto**), que após matar Cínara, praticou um roubo na área do 4º DP, na Zona Sul de Teresina e acabou preso e autuado em flagrante, por este delito, e se encontra recolhido na Casa de Custódia, à disposição da Justiça. (GP1, 2009)

O assassinato de Cínara carrega para além dos ataques a sexualidade, as marcas da brutalização sobre corpos considerados dissidentes. O número excessivo de facadas pertence a esfera do inexplicável, mas é carregado de significados, uma vez que o objetivo não é somente matar, mas eliminar a existência daquele corpo abjeto.

Esse crime carrega muitas marcas de uma vida precária, de uma existência instável, uma vez que “para os corpos serem coerentes e fazerem sentido [...] é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido posicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2015b: p. 258).

Sobre o que liga as vítimas para além da precariedade da vida existem alguns fatores. Paola e Lupita se identificavam como travestis. Paola fazia ponto no bairro que residia e não se sabe com que Lupita trabalhava. As duas eram pretas e pobres, mesmo uma vivendo na capital do Estado e outra no interior, a condição de pobreza se apresenta de modo muito semelhante. O assassinato de Paola não teve resolução. Os seus algozes não foram identificados e o caso continua em aberto. Já Lupita foi assassinada pelo padrasto, ele continua preso, mas não se tem informações se já foi a julgamento.

As notícias revelam até certo ponto, a existência na investigação policial de muitos empecilhos e por vezes até falta de vontade criar uma estrutura investigativa efetiva. Quando se trata de travestis a precariedade das investigações é ainda maior, sendo sempre pontuados outras razões para que o crime tenha acontecido, culpabilizando a vítima, enquanto pouco se faz para descobrir o autor do crime.

A indiferença policial na apuração da maior parte desses crimes parece encontrar eco nas representações negativas de travestis como homossexuais especialmente desajustados, de modo que sua morte, em geral em idade bem inferior do que a das vítimas de latrocínio, tende a ser tomada por policiais como consequência de um modo de vida constantemente próximo da ilegalidade e que é recebida com poucas pressões, sobretudo familiares, por sua apuração e por justiça (CARRARA e VIANNA, 2006, p. 245).

Gilson e Walteres também possuem mortes semelhantes e com estruturas de violência parecidas. Ambos se identificavam como homens gays, não se tem informações raciais sobre Gilson, mas era um homem de baixa renda que trabalhava em uma lanchonete para garantir sua subsistência. Walteres era um homem pardo, também de baixa renda, mas não se sabe com que ele trabalhava. A condição de pobreza pode ser identificada na fala dos amigos, quando relatam os ataques sofridos e a impossibilidade de bancar o tratamento.

Das vítimas apresentadas nesta pesquisa, talvez a que mais se tenha informações pessoais e ao mesmo tempo a que menos se saiba o que levou a sua morte é Eduarda. Maria Eduarda se identificava como mulher transexual e apesar da pouca idade, sua condição trans é vivenciada desde o início da adolescência. Em fotos das redes sociais, é possível vê-la ao lado de colegas de classe no ano de 2014, já como uma menina trans. Não se tem informações sobre as condições econômicas de Maria Eduarda e nem se a vítima trabalhava. Enquanto a informações raciais por fatos é possível classificar a vítima como parda.

No geral, esses casos revelam um campo discursivo, uma relação de poder que tem no corpo o seu alvo principal. O corpo, e o modo como esse corpo é construído e apresentado é uma superfície política. Sobre esses corpos é montado um conjunto de hierarquias que subjagam os corpos a determinadas normas

O corpo [...] é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível. [...] Infere-se daí, então, que certos tipos de corpo parecerão mais precariamente que outros, dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia em geral, apoiam ou endossam a ideia da vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto. [...] (BUTLER, 2017: p. 85).

Para pensar o modo como tais crimes acontecem, é fundamental pensar sobre os corpos situados em um campo de disputa. Como pontua Bourdieu (1999), o espaço social é hierarquizado pela desigual distribuição de capitais.

São as condições materiais de existência que definem a posição de cada indivíduo, grupo ou classe no espaço social. Os crimes revelam como um corpo situado em um campo hierarquizado sofre as consequências por não obedecer a estrutura dominante, que na sociedade contemporânea é a norma heterossexual.

É necessário destacar que não foram encontradas notícias sobre assassinatos de mulheres lésbicas no Estado do Piauí entre os anos de 2018 e 2021. As palavras chaves, mulher lésbica, assassinato, morta, crime, levaram a 3 casos todos eles antes de 2015. Foram também procurados temas relacionados no site do Grupo Matizes, defensor da causa LGBTQIA+ e muito ligado ao movimento lésbico no Piauí, e ele também não possuía dados.

A ausência de notícias de crimes praticados contra mulheres lésbicas não pode ser usada como indicativo de que tal grupo não sofra com violência lgbtfóbica. Por mais que as notícias não apontem assassinatos, algumas apontam graves violações de direitos humanos, agressões e ameaças, como a que pode ser vista nesse enunciado: “PI: pais mantêm jovem em cárcere por 27 dias por ser lésbica Estudante de 19 anos disse que pais a trancaram em casa quando descobriram que ela era homossexual” (gp1,2018).

## **2.7- Pensando as noticiais, repensando os crimes: quem noticia a morte?**

As notícias vinculadas em portais digitais fornecem para esta pesquisa informações que possibilitam até certo ponto compreender a estrutura dos crimes. O modo como a notícia é construída revela muito sobre a própria sociedade e como o crime é entendido nessa estrutura. Assim, é possível pensar as notícias e os jornais como uma produção social coletiva, um local de produção de distintos personagens e distintas histórias.

Em *A ordem do discurso* (1996), Foucault pontua que os modos de narrar em torno da morte e do morrer são implicados pelo modo como os indivíduos entendem e experimentam a vida, o viver e a história. São, segundo ele, os efeitos dos regimes discursivos que estabelecem o que pode ser dito e quais as condições do dizer. Os discursos são construídos por meio de esferas de controle e sem dúvida põe em jogo o poder e o desejo. As notícias sobre os crimes letais contra a população LGBTQIA+ no Piauí podem ser entendidos

como discursos repletos de marcas da estrutura social e dos sistemas de controle.

Por vezes os relatos e os discursos sobre mortes violentas ganham a esfera pública e colocam os corpos como alvos. No caso específico da população LGBTQIA+ as condições sobre mortes colocam em xeque de que modo a ação dos sujeitos pode ter levado ao acontecimento do crime, estando a vítima sem possibilidades de duelar por sua história. Dessa forma, a morte e a vida das vítimas são contadas por meio dos discursos jornalísticos, seus corpos são tornados informações estatísticas e em muitos casos nenhuma solução para barrar a criminalidade é apontado.

Não tenho a pretensão de matar os outros com minha escrita. Só escrevo sobre o fundo da morte já declarada dos outros. É porque os outros estão mortos que posso escrever, como se, de certa forma, suas vidas, enquanto eles estavam ali, sorrindo, falando, tivesse me impedido de escrever. Ao mesmo tempo, a única homenagem que minha escrita os pode prestar é a descobrir ao mesmo tempo a verdade de suas vidas e de suas mortes, o segredo doentio que explica a passagem de suas vidas a suas mortes. Para mim, no fundo, o lugar de possibilidade da escrita é esse ponto onde a vida dos outros descambou para a morte (Foucault, 2016, p. 46-47).

Em sua dissertação sobre como a imprensa carioca relata o assassinado de gays e travestis, Paula Lacerda (2006), ressalta que os jornais têm a necessidade de fisgar os seus leitores, as notícias acabam por entrar em um campo de disputa pela atenção dos leitores, e para isso é fundamental lidar com os fatos do cotidiano de modo a atrair os acessos, no caso específico dos jornais digitais.

Ainda segundo a pesquisadora, as notícias sobre crimes contra gays e travestis tendem a seguir quatro estilos narrativos. Esses estilos narrativos se ligam ao modo como a própria sociedade entende as vítimas e suas histórias. As vítimas e os acusados são postos de modos bem distintos ou até mesmo muito semelhante a depender do estilo narrativo e o modo como as representações sociais sobre esses sujeitos são construídos. Lacerda alerta para o fato que a repetição incessante de certas representações sociais tem como consequência a sua cristalização, e os jornais acabam contribuindo com isso. (Lacerda, 2006, p. 53)

Assim, a partir desses fatores os estilos de notícias vão se construindo. No caso específico de assassinatos, não é possível que exista um estilo único para relatar tais acontecimentos, eles vão se configurando a partir das escolhas

do próprio jornal e das pessoas que fazem os jornais. A violência e o modo como tal violência é propagada também pode afetar o modo como as notícias e os relatos se organizam. Para Lacerda, os estilos predominantes são: cômico, dramático, descritivo e denunciativo. Para autora, é necessário pensar nesses estilos como tipos ideais, e que não se encerram em si mesmos, uma notícia pode no seu texto trazer diferentes estilos ou até mesmos novos estilos.

Cada um desses estilos se organiza de modo a revelar pontos sobre as notícias. No cômico a comicidade, o riso que se deseja provocar, é a principal marca desse estilo narrativo, nas notícias vinculadas neste trabalho nenhuma revela esse estilo de notícia. Já no estilo dramático, também muito presente em jornais populares se utiliza muito do fatalismo como forma de narração, para esse tipo de notícia a parte final, ou seja, o que carrega mais drama, vem logo no início da notícia como forma de antecipar os fatos e atrair atenção do leitor. Esse tipo de notícia também não é recorrente em nenhuma das notícias pesquisadas para esse trabalho.

O estilo descritivo, é caracterizado pela predominância de informações que são breves pontuais, o objetivo desse tipo de notícia é relatar o caso, sem muitas marcas de personalidade ou de compaixão o objetivo dessa notícia é descrever o crime a vítima e se possível o agressor. Uma forte marca desse tipo de notícia é descreve o crime o mais próximo possível do seu acontecimento, muitas vezes são utilizadas falas dos policiais, das testemunhas, e o que for possível para descrever o fenômeno.

O último estilo narrativo descrito por Lacerda é o denunciativo. Esse estilo narrativo se caracteriza fundamentalmente pela denúncia que provoca chamando a atenção para fatos como ineficiência da polícia, aumento da violência. Na sua construção esse tipo de notícia carrega consigo um caráter pedagógico na medida em que busca conscientizar as pessoas para o fenômeno que está acontecendo. Busca muitas vezes também provocar nas pessoas o desejo de justiça para o crime que acabou de acontecer.

Nas notícias vinculadas neste trabalho, o principal estilo narrativo é o descritivo, o que se pode observar nas notícias sobre os crimes relatados nesta pesquisa é que o principal objetivo de jornais digitais era descrever a situação que acabara de acontecer e nenhuma notícia, exceto no caso de Paola que aconteceu em Teresina é possível observar marcas de personalidade nos textos.

Homossexual é espancado até a morte no Planalto Uruguai. De acordo com a polícia, dois rapazes teriam agredido a vítima com socos e chutes após um desentendimento. A suspeita é de crime de homofobia. Um homem foi espancado até a morte no início da manhã desta quinta-feira (23) em frente ao Chapa Quente Lanches, próximo à avenida Principal do Planalto Uruguai, zona Leste de Teresina. A vítima foi identificada como Gilson Melo Garcia, conhecida como Gigi, e era homossexual. A polícia acredita em crime de homofobia. (Portal o Dia)

O estilo descritivo pode ser compreendido, desse modo, pela sua forte marca de impessoalidade, o objetivo na notícia não é fazer uma denúncia, nem muito menos conscientizar a população sobre a violência seja ela qual for o tipo, o objetivo é relatar o crime e, com isso, aumentar os seus acessos. O que se pode observar em todos os portais de notícias acessados é que existe pouca margem para criatividade nos textos. Seguem todos o mesmo roteiro e muitas vezes as notícias se repetem até com os mesmos erros gramaticais.

Outro ponto que pode ser destacado em relação as notícias é fato de não ter nos jornais profissionais designados especificamente para relatar crimes. O mesmo jornalista que lida com crimes, lida também com colunas sociais, shows, culinária. O que se percebe é que o objetivo é realmente somente relatar um fato, sem grandes preocupações com o problema social que está sendo relatado.

A intenção das notícias é nesse sentido informar sobre um fato e não gerar mudanças sociais. Somente no caso de Paola, entidades de defesa dos direitos humanos, dos direitos LGBTQIA+ são acionados para falar sobre e pensar que fatores levaram o crime e o que é necessário fazer para mudar tal realidade. Nos demais, os crimes são somente descritos.

Numa rotina de exclusão e violência, morre mais um travesti, Paola Araújo

O crime aconteceu ontem à noite. O Brasil está disparado, no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneros e ontem à noite, no Piauí, mais um caso foi fazer parte desta negativa lista. Paola Araújo, 31 anos, travesti, foi assassinada a tiros na noite desse domingo (6) na BR-316, próximo ao balão do Porto Alegre, na zona Sul de Teresina. Ela foi alvo de tiros no pescoço, no rosto e no peito direito, e morreu no local, por volta das 23h40. (Portal o dia)

Paola Araújo: travesti morreu por crime de ódio, só pelo fato de ser trans. É o que afirma o Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis; Polícia, no entanto, ainda segue em investigações para saber quem matou e porque matou (Portal 8 meia)

O modo como o crime retratado e o teor de denúncia somente aparece no caso de Paola, e como já relatado anteriormente, a vítima era ligada aos

movimentos sociais na capital. Essas notícias trazem elementos que nenhuma outra pontua, como dados sobre a violência, a forma como o Estado lida com os crimes e como a polícia tem agido diante de tais crimes. Ressaltam por exemplo, como é dura a vida de prostituição de algumas travestis e como o itinerário delas é marcado por violência.

Nos outros casos, o que se repete constantemente é a afirmação da sexualidade e da condição de gênero, mesmo em casos em que o crime de lgbtfobia não é pontuado. O que revela que essas marcas de gênero são fundamentais para pensar o modo como a violência é estruturada e como as vítimas são alcançadas.

Outro ponto a ser destacado é a partir da tese de Luiz Fábio Paiva (2012), intitulada “Os significados da morte: os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que “abalaram” o Brasil”. Para a autor, as coberturas e os relatos vinculados na mídia não apenas narram os acontecimentos, mas contribuem para a construção de seu sentido ao passo que propõe reflexões sobre o que tais mortes significam. Talvez o principal ponto de diferença entre os crimes analisados por Paiva (2012) e os relatos nesta pesquisa seja o fato de não “abalar” o Brasil. Tal fato pode ser observado na ausência de uma extensa cobertura jornalística e na lentidão na busca pelos culpados.

Ainda segundo o autor, não é possível pensar na morte separada na esfera social, cultural e histórica e por mais que se trate de um destino biológico, ou seja, todas as pessoas vão morrer, essa certeza é manipulada pela dúvida. Não saber ao certo quando se irá morrer, acaba por dar sentido à vida. Contudo, ao se pensar sobre mortes violentas tal sentido é subvertido, uma vez que a morte violenta é promovida pela ação do outro e nega ao indivíduo o direito a buscar formas de sobrevivência. (PAIVA, 2012, p. 244)

Assim, não é possível pensar a vida humana como um direito natural de todas as pessoas, mas um direito construído de modo racional. O que os relatos jornalísticos sobre os assassinatos demonstram é que a vida e morte de determinadas pessoas são colocados como inferiores, sendo assim matar essas pessoas não é pontuado como grave.

O desejo de matar alguém, ou o ato de fazê-lo, por não se ajustar às normas de gênero pelas quais uma pessoa "deve" viver sugere que a própria vida requer um conjunto de regras sob as quais proteger a si

mesmo, e que estar fora deles, ou viver fora deles, é equivalente a cortejar a morte "(BUTLER,2019, p.58)

O não importar que os corpos presentes nos relatos jornalísticos revelam, pode ser percebido pelo modo como as mortes são retratadas. O objetivo nas matérias não é revelar um problema social ou denunciar práticas criminosas, mas somente através do furo de notícias retratar mais uma morte, de um corpo sem história, sem contexto, sem importância. Butler (2019), pontua que os mesmos termos que conferem a qualidade de “humano” para certas pessoas são aqueles que privam outros da possibilidade atingir esse status.

Dessa forma, é produzido um diferencial entre o que mais humano e o que é menos humano. Os corpos são postos como diferentes, a depender da trajetória e da visibilidade durante esse percurso e depende se diferentes fatores como: “sexo e a verificação perceptual de dito sexo; sua etnia e categorização da referida etnia. Alguns humanos são reconhecidos menos do que humano”. (BUTLER, 2019, p.14) E esses elementos muitas vezes aparecem nas notícias. César Barreira pontua que:

As notícias difundidas nos meios de comunicação coletiva vão delineando as práticas classificadas como crueldade, cujo referente incorpora ações agressivas inesperadas, desproporcionais e aparentemente distante de motivações. A difusão das notícias assume também a característica de espetáculo, enfatizando o papel da mídia nas classificações ou na diferenciação entre os crimes. (BARREIRA, 2015, p. 60)

A partir do exposto, é possível ponderar que o modo como as notícias são divulgadas desempenham uma função social. O modo como o crime é tratado é que possibilita a sua classificação e mapeamento, é que muitas vezes indica por exemplo o grau de crueldade e violência com que foram executados os crimes. Ponto esse que será analisado no capítulo seguinte.

Carra e Vianna (2006), em pesquisa sobre a violência letal contra travestis no Rio de Janeiro, pontuam questões fundamentais para a compreensão da violência LGBTfóbica. De um lado, é possível observar a “indiferença policial” na apuração dos crimes, muito por considerar as vítimas como pessoas desajustadas socialmente. E por outro lado, é mostrada que existe uma complexidade quando se trata de violência letal LGBTfóbica, pois elementos interseccionais como classe, raça e gênero estão no centro do problema.

De modo geral, os dados revelaram que o tipo de violência letal que incide sobre travestis, bem como o perfil sociológico desse tipo de



vítima, é bem diferente da que tende a atingir outros homens não-heterossexuais. Tomando como base a classificação de cor atribuída por policiais e médicos legistas, pode-se sugerir que entre as travestis vitimadas há predominância de negros e pardos, indicativo de seu pertencimento aos estratos mais pobres da sociedade brasileira, enquanto entre os *gays*, ou seja, homossexuais que não exibem tão claramente as marcas de sua “diferença”, predominam indivíduos classificados como brancos, com alta escolaridade e oriundos das camadas médias urbanas. (CARRARA E VIANNA, 2006, p.235)

Tais elementos são fundamentais para pensar os crimes expostos neste capítulo. Das vítimas apresentadas aqui, todas estavam marginalizadas, eram socialmente desfavorecidas. O que se pode ponderar é que quando se trata de crimes contra as pessoas que estão margem a baixa resolução dos problemas se torna comum. Para Maria Laura Reis, coordenadora do Grupo piauiense de transexuais e travestis GPtrans-PI, a baixa resolução dos casos no Piauí ainda encontra a barreira da não existência de um protocolo específico para tratar da LGBTfobia.

Esse quadro de investigações precárias e com baixo índice de resolução ainda é agravado quando se tem alguma evidência de participação em atividades de prostituição ou drogas ilícitas. O caso de Paola é um exemplo de tal condição, mesmo tendo ocorrido na presença de testemunhas e um local com câmeras de segurança, nenhum suspeito foi apreendido.

Ainda sobre esse ponto, é fundamental destacar que quando se trata de crimes por LGBTfobia as execuções são comuns. Os crimes passionais, ou de roubo com morte existem, mas não são a maioria, o caso de Gilson é pontuado pela polícia mesmo sem investigação como latrocínio, mas os relatos jornalísticos e o depoimento da colega de trabalho, demonstram como o corpo se tornou um alvo por não está em conformação com o sexo ou o gênero designado pela estrutura normativa.

De acordo com Efrem Filho (2016), as motivações para os assassinatos de LGBT's podem ser pontuados a partir de alguns fatores, sendo o primeiro geralmente ligado ao sentimento de impunidade. Mesmo com a resolução que criminaliza a LGBTfobia ainda é possível observar os constantes ataques, uma vez que o problema se normalizou dentro das relações sociais. Muitas vezes, o agressor acredita que está limpando a sociedade da sujeira que são as vidas

LGBT's. Isso ocorre, na maioria das vezes, legitimados por discursos políticos e jurídicos.

A legitimidade do gesto de violência é, então, associada à certeza da impunidade: "Na minha cabeça, não vai acontecer nada. E até não muito longe no tempo, não acontecia nada mesmo não". O risco dessa síntese está, penso eu, na difusão da crença de que "se acontecesse algo", ou seja, "se a punição ocorresse", a *homofobia* seria, de fato, confrontada em sua gênese. (EFREM FILHO, 2016, p.318)

A LGBTfobia pode ser compreendida assim como o fator que garante a inteligibilidade para os crimes. Pois, é a partir dela que são oferecidas pistas das vinculações de tais violências com a sexualidade e identidade de gênero das vítimas. Para o autor, tais pistas se tornam mais evidentes quando a brutalização sobre os corpos é exposta, quando a crueldade é fator presente, é "o golpe de faca peixeira no ânus, a morte antecedida pelo estupro, o pênis decepado e enfiado na boca". (EFREM FILHO, 2016, p. 329)

O que se pode ponderar a partir dos dados jornalísticos é que a rua, a casa, o local de trabalho podem se tornar facilmente cenários de crimes cruéis. A violência com caráter LGBTfóbica é difusa, atinge as diversas pessoas da comunidade LGBTQIA+ de diferentes modos.

As travestis em atividade de prostituição se configuram como as que mais sofrem com a violência, seja ela letal ou não, a exposição acaba por aumentar os riscos. Para as outras letras da comunidade a violência também chegam de modo muito intenso, um jeito, uma fala, um andar que não corresponda com a heteronormatividade vigente pode colocar o corpo em risco.

Os capítulos seguintes irão pontuar questões que possibilitam compreender características que rodeiam esses crimes. Primeiro, é o caráter cruel da violência lgbtfóbica, o segundo é o preconceito que rodeia tal corpos e o terceiro é a violência baseada em questões de gênero. O ponto comum a todos esses crimes é a presença de tais elementos na sua constituição. A intenção é compreender o que torna possível a existência de tais crimes e a sua perpetuação ao longo do tempo.

### **3- VIOLÊNCIA, CRUELDADE E CRIMES LETAIS: CAMINHOS PARA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NO PIAUÍ**

Os debates e as reflexões sobre a produção social da violência se mostram cada vez mais necessários. O cenário brasileiro é repleto de exemplos que mostram como tal problemática está presente no cotidiano do país. O presente texto tem como principal objetivo discutir e detalhar de que modo a violência se consolida na realidade social, em especial da sociedade brasileira. Desse modo, este capítulo traz reflexões sobre o modo como a violência produzida socialmente se engendra no habitus brasileiro e se torna um saber social incorporado modulador de ações.

Ao refletir sobre o modo como a violência se estrutura, teorizar sobre crimes e o modo como esses crimes são executados permitirá compreender de que modo a violência LGBTfóbica se constrói dentro dos mecanismos sociais. O modo como os crimes relatados pela imprensa é produzido revela uma forma de violência que vai se adequando a história do sujeito. A violência nesse sentido é modulada a um corpo e como esse corpo é visto pela estrutura social.

A segunda metade do século XX, é marcada fortemente pelas renovações políticas e sociais. As grandes guerras mundiais que assolaram o mundo deixaram grandes marcas que acabaram por estruturar novos instrumentos e instituições que buscavam construir a tão desejada harmonia mundial, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da década de 1970, com apogeu do neoliberalismo, é possível observar a aceleração do modo de produção capitalista e a integração comercial cada vez mais fortes entre nações com a formulação e o fortalecimento de acordos comerciais. O novo mundo globalizado e interligado compartilha não só produtos, como também cultura, arte, religião.

Cesar Barreira e Sergio Adorno (2010), em “A violência na sociedade brasileira”, pontuam que quando se pensa em Sociologia da violência enquanto campo de estudo é possível encontrar um número muito grande de referências e de linhas de pesquisas, ao passo que é também possível encontrar os pontos em que os estudos são escassos, ou pouco explorados.

Os dados explorados pelos autores revelam um crescimento nos estudos relativos à violência, ao passo que eles também se tornam mais diversificados. Para que se possa compreender o modo como se estrutura a violência com caráter LGBTfóbico, é fundamental compreender de que modo o como esses estudos sobre a violência são formulados e quais os caminhos são necessários percorrer, para que possa entender a dinâmica criminal que envolve as questões de gênero e sexualidade.

Esses estudos mostram o modo como a violência se constrói, o modo como ela afeta a vida dos indivíduos e de forma a sociedade vão se moldando. A violência é assim, um fator construtor de comportamentos a medida que cria um mundo para os indivíduos e esse mundo carrega as marcas do medo, da crueldade, da insegurança.

Sergio Adorno (2002), afirma que estruturas como o sentimento de medo e insegurança se tornam mais fortes na realidade social do Brasil. Tal sentimento tem como fundamento os dados cada vez mais alarmantes e o crescimento constante de todas as modalidades de delitos. O crime e a criminalidade se tornam assim presenças constantes no modo de vida brasileiro.

César Barreira (2013), acentua que são relacionados, o medo e a violência são representados como um motor contínuo entre violência/medo/violência. O autor pontua que na dinâmica das relações sociais quando o medo e a insegurança são pilares de constituição das relações a violência propicia um medo e este impulsiona mais violência. Desse modo, forma-se um círculo vicioso que para voltar a “normalidade” é necessário romper. (BARREIRA, 2013, p. 235) E esse mesmo ciclo vicioso de violência se torna difusa.

Barreira continua afirmando que os lugares seguros e as pessoas menos vulneráveis as práticas de violência passam por uma quadra de indefinição. Isso acontece, pois o fenômeno da violência se espalha de modo muito mais intenso e de forma diversa. “As vulnerabilidades sociais granjeiam outras dimensões, pois os lugares perigos e as vítimas preferenciais se fazem cada vez mais complexos” (BARREIRA, 2013, P.223). Tais condicionantes revelam segundo o autor o caráter difuso da violência, tal característica demonstra que a violência pode atingir os indivíduos em diversos contextos sociais.

O termo difuso, permite qualificar, fundamentalmente, o fenômeno da violência na contemporaneidade, assumindo uma dimensão polifônica, direcionando para uma sensação difusa de insegurança, bem como para “difusos medos sociais”. O difuso configura claramente o incontrolável e o imponderável. (BARREIRA, 2013, p.239)

É nesse contexto de violência difusa que a crueldade se estabelece. Para Barreira (2015), os castigos físicos, as situações de tortura acabam por evidenciar tipos criminais que escapam o domínio das instituições. Mesmo com avanço provocado pela modernização do mundo esses mecanismos de repressão se fazem presentes. Para autor, existe uma espécie de “justiça com as próprias mãos”, e tal condição que tem como marca a crueldade pode se revelar de diversas formas.

O assassinato de Gilson, em Teresina, relatado no capítulo anterior carrega as marcas da crueldade, ali revelada a partir da não conformidade com a heteronormatividade<sup>15</sup>, e essa não correspondência com o que o destino biológico estabelece, e acaba por legitimar a “justiça com as próprias mãos” que buscar eliminar um corpo transgressor. Barreira pontua que a crueldade faz parte da natureza humana e revela-se nas formas de dominação, como pode ser observado no assassinato de Gilson. Nesse crime em especial, é possível observar que não bastou a eliminação do corpo, mas a sua destruição tanto material, uma vez que o corpo foi desfigurado, como simbólico, visto que sua história não iria ser lembrada por muito tempo.

Adolfo Leon González (2011), pontua que a crueldade pode fazer alusão a uma mente retorcida, que não se comove com o sofrimento alheio e pode até sentir prazer em ver a dor no outro, uma vez que não se compadece com o sofrimento ali posto. A característica fundamental da crueldade para esse autor é a intencionalidade posta na ação. É a vontade de praticar o ato cruel.

La crueldad se convierte de este modo en el territorio de lo excesivo, de lo irracional, de lo inexplicable, en el territorio del mal. Gratuidad, barbarie, exceso o desproporción son calificativos que, generalmente, se aplican a los escenarios de crueldad, debido a que la violencia que se establece en ellos como medio no guarda relación con los fines lógicos que, aparentemente, movilizan la acción. (GOZÁLEZ, 2011, p. 5)

---

<sup>15</sup> A heteronormatividade pode ser compreendida como o conjunto de instituições, estruturas e práticas que ajudam a normalizar formas dominantes de heterossexualidade como universal e moralmente aceita. Para Guacira Lopes Louro o ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um "dado" anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse "dado" sexo vai determinar o gênero e induzir uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação "é um menino" ou "é uma menina" inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete. (LOURO, 2004: 15).

Os cenários de crueldade são muitos dessa forma, uma vez que em um contexto de violência difusa é possível observar que as vítimas e os crimes vão se modificando. Mas, quando se pontua a crueldade, um cenário de barbárie se monta, pois a violência por si só já carrega muitas marcas negativas, mas com a crueldade se estabelece a intencionalidade na ação. Os tiros que acertam Paola não são acidentais, eles tinham um destino certo, um corpo marcado, um alvo estabelecido. Em um sentido weberiano, a ação possuía uma racionalidade, essa razão era a aniquilação total do corpo, sem margem para sobrevivência.

É fundamental destacar como a crueldade se expressa, pode variar de acordo com a situação, contudo, ela deixa marcas de sofrimento na vítima. Para ele, as práticas de crueldade vão se caracterizando, ganhando destaque nos atos de esquartejar, cortar partes do corpo, no atear fogo que deixam marcas no corpo da vítima, que demonstram o poder sobre o corpo do outro e como esse poder é configurado.

Ou seja, uma clara demonstração da crueldade como exercício do gozo do poder. Tal condição é visualizada nos crimes lgbtfóbicos, pontuados anteriormente na medida em que cada crime carrega consigo condições de execução muito próprias de crimes cruéis, o corpo que ali tem o seu fim não morre apenas, ele é exterminado, alvejado com muitos tiros, muitas facadas, muitas pancadas para que a vida se esvaia por completo.

Um crime praticado com crueldade pode ser quadruplicamente qualificado, como, por exemplo, o motivo torpe, o emprego de meio cruel, a impossibilidade de defesa da vítima e a ocultação do cadáver. O torpe é aquele motivo considerado “desprezível, imundo, repugnante”, revelador de uma “aversão pela sociedade”. A Justiça destaca como exemplos a vingança e o ódio. O meio cruel é definido, principalmente, pelo uso de métodos que aumentam o sofrimento da vítima ou revelam uma violência desproporcional. (BARREIRA, 2015, p.66)

Assim, não é possível falar que os crimes analisados no capítulo anterior ocorrem por acaso, ou como aponta dados preliminares da polícia, no caso de Gilson e Maria Eduarda mais especificamente, afirmar que foi um latrocínio, motivado apenas pelo furto. Por trás das aparências de violência feita de forma gratuita, de violência pela violência, a crueldade pode muito bem remeter a significados que fazem sentido, pelo menos do ponto de vista de autor.

Em alguns casos, a violência parece totalmente determinada pela busca do prazer que traz à pessoa que a põe em ação. Pode-se observar que a crueldade parece exprimir práticas vindas de várias ordens explicativas, nas quais se inscrevem tanto as marcas individuais de agentes como a repetição de tragédias ou excessos que fazem parte da história. (BARREIRA, 2015), (WIEVIORKA,2003).

Os crimes pontuados no capítulo anterior podem ser compreendidos como parte desse crime que possui significado, O significado é baseado em questões como gênero, sexualidade, controle e discurso que constroem corpos como “normais” e “anormais”. Não é possível dizer que é a violência pela própria violência, e sim dotado de muitos significados. Os complexos níveis de crueldade em cada morte relevam marcas de uma sociedade que não lida de forma tranquila com a diversidade. A lgbtfobia age, nesse sentido, como uma força que elimina os corpos considerados indesejados.

Así que los criterios de desproporcionalidad que se le atribuyen a ciertos escenarios de crueldad se basan en la presunción de que el fin que busca su violencia es la muerte o la eliminación del otro, porque es ese el objetivo que más se ajusta a nuestro propio parámetro aceptado de violencia instrumental. ¿Es el placer o el disfrute del ejercicio de sufrimiento de la víctima necesario para que se configure un escenario de crueldad? O, dicho de otra forma, ¿sólo los hombres crueles, que disfrutan del sufrimiento del otro, pueden ejercer la crueldad? (GOZÁLEZ, 2011, p. 6-7)

É possível observar que a crescente violência, a instrumentalização e consolidação do crime é acompanhado da crueldade e da violência difusa. Os crimes se diversificam e se espalham pelo território, em forma de homicídios, roubos, sequestros, estupros. E assim a sociedade é marcada pelo intenso processo de mudanças nos padrões de criminalidade individual como no perfil das pessoas envolvidas com a criminalidade. A violência LGBTfóbica se constitui, desse modo, como novas faces da criminalidade, muito baseada na não aceitação do outro. Esses corpos que morrem no Piauí por meio de tal violência são corpos que não foram lidos na sua constituição, e por não ser possível ler por meio das lentes da heteronormatividade, ele acaba sendo eliminado.

Sergio Adorno (2002), pontua que na sociedade contemporânea as violências intersubjetivas ganham cada vez mais forças e nesse rol de violência, o criminoso pratica o crime para consolidar o seu poder sobre o outro corpo.

Como é possível observar nos conflitos matrimoniais, na violência contra a mulher, nos crescentes dados de feminicídio, na violência LGBTfóbica.

Crimes esses que tem como fatores moduladores a insegurança e o medo. Uma marca dessa reordenação de crimes, ou desse crime difuso, é modo como ele atinge os distintos corpos a partir de lugares de poder. Os corpos historicamente oprimidos são assim os alvos preferenciais. Muitos fatores se ligam, com isso, a essa prática criminal, como: sexo, raça, classe.

Assim, é fundamental constituir a problemática da violência, como uma questão social e culturalmente estabelecida. A violência parte das representações que elaboram a vida social, uma vez que tal fenômeno é intensivamente permeado pelo modismo e em razão dos apelos da sociedade. Ao longo do tempo, os estudos sobre a violência conduziram ao trato do fenômeno como suporte nos valores organizados por cada estrutura social. O enfoque nos valores é fundamental, pois são eles que concedem sentido as práticas de delito e as contravenções. (BARREIRA, 2013, p.220)

O que os crimes com caráter LGBTfóbico que ocorrem no Piauí entre 2018 e 2021 demonstram é que a violência se estrutura enquanto instrumento organizador de práticas que fazem parte da história dos agrupamentos humanos. Nesse tipo específico de crime, que carrega as marcas de gênero e sexualidade, a crueldade se configura assim como elemento central. No desenvolver das relações sociais, quando humanos se sentem ameaçados, eles formulam formas de se defender dos possíveis ataques. Nas sociedades contemporâneas, ainda é possível observar tal condicionante, com o aprimoramento do medo como organizador dos conflitos.

Nesse contexto, o risco de ser alvo da violência passa a ser uma preocupação constante. Para pessoas que trabalham com prostituição por exemplo, o risco da pista é constante, por ter o seu corpo exposto em uma sociedade movida pelo preconceito e pela violência. Assim, a construção do risco em uma sociedade é sempre urgente de análise.

Uma vez que o risco não é uma grandeza mensurável, possui sempre um caráter duvidoso, discutível o que necessita de um olhar amplo sobre a temática para que possa relacionar os fatores e interligar os problemas, a compreensão da LGBTfobia passa por essa necessidade de entender o modo como o risco



chega as diferentes pessoas da comunidade, e como a violência afeta até mesmo o modo como se porta nas relações.

Mudanças no modo de andar, de falar, de agir são comuns em ambientes onde a segurança não é garantida. Mas tal mudança nem sempre é possível quando o seu corpo demonstra uma não correspondência as normas estabelecidas, assim, o risco passa ser um fator que afeta a sua existência. Os riscos não possuem uma existência abstrata por si só. Eles se tornam reais nas avaliações contraditórias de grupos e populações.

A ideia de um critério objetivo, segundo o qual se possa medir o grau de um risco, desconsidera que somente após uma determinada percepção e avaliação, riscos são considerados como urgentes, perigosos e reais ou como desprezíveis e irreais. (BECK, 2011, p. 36). O percentual de risco que o corpo LGBTQIA+ sofre não é assim capaz de ser mensurado de modo exato, mas como demonstram os dados obtidos nas notícias, os lugares onde esse corpo pode ser atingindo são bem amplos, como se observa nos dados anteriormente apresentados. As vítimas, os lugares, os alcoses vão se diversificando e construindo o risco à medida que as relações são formuladas.

As interpretações sobre a violência LGBTfóbica e o modo como o risco que se impõe a esses corpos podem ser variadas, visto que a depender da vítima e do território o crime pode variar de modo e ação. Mas a violência já é uma estrutura consolidada na sociedade do risco, e como tal fator condiciona a relação entre indivíduo e sociedade. Relação esta que segundo Norbert Elias (1994, p.178), é influenciada pela posição que cada sujeito ocupa no fluxo do processo social.

Desse modo, para pensar a relação entre violência, medo e insegurança é fundamental observar de que modo tais estruturas se relacionam com os indivíduos e com a própria sociedade. Em uma sociedade que a violência é um fator organizador das relações, existir enquanto LGBTQIA+ se torna um desafio, pois são constantes os ataques e o modo como esse corpo é colocado como alvo primordial da violência, seja ela letal ou não.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, a coordenadora do Grupo Piauiense de transexuais e travestis (GPtrans), Maria Laura, pontua que o combate à violência é a uma das principais pautas hoje do movimento no Piauí, dado que os casos acontecem de modo muito frequente no itinerário da

população dentro do Estado. Fatores como preconceito, discriminação e desigualdade não deixaram ainda de ser partes da vida da população LGBTQIA+.

A Violência LGBTfóbica ainda é um desafio a ser superado, por isso a importância de estar sempre traçando novas estratégias de Enfrentamento à LGBTfobia, as Legislações e Políticas Públicas precisam ser difundidas de formas ampla e aplicadas de formas mais efetivas. (MARIA LAURA DOS REIS)

A efetivação de políticas públicas é pontuada, visto que é possível entender a violência como diversos mecanismos que na sua essência privam os indivíduos dos seus direitos básicos, e com isso para que esses direitos possam ser resgatados, ou adquiridos é fundamental o reconhecimento das desigualdades e da violência presente na vida da população LGBTQIA+. A violência provoca a violação da humanidade presente no sujeito, já que entende tal sujeito como inferior. Nesse sentido, é possível entender a violência de forma ampla na medida em que não se reduz a atos físicos de violação do corpo, mas se estende por meios diversos de transgressão dos direitos individuais e coletivos.

A violência pode ser considerada também como uma construção simbólica que destaca e ao mesmo tempo recorta diversos aspectos das relações sociais, à medida que orienta as ações dos indivíduos (Silva 2004, p. 295). Nesse sentido, a violência pode ser compreendida como *habitus*, no sentido abordado por Pierre Bourdieu (1987), visto que funciona como um conjunto de dispositivos e disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura, as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas'.

A dissidência das normas heterossexuais é condenada na maioria dos itinerários percorridos pelas travestis. Os discursos religiosos e médico-científicos legitimaram instituições e práticas sociais baseadas em um conjunto de valores heteronormativos, os quais levam à discriminação negativa e à punição de diversos comportamentos sexuais, sob a acusação de crime, pecado ou doença. A violência na vida das travestis é múltipla e normativa, resultado da interação de mudanças de representações culturais, experiência social e subjetividade individual. (SOUZA, 2015, p. 771)

Martha Helena de Souza (2015), em trabalho sobre o itinerário de violência contra travestis no Rio Grande Sul, pontua que as violências vão se

constituindo ao longo da vida de muitos modos, e atingem e afetam o modo de existir de travestis, transexuais. Assim, é possível compreender que a violência como um conjunto de disposições duráveis, que possuem um caráter quase postural à medida que orquestram as práticas dos agentes, divide-se e se espalha na estrutura social de diversos modos e em categorias de análise, como pontua Cecilia Minayo (1997). Para a autora, a violência se divide em estrutural, de resistência e de delinquência. A primeira, corresponderia a expressões da desigualdade social construídas historicamente, onde as pessoas são impedidas de ter acesso a seus direitos sociais básicos e fundamentais.

A segunda, refere-se à construção de uma cultura de dominação e de inferioridade do diferente, fundamentados em preconceitos de classe e raça, a partir de representações simbólicas da realidade social. Por fim, a da delinquência, produto da reação ou não do indivíduo sujeito a violência estrutural e da resistência, para fins pessoais, obter: o que lhe é negado, sem observar quaisquer princípios ou normas sociais.

Evidentemente, as divisões e pontuações em categorias de violência formuladas por Minayo, não abarcam o universo de análise da violência por completo, e em muitos momentos a mesma pode ser insuficiente. Nesse sentido, o presente texto busca formular entendimentos sobre o fenômeno da violência, que possam estruturar as análises de modo a não reduzir em categorias e enquadrar em uma única forma os modos de violência e sua estruturação, mas sim uma análise de que modo tal violência se consolida e se estrutura no *habitus* social, como é caso das violências de gênero e sexualidade objeto de estudo desta pesquisa. A violência LGBTfóbica carrega consigo marcas do modo como regime social enxerga os corpos e direciona a esses corpos um modo de agir.

Não se trata de simplificar a problemática da violência, como se ela coubesse no conceito, ideia ou interpretação. Vista em toda a sua complexidade, em suas múltiplas manifestações coletivas e individuais, históricas e psicológicas, objetivas e subjetivas, é evidente que a violência é um acontecimento excepcional que transborda das várias ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas. (IANNI, 2002, p.2)

Pensar a violência é relacionar fatores que se interligam, uma vez que os reflexos e os provocadores da violência se estruturam de modo histórico. A violência presente hoje no Brasil, por exemplo, tem sua origem em um doloroso processo de colonização, que tem como principal fator regulador do poder a

violência, como instrumento de dominação. Dominação essa que almeja criar corpos que obedecem ao poder.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, um policial da Polícia Civil do Estado do Piauí, que foi uma dos que nas idas a delegacia me atendeu e me encaminhou para responsável pelos casos e preferiu não ser identificado, informa que o modo como a violência LGBTfóbica é tratada dentro das delegacias divergem muitos de outros crimes. Ele pontua que tal realidade não exclusiva dessa parcela da população, e quando se trata de pessoas com baixo poder aquisitivo, profissionais do sexo, moradores de rua, a morosidade para a resolução dos problemas se instala. Tal realidade revela o modo como a dominação se estrutura nas relações e revela que corpos importam.

Assim, é possível ponderar que para que em um corpo seja evidenciado a sua capacidade de sobrevivência não basta somente o esforço individual e tampouco de uma política identitária, mas de sua sociabilidade, do fato de contar como um corpo que importa. Com isso, é revelado que para um corpo importar é necessário que ele se encaixe, se enquadre nas configurações determinadas pelas normas, ou seja, é necessário que se materialize nas normas de gênero e sexualidade estabelecidas. O que pode ser compreendido como somente o heteronormativo importa.

os limites do construtivismo são expostos nesses limites da vida corpórea nos quais corpos abjetos ou deslegitimados deixam de ser considerados como “corpos”. Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então, essa demarcação produzirá um domínio de “sexos” excluídos e deslegitimados. Por isso, é igualmente importante pensar sobre como e até que ponto os corpos são construídos e sobre como e até que ponto os corpos não são construídos, e, posteriormente, perguntar como os corpos que fracassam nessa materialização fornecem o “exterior” necessário, se não o apoio necessário, para os corpos que, na materialização da norma, se qualificam na categoria de corpos que importam [matter]. (BUTLER, 2019, p.39)

Pode-se pensar a violência que rodeia esses corpos como uma fúria que almejada muitas vezes a destruição do “outro”, daquilo que é diferente, do que é considerado estranho. Os dados e os índices de violência, mostram como a violência carrega marcas sociais, preconceitos, discriminação, frutos de um processo histórico que legitimou certos tipos de violência, contra determinados corpos, corpos esses que foram criados para não importar, para não fazer falta. (IANNI, 2002),

Quando se pensa os corpos LGBT's, é possível perceber a existência de uma cultura da violência, cultura no sentido de práticas que sobrevivem no tempo, à medida que nasce, cresce e sobrevive como técnica de poder, que busca a dominação dos corpos, como já explicitado e ao mesmo tempo tal poder busca preservar territórios já conquistados e ampliar os espaços de domínio. Tais conquistas de território possuem desdobramentos sociais, psicológicos que se orientam e se modificam com a própria cultura política e da configuração do medo.

Um corpo situado nesse campo do medo, da cultura da violência, cria constantemente formas de sobrevivência, e é assim comum mesmo na contemporaneidade a criação de "Guetos", que nada mais são que lugares que possibilitam mais seguranças e onde as pessoas podem vivenciar suas performatividades de modo livre. O problema é que nas ruas, nos lares, nas escolas, a violência estará pronta para atingir esses corpos.

Leonardo de Sá (2011), ao refletir sobre as relações de poder e as dinâmicas da violência na busca por territórios e legitimação dentro das comunidades, aponta que a violência organiza a vida coletiva à medida que as "identidades que se estabelecem nas dinâmicas socioculturais da violência urbana representam duradouras fontes de estigmatização para os atores sociais sob foco". (SÁ, 2011, p.349). É por meio dessa estigmatização que os corpos se tornam corpos/alvo, um corpo que possui mais chances de morrer, de forma cruel, por motivos torpes e de maneira constante.

A violência é, dessa forma, fonte organizadora das relações sociais. Seja para os que praticam a violência, seja para os que são vitimados por ela. Isso ocorre na medida em que a violência provoca imputações sobre os corpos e sobre as práticas corporais e mentais. O autor ainda pontua que tais condicionantes são naturalizados, como se fizessem parte da vida e das práticas dos indivíduos de modo quase ontológico, na violência LGBTfóbica tal ponto é frequente. Nos crimes pontuados no capítulo anterior, o modo como a violência é revelada, parece não chocar a imprensa e muito menos o corpo policial, e isso é fruto desse processo de naturalização.

Sérgio Adorno (2010), alerta para o fato de que mesmo existindo práticas de violência presentes na cultura, ou seja, uma cultura de violência, não é possível afirmar que existe uma violência na história que seja intrínseca a

sociabilidade. O autor pontua que quando se fala de violência, se está falando em modalidades do emprego, não consensual ou legitimado, do uso da força para impor a vontade de uns contra outros, mediante recurso de meios determinados, inclusive força física. Tal uso da força está sempre situado e relacionado com o contexto social. E por isso, é fundamental se pensar a violência dentro do contexto e no campo em que ela está inserida.

Os atos de violência compreendem danos graves a integridade física, psíquica, ferem a identidade dos sujeitos, o direito à privacidade, entre outros fatores. Todas essas violações estão estruturadas em um espaço social de relações. Nesse sentido, é fundamental entender o espaço social como estruturas sociais objetivas, determinadas por uma multiplicidade de campos sociais, independente da consciência e da vontade dos indivíduos, mas que são capazes de orientar suas práticas e representações (Bourdieu, 1987), e são nesses espaços que Adorno pontua que as violências se estruturam. Ao observar as notícias e relatos presentes no capítulo 2, é possível observar como esses espaços de violência são construídos e o modo como eles vão construindo possibilidades para exercício da violência de modo a atingir diversas vítimas de diversos modos.

Por meio do exposto, é possível observar que a violência se constitui como um fenômeno de muitas definições. Pensar violência, e no caso específico deste trabalho a violência de caráter LGBTfóbica, é pensar as diversas ramificações que tal problemática pode criar. O modo como gays, lésbicas, bissexuais travestis e transexuais são assassinados e assassinadas ganha muitos contornos a depender do corpo e da situação posta.

A força empregada nos atos violentos e na crueldade que os rodeia ultrapassa muitos limites e acaba por perturbar acordos tácitos e regras que ordenam relações adquirindo carga negativa. O assassinato de Lupita, relatado no capítulo anterior carrega as marcas dessa violência que ultrapassa os limites, é rodeado de crueldade. A vítima foi golpeada dentro da sua própria casa, e não teve direito a defesa da própria vida. É um corpo pobre, travesti, negro, que no início da vida já pôde presenciar as violências mais extremas.

O modo como a violência LGBTfóbica se organiza carrega consigo o poder de apagar histórias, tendo como base o ódio e a crueldade. Como muitos relatos de assassinatos de pessoas transexuais e travestis no Brasil, as facadas

que marcam o corpo e tiram a vida de Lupita, não são apenas regadas de sangue, mas de toda a estrutura social que considera aquele corpo sem importância; A violência é assim caracterizada a partir das percepções e consequências que tais atos possuem. Como pontua Adorno

Os efeitos da violência produzem danos à integridade física, psíquica, moral, aos bens materiais e simbólicos. Resultam em dor e sofrimento impostos por uns contra outros. Por isso compreendem tanto dimensões objetivas, a morte de alguém, a perda de um direito, restrições à livre circulação inclusive de ideias, quando de experiências subjetivas. Ora a violência aparece como caos e desordem normativa, ora como transgressão aos valores considerados sagrados, como a inviolabilidade do domicílio, do corpo, da privacidade. (ADORNO, 2016 p.72-73)

Desse modo, é possível pensar e observar na estruturação das práticas sociais, a violência como uma linguagem corrente na vida cotidiana. Essa violência presente no cotidiano, que se tornou um fator modulador de práticas enseja recusa, mas também aceitação, uma vez que está presente nos modos de vida e refletem visões de mundo, pensamentos e práticas.

A violência como forma de linguagem, dotada de diversos significados, comporta uma variedade infinita de representações sociais. As representações sociais, que são representações coletivas, são resultado do substrato dos indivíduos associados, e essa associação que sinaliza, segundo Adorno, para uma certa aceitação da violência como inevitável e até mesmo imperativa.

A linguagem da violência se ramifica pelo tecido social e nas representações que segundo Pierre Bourdieu (1996), se constitui como atos de percepção e apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, na medida em que passa a ser uma imagem presente na vida cotidiana. Sendo percebida como os ataques que poderiam ser evitáveis contra as necessidades humanas básicas, ou seja, os direitos fundamentais. Barreira (2013), ressalta o caráter histórico da violência. Mesmo fora dos ciclos acadêmicos é possível observar no senso comum a compreensão da violência como fenômeno que atravessa a vida coletiva. O autor pontua:

A violência não é um fenômeno de pouco tempo! esta afirmação ou máxima está presente em conversas informais, bem como nos embates acadêmicos. a constatação é difundida, em alguns contextos, haja vista a busca de possíveis explicações históricas, servindo também para naturalizar o fenômeno. sob o espectro institucional, o discurso acerca da recorrência de atos violentos objetivo relativizar ou minorar a ineficiência das práticas estatais, como também exprimir uma tranquilidade ou paz social, em oposição à insegurança reinante. é fundamental ressaltar, entretanto, aquilo que confere especificidade

histórica a violência, configurado no fato de que se referem as formas atuais de suas manifestações, provocando mudança nas abordagens sociológicas e, principalmente, configurando novas práticas de sociabilidade. (BARREIRA, 2013, p.222).

Dessa forma, é possível observar que a violência se ramifica de diversos modos pelo tecido social. O seu caráter histórico cria diversas possibilidades de compreensão e de análise da violência enquanto fenômeno que interfere diretamente na vida dos indivíduos. Por não se limitar a uma única forma, a violência possui muitos sentidos e muitos contornos que a colocam em um lugar de análise mais complexo. Em sua dissertação sobre crimes e masculinidades na década de 1970, em Teresina, Hélio Secretário (2013), pontua esse caráter histórico da violência, e relata de que modo os crimes contra gays e travestis se tornam algo rotineiro no itinerário da cidade.

O carteiro Helzano provavelmente não foi o primeiro homem a morrer em consequência de uma suposta homossexualidade na cidade de Teresina. Entretanto, o período em que foi assassinado era fértil para que toda uma discussão em torno de sua masculinidade tivesse ampla repercussão. No final dos anos 1970, a palavra homossexual ainda não era muito familiar para a maioria da população teresinense, embora não fosse de todo desconhecida – haja vista, em boa parte do mundo ocidental havia a existência de grupos organizados que desde o início da década de 70 defendia o livre direito da prática homossexual. (SECRETÁRIO, 2013, p.28)

Secretário (2013), pontua que esse momento de construção de uma identidade gay, palavra essa que não aparecia nos jornais e nos relatos policiais, marcam estruturalmente a compreensão sobre os crimes também, pois as vítimas passaram a ter uma identidade que marcava a possível causa da morte.

Os lugares como pontua o autor, que esses corpos eram encontrados também revelavam marcas de uma identidade social que sofria constantes ataques. Dado que a identidade heterossexual era a norma e todos aqueles que nela não se enquadravam eram jogados para a margem, para o sofrimento e sentimento de deslocamento, a sensação do não- lugar, a sensação de ser “anormal”.

É por meio da violência que as possibilidades de realização e de satisfação das necessidades e dos direitos são minimizadas e, muitas vezes, até eliminadas, uma vez que “a violência está presente quando seres humanos estão



sendo influenciados de maneira tal que suas realizações atuais somáticas e mentais estão abaixo das suas realizações potenciais.” (GALTUNG, 1969, p.168).

É por meio desses fatores que organizam a violência entre práticas e representações podem ser entendidos como uma “cultura de violência”. Se supõe desse modo, a existência de um lugar simbólico preenchido por muitas referências externas ao indivíduo, que compartilha significados, valores e atitudes que desembocam na violência enquanto marca do *habitus*.

A cultura da violência se consolida desse modo, como aquela que nas brechas deixadas pela lei segue suas próprias regras. E é nessa estrutura de organização da violência na cultura, ela se torna um item obrigatório na visão de mundo transmitida socialmente. Uma prática que na sua constituição é uma violação de direitos que é evitável, passar a ter o status de prática inevitável, quando se pensa em uma estrutura cultural de violência.

se há uma conformação compartilhada que nos permite falar de uma “cultura da violência” em uma sociedade intensamente fragmentada, ela se processa em uma dinâmica, semelhante àquela notada por Michel De Certeau, de oscilação entre singularidade e pluralidade: “De um lado, ela [a cultura] é aquilo que ‘permanece’; do outro, aquilo que se inventa. (ROCHA, 1999, p. 86)

A cultura da violência, ou violência como parte da cultura, deve ser entendida como uma linguagem. Como pontuado anteriormente, como uma representação social. Isso porque ela se configura na dinâmica da vida cotidiana, a violência está presente nas falas, nas conversas, nas narrativas, comentários que se desenvolvem nas mais variadas interações sociais. Nesse sentido, fica claro que para se compreender o modo como a violência se constitui é fundamental entender como ela está presente na realidade dos sujeitos.

As marcas da violência LGBTfóbica carregam todos esses efeitos de poder, de intolerância, de discursos recheados de ódio que se transformam em atitudes violentas. Como as que deixam o corpo de Maria Eduarda no chão cheio de balas. Tais condicionantes dessa violência são possibilitados pela estrutura histórica de discriminação e de ataques a sexualidade. Um corpo fora da norma será sempre alvo de controle dentro de uma sociedade intolerante.

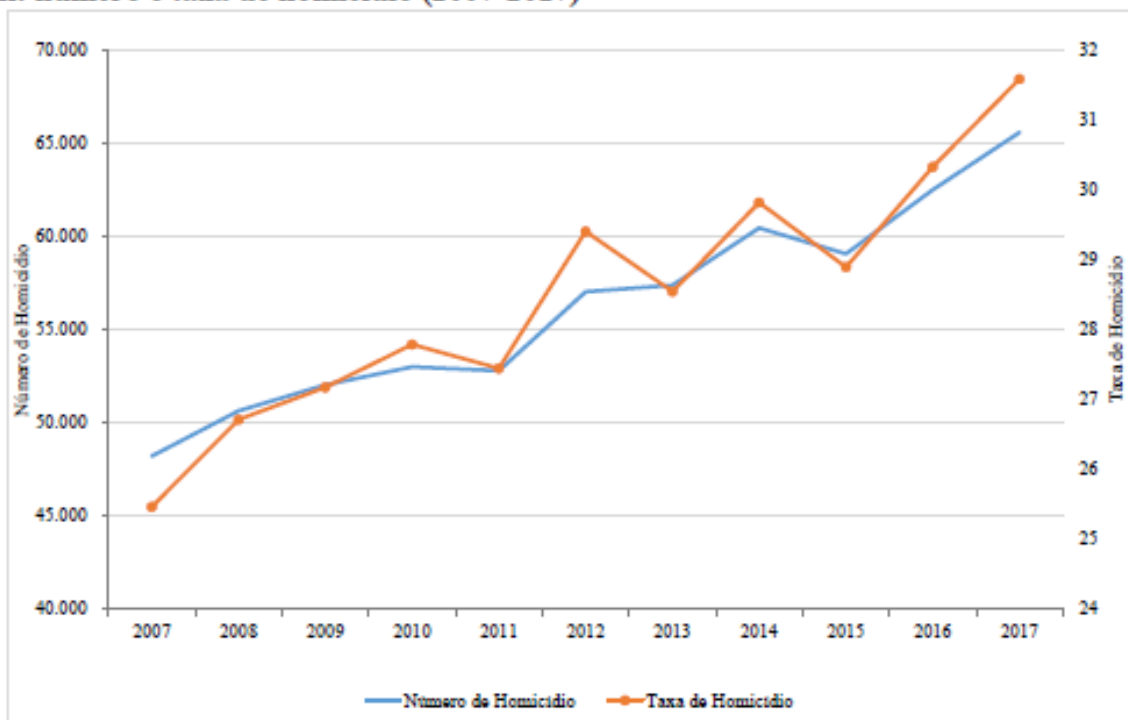
Outro ponto a ser destacado, quando se pensa a configuração e consolidação da violência na sociedade contemporânea é o novo paradigma que

ela apresenta. Michel Wieviorka (1997), pontua que a violência na atualidade renovou de modo profundo os significados de suas expressões. Desse modo, a compreensão da violência passa essencialmente pela compreensão desses novos significados, visto que a cada período histórico, os modos e as formas de violência, se reconfiguram a partir da própria estrutura social.

Uma característica marcante da renovação dos significados presentes nas práticas de violência é percebida nas referências crescentes de seus protagonistas a uma identidade ética ou religiosa, cultural, sexual. Tais mudanças ampliam e ao mesmo tempo dão continuidade ao que o autor chama de violências clássicas. Ao pensar os crimes na sociedade brasileira é possível observar como tais fatores aparecem nos dados. Os dados presentes no Atlas da violência 2019 e 2020, mostram como as mortes intencionais se espalham pelo território nacional.

#### GRÁFICO 4

##### Brasil: número e taxa de homicídio (2007-2017)

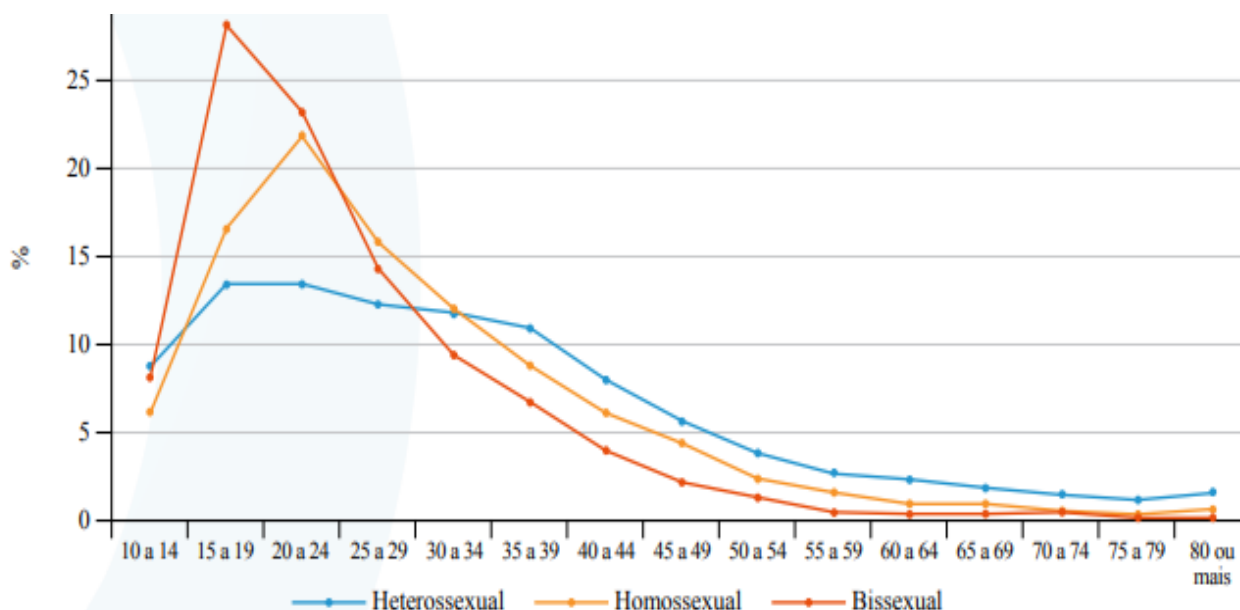


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência da vítima foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

O gráfico 4, relativo à conjuntura dos crimes letais no Brasil, demonstra como o novo paradigma da violência se consolida na sociedade brasileira e esse paradigma também revela o modo crescente como os crimes LGBTfóbicos ocorrem. Segundo o Atlas da violência 2019, o ano de 2017 se configurou como o ano com a mais alta taxa de letalidade presente no país. Como apontado no gráfico, em um período de dez anos é possível observar um aumento exponencial das taxas de mortes. Tal aumento ainda é mais preocupante quando se observa que 59,1% dessas mortes aconteceram entre jovens de 15 a 19 anos de idade.

A pouca idade das vítimas também se repete nos casos de violência LGBTfóbica no Estado do Piauí. Essa realidade também é apresentada no Atlas da Violência 2021. A grande maioria das vítimas possuem idade menor que 40 anos. Segundo o Atlas, a juventude é o período de maior vulnerabilidade à violência, sendo na adolescência, o ponto mais alto da vulnerabilidade de pessoas homossexuais e bissexuais, havendo inclusive concentração muito maior de violências contra jovens homossexuais e bissexuais, do que contra heterossexuais. Tal dado se repete com as travestis e transexuais.

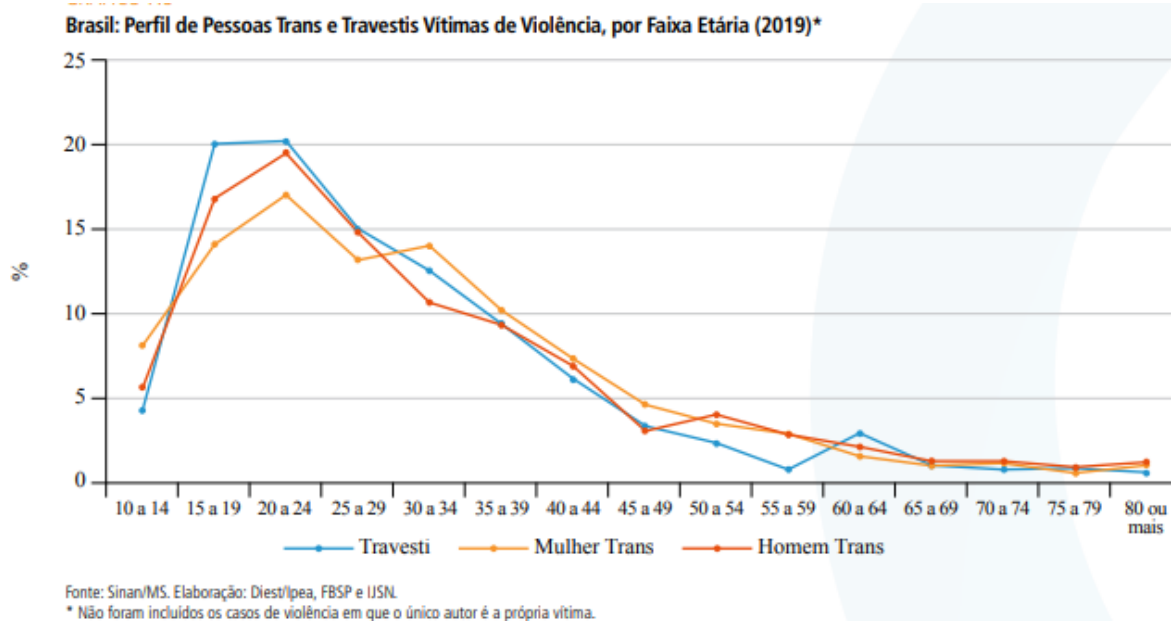
GRÁFICO 5



Fonte: Sinan/MS. Elaboração: Diest/ipea, FBSP e IJSN.

\* Não foram incluídos os casos de violência em que o único autor é a própria vítima.

GRÁFICO 6



Assim, é fundamental destacar pontos que ultrapassam a questão de gênero e sexualidade, o alto índice de desigualdade que se materializa na distribuição de renda é um fator primordial. Nos casos analisados no Estado do Piauí, todas as vítimas eram pobres, moravam nas periferias, e sobreviviam com uma renda mínima, uma vez que o fato de os indivíduos se encontrarem em posições assimétricas na sociedade resulta em conflito social. Dessa forma, as relações de desigualdade são sempre relações de poder.

É fundamental destacar também que a nova onda conservadora, com questões como a “ideologia de gênero”, contribui de modo amplo para o aumento das violências. Os dizeres políticos não neutros, eles modificam comportamentos e induzem condutas, além de legitimar atos violentos. É notório que redução das atividades estatais de que busquem a garantia e a efetividade da cidadania LGBTQIA+ provoca o aumento desenfreado dos ataques violentos.

Com isso, é possível perceber que a violência se trata de práticas organizadas socialmente por pessoas comuns, produzidas socialmente que

afetam diretamente elementos da psicologia coletiva, os ingredientes culturais, regras morais, normas, a consciência coletiva. Para a estruturação desta pesquisa, que busca analisar os crimes letais práticos contra a população LGBT em território brasileiro, é fundamental pensar de que modo a violência se espalha pelo tecido social e qual a arquitetura institucional em que a violência se organiza.

Uma vez que toda prática de violência tem uma sua constituição o desejo de outrem de eliminar aquilo que considera indesejável. Para compreender mais profundamente o modo como se consolida a violência praticada contra a população LGBT no Brasil, é fundamental não somente compreender a violência como interligar fatores, como gênero, sexualidade, identidade e preconceito.

### **3.1- A violência contra a população LGBTQIA+: quando o privado se torna uma questão política**

Como demonstram os dados acerca da violência, a visibilidade da população LGBTQIA+ não tem sido acompanhada por efetivas mudanças no itinerário da violência no Brasil. Como apontam os relatórios e os dados fornecidos pelas secretarias de segurança, na mesma proporção que se tem o aumento da visibilidade e da publicidade da população LGBTQIA+ em filmes, novelas, nas propagandas, se aumenta o número de ataques e crimes contra eles. Os crimes vão de ofensas e agressões até assassinatos que é o objeto de estudo desse trabalho. Como pontua Pierre Bourdieu (1989), é necessário tratar as teorias como um *modus operandi*, uma vez que elas orientam e organizam a prática científica. Assim, interligar teorias e fatores é fundamental para a compreensão dos modos como a violência Lgbtfóbica se caracteriza.

Com isso, buscar nos conceitos e nas teorizações sobre gênero e sexualidade caminhos para explicar de que modo a violência praticada contra a população LGBTQIA+ se configura, é fundamental e é o que se pretendeu até o momento. Pois, muitas são as vias e possibilidades teóricas que se apresentam, sendo fundamental abordar o que melhor fornece luz para a compreensão do problema posto.

O assassinato brutal de Makelly, pontuado na introdução deste trabalho, e os crimes pontuados no capítulo 2 são reflexo da violência que estrutura as relações sociais e que se ramifica de muitos modos nas relações. A violência nesse sentido, é um campo de muitas vertentes e que se consolida de muitos modos. Maria Catalina Dueñas (2012), pontua que tais atos de violências e eliminações de determinados corpos são carregados de muitos significados. Esses significados revelam características tanto de quem é eliminado como de quem pratica os atos de violências.

Assim, “a violência é compreendida como uma relação social que pode dar conta da ordem social que se emerge” (DUEÑAS, 2012, p.174), uma vez que reflete o modo como a própria sociedade é constituída. Desse modo, é possível compreender a violência como um assunto político, e no caso da violência DE LGBTfobia se põe em xeque a distinção entre identidades que se constituem como legítimas e as que não gozam do mesmo status. (DUEÑAS,2012, p.174)

Constitui-se assim, uma lógica de diferenciação, que reconhece determinados corpos, tais corpos seguem o ordenamento social e por isso recebem o selo de bem aceito pela sociedade. É fundamental ressaltar que não é somente os corpos fora das normas de gênero e sexualidade que sofrem com as estruturas de diferenciação. Como ressaltado no capítulo 1, os corpos jovens, negros e pobres são alvos constantes de violência.

Maria Mercedes Gómez (2007), argumenta que é partir da lógica de diferenciação que a violência por preconceito se estrutura. Tal violência tem como fator ordenador o sistema patriarcal de organização das relações sociais, que submete determinados corpos a inferiorização, assim como a estrutura da masculinidade hegemônica que se consolida com a institucionalização da heterossexualidade obrigatória. Paiva (2006) pontua que

A matriz heterossexual, horizonte de uma heterossexualidade compulsória, segundo os termos de Judith Butler, serviu, pois, a priori, como evidência, como terreno do não pensado, do não posto em causa, para regulamentar os comércios erótico-relacionais dos indivíduos e para codificá-los em instituições sociais. Masculino e feminino alimentaram-se de um imaginário da complementaridade, de um binarismo tomado como eixo fundamental interpretativo das relações sociais, como dado antropológico primeiro de organização simbólica dos sistemas de cultura, em diferentes sociedades. (PAIVA, 2006, p. 64)

A heterossexualidade obrigatória age assim como um regime social e político, muito bem estruturado e institucionalizado, que se ramifica pela cultura,

pelas leis, seja a lei regulamentada, sejam as leis morais, pelos sistemas econômicos, e que se baseia na entrega de privilégios ao que é posto como masculino e heterossexual. Para tanto, é fundamental que todo o restante que não se configura em tal lógica, seja posto de graus abaixo na escola de prestígio social. (GÓMEZ, 2007, p. 173) Connell e Pearse (2015) pontua que:

Enquanto grupo, as mulheres têm menos chances de serem encontradas na esfera pública do que os homens, e quando o são, têm menos recursos à disposição. Em quase todas as partes do mundo, é mais provável que os homens tenham os empregos remunerados[...] a maioria das mulheres no mundo, especialmente as que têm filhos, é economicamente dependente dos homens. Alguns homens acreditam que as mulheres que dependem deles são sua propriedade. (CONNELL, PEARSE 2015, p. 33-34)

Tal estrutura é um reflexo da heterossexualidade obrigatória que se constitui como uma ordem e uma norma que atravessa o social e o político e que consolida as estruturas de dominação social. Nesse contexto, a dominação se dá a partir da efetivação da binaridade de gênero, uma vez que o masculino e heterossexual alcança o status de correto e única possibilidade.

Tais condicionantes asseguram de modo complexo a exploração, a dominação, de mulheres, assim como da população LGBT. Além da dominação e exploração, é possível visualizar a consolidação da violência como fator modulador de conduta e organizador da vida coletiva. Para Gómez (2007), é por meio da binaridade de gênero que se consolidam as fronteiras do que é visto como aceitável e o que passível de correção.

En sociedades con modelos binarios de distribución del poder (por ejemplo, hombre/mujer; heterosexual/homosexual, blanco/no-blanco), ciertas prácticas son discriminatorias porque apuntan a la subordinación de quienes se perciben como diferentes o disidentes y ciertas prácticas son excluyentes porque apuntan a suprimir las diferencias del paisaje social. Los usos u objetivos de la violencia física motivada por prejuicio, sin embargo, pueden ser distintos; por ejemplo, un gesto violento es jerárquico cuando pretende advertir y marcar –al individuo y al grupo que simboliza- su subordinación dentro de un orden social. (GÓMEZ, 2007 p. 73)

É por meio da consolidação da heterossexualidade obrigatória que as violências de gênero, seja a violência doméstica, seja a direcionada a população LGBTQIA+, se configuram como prática discriminatória, uma vez que é um tipo específico de violência, que tem como fator modulador a exclusão e a eliminação de determinados corpos. Quando se pensa nos crimes praticados contra a

população LGBTQIA+, é fundamental ressaltar que eles revelam uma estrutura de poder que é hierárquica, que direciona corpos para morte.

Desse modo, os crimes letais praticados contra lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, queers, intersexuais, assexuais, que tem como fator motivador a orientação sexual, a condição de gênero e todos os outros fatores que se ligam diretamente ao modo como tais corpos são constituídos, ultrapassam a esfera dos homicídios de modo geral, por ser carregado de ódio, preconceito e crueldade, e carregam marcas sociais do que é considerado correto, aceitável, normal. Com isso, tais crimes são compreendidos, como apontam (GÓMEZ,2007) e (DUENÑAS, 2012) como *crimen por prejuicio*, que em tradução pode ser entendido como crime de preconceito.

Assim, os crimes por preconceito possuem características que revelam a complexidade do problema. Tal perspectiva de violência, implica questões sociais que fazem parte da estrutura e demonstram como as ações sociais se materializam dentro das distintas sociedades. Elementos como preconceito, ódio, discriminação se materializam, dinamizam e constroem as relações sociais.

Para pensar tais crimes é fundamental analisar quem são os atores dos atos e a relação que eles possuem com as vítimas. Existe uma relação direta entre o modo como o crime se estrutura e o modo como a própria sociedade funciona, uma vez que relações de gênero e sexualidade interferem e afetam diretamente as formas de controle social.

Maria Catalina Dueñas (2012), ressalta que nesse tipo específico de crime, que envolve embates entre gênero, sexualidade e identidade, existem fortes exercícios de poder. Esse poder tenta a todo momento direcionar as sexualidades dissidentes para os mecanismos de controle social. Isso acontece, pois, tais sexualidades “tornara-se uma ameaça aos parâmetros e relações sociais considerados normais ou permitidos em uma determinada ordem hegemônica”. (DUENÑAS, 2012, p. 176)

Isso acontece, pois, toda ordem social e política cria constante formas de exclusão e eliminação. Ao longo da história, são recorrentes os relatos de perseguição e eliminação de determinados grupos pelos próprios regimes sociais e políticos. Em relação aos crimes por preconceito não é diferente, uma vez que, toda violência é socialmente produzida e é uma relação política, que



torna questões relativas à individualidade dos sujeitos, uma questão de interesse público.

Desse modo, a estrutura que classifica os sujeitos em corpos homens e corpos mulheres de acordo com o sistema biológico de orientação, ligam-se diretamente as relações políticas que organizam a estrutura social. Pois, revelam uma ordem que configura e organiza as sexualidades e normatiza a estrutura a partir da masculinidade hegemônica, que segundo Connell e Messerschmidt (2013) é a masculinidade que “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Dueñas (2012), vai argumentar que é por meio desses condicionantes que os crimes por preconceitos sexuais ou de gênero podem ser compreendidos, visto que tais crimes revelam os sentidos e as práticas organizados no interior de uma sociedade e que são a todo momento alimentadas e reproduzidas pelas próprias representações sociais. Representações essas que são interiorizadas pelos sujeitos e transformadas em práticas. (DUEÑAS, 2012, p. 175)

Gómez (2008), pontua que são muitos os fios e conexões presentes nos crimes de preconceitos. É um erro comum para a autora classificar tais crimes unicamente como crime de ódio, uma vez que questões profundas como as representações sociais, os discursos institucionais, as normas criadas pelos grupos são fatores presentes nos crimes de preconceito. Para a autora:

es posible identificar algunas diferenciaciones significativas al momento de aproximarse al estudio de la violencia con base en el prejuicio: en primer lugar, es posible rastrear “la confluencia de prácticas discriminatorias con usos excluyentes de la violencia como resultado de la dinámica entre lo secreto y lo público”. Por otro lado, la violencia hacia sexualidades diversas está íntimamente ligada a la heteronormatividad y por lo tanto a la subordinación de lo femenino, de manera que dichos actos violentos cuestionan, en sí mismos, la dicotomía clásica entre lo privado y lo público, ya que hace pública la elección “privada” y la convierte en un objeto histórico, construido socialmente y cargado de valoraciones morales y normativas. Esto quiere decir que el prejuicio permite evidenciar la sexualidad como un asunto público y político, pues implica diferenciaciones y disputas por las formas de regularla, reproducirla y practicarla. (Gómez, 2007 p.74).

Assim, destaca-se ao mesmo os crimes de preconceito sexual e de gênero o modo como a sexualidade se configura como uma questão pública e um objeto de constante disputa. Isso acontece, pois são muitas as tecnologias criadas com a finalidade de regular, reproduzir, e criar um único modelo de praticar a sexualidade e o gênero.

Os crimes de preconceito ultrapassam a esfera do ódio, mas com isso não implica dizer que não possuam ódio. Gómez (2007), pondera que o ódio é um atributo individual e o preconceito carrega consigo o social. Os preconceitos são dessa forma construídos socialmente, recebem constantes incentivos, apoios de pares e confirmação pela estrutura social. A “violencia por prejuicio tiene un fin simbólico, es un mensaje, una amenaza enviada directamente a una comunidad, aunque inscrita en cuerpos individuales”. (GÓMEZ, 2007).

Desse modo, é possível compreender a violência motivada por preconceito como uma inscrição da cultura, das normas sociais, da estrutura, que se configura como um aviso para os demais corpos desviantes de que existe um sistema de poder que se modifica continuamente, almejando criar corpos normais.

Gómez (2007), ressalta que esse tipo específico de violência recorda a vítima no caso de violência não letal e os demais corpos o lugar de subordinação e os riscos de não se estar dentro da norma. (GÓMEZ, 2007, p.73) Tais violências tem o objetivo de demarcar os limites e as fronteiras entre os corpos que se encaixam nas normas e os que não.

Atacar a una lesbiana gritando “no eres un hombre” parece operar como un espejo de la incapacidad del agresor de asegurar su propia masculinidad excepto con referencia a lo que el piensa que la otra “no es”. Tal operación pone de cabeza el sentido de su enunciado: cuando dice “no eres un hombre”, también está diciendo “haces lo que los hombres hacen”, en otras palabras, “tienes mujeres.”. (GÓMEZ, 2007, p.76)

Com isso, a violência por preconceito tem suas bases no sexismo. Tudo que é considerado feminino, ou que subverte o ideal de feminilidade é traçado como perigoso. A violência estabelece os limites entre a masculinidade hegemônica com a heterossexualidade obrigatória, e todo o restante que não se encaixa em tais padrões de existência.

Compreender o crime motivado por preconceito é entender que tais questões revelam o modo como sociedade estrutura os seus sistemas de

socialização social e de controle. Desse modo, questões relativas a individualidade e a subjetividade dos sujeitos acabam por se tornar questão pública e debates políticos. Por um lado, grupos detentores do poder e das normas buscam incessantemente meios de estabelecer controle mais rígidos para o que é considerado desviante e por outro lado, grupos tem lutado pelo direito a existir, pelo direito de ter direitos.

O que se pode ponderar a partir do exposto como os crimes com caráter LGBTfóbico, carregam consigo as marcas do ódio. Os crimes de ódio desrespeitam a vida, a integridade corporal e a saúde da vítima e coloca em um lugar de subalternização. Uma marca desse tipo criminal é que ele ultrapassa a individualidade, ele atinge a estrutura coletiva, a dignidade humana e acaba por prejudicar toda a sociedade. Ela produz efeitos não só nas vítimas, mas em todo o coletivo.

Os crimes expostos no capítulo 2, carregam essa marca de uma estrutura que inferioriza determinados e os constrói socialmente como anormais, desviantes do ponto de vista moral e que nesse corpo é permitido impor sanções, muitas vezes, sem punição. A marca da LGBTfobia que se releva no Piauí por meio desses crimes é a marca da crueldade, da impunidade e da ausência de dignidade a população LGBTQIA+.

Os corpos de Gilson, Paola, Maria Eduarda, Walteres, Lupita, são exemplos do modo como o ódio pode se instaurar sobre um corpo. As marcas que ficam na história e principalmente no corpo, são marcas de uma estrutura de violência que encontra nesses corpos, a possibilidade não só de descarregar o ódio e o preconceito enraizado, mas de eliminar o indesejado social.

Como pontuado no próximo capítulo, é possível enxergar nesses crimes, para além da crueldade, do ódio e preconceito, uma forte marca das questões que envolvem o gênero e a sexualidade. A estrutura social criou um universo social de meninas e um de meninos. Padrões de comportamento, modo de seguir a vida, expectativas, um destino é traçado para esse corpo.

A partir da formulação e fortificação desse universo, a realidade social, por meio das suas tecnologias, promove uma forte vigilância sobre os corpos com o objetivo de mantê-los em ordem. Ao não se encaixar no universo simbólico feminino ou masculino, o indivíduo frustra as expectativas que foram construídas para ele e acaba por interferir de certa forma no futuro de expectativas criado a

partir da genitália. Para Berenice Bento (2010), quando se diz “menino/menina”, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades referenciadas na genitália.

Como uma das primeiras categorias internalizadas, o gênero insere o corpo em um campo discursivo, campo esse que faz roupas, brinquedos, cores, amizades, entre outros elementos, para que eles direcionem a vida dos indivíduos, levando em consideração aquilo que seria mais adequado à presença da vagina ou do pênis<sup>16</sup>.

E são essas categorias e o modo como a sociedade lida com elas desde a primeira infância que constitui a vida dos indivíduos. E é essa mesma estrutura que fomenta e perpetua a violência que atinge os corpos LGBT's. Nesse seguinte capítulo, essa problemática da violência construída por meio das questões de sexualidade e gênero são objeto de reflexão na intenção de compreender o modo como a violência se estrutura no Estado do Piauí.

---

<sup>16</sup> PAIVA, A. Cristian S. A conjugalidade homossexual no sistema de gêneros e para além: micropolíticas homoeróticas. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, vol 37, n. 1, 2006

#### **4- A PRECARIZAÇÃO DA VIDA LGBTQIA+: SEXUALIDADE E GÊNERO COMO MECANISMOS DE CONTROLE**

O presente capítulo busca refletir a partir dos relatos sobre os assassinatos que ocorrem no Piauí entre 2018 e 2021, sobre a precarização da vida LGBTQIA+, com o suporte das temáticas de sexualidade e gênero de modo a traçar um referencial capaz de fornecer instrumentos para a compreensão da violência praticada contra a população LGBTQIA+. Como mostram os casos analisados neste trabalho, a violência com motivação LGBTfóbica, possui na sua constituição traços específicos, como a crueldade, o apagamento da identidade da vítima e uma espécie de violência corretiva.

O transporte de teorias realizado neste capítulo, objetiva entender como as configurações de gênero, os problemas e os dilemas impostos sobre a sexualidade modificam a vida dos indivíduos. Como observado nos casos e refletido nesse capítulo, o sexo biológico não existe separado dos significados culturais a ele atribuído. Sobre o gênero e sobre a sexualidade são impostas formulações culturais, formulações essas que acabam por estabelecer a norma e as regras a serem seguidas.

O objetivo das normas e regras de gênero, como será detalhada no decorrer do texto, é produzir corpos inteligíveis, tais corpos podem ser entendidos como aqueles que mantêm relações de coerência e continuidade entre o sexo, o gênero e o desejo. Logo, os corpos apresentados ao longo da pesquisa podem ser entendidos como corpos não inteligíveis, são corpos trans, travestis, homossexuais, que divergem da heterossexualização do desejo.

As tecnologias que fazem o gênero e produzem a sexualidade são segundo Preciado (2006), compostas de disciplinas e ferramentas biopolíticas que operam na construção de fronteiras entre o masculino e o feminino e impondo a esses corpos signos de pertencimento. O objetivo é naturalizar o sexo, reiterar as normas, e é nesse processo que a violência aparece como ferramenta de controle e de poder. Os corpos sem vida, marcados pela violência, precários, refletem tal estrutura de controle, e de produção na heteronorma.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que é por meio dessa estrutura formulada que se estabelece relação de forças condicionada pelo estabelecimento do poder. Dentro dessa estrutura, os papéis são definidos e

condicionados a seguir um determinado destino que não pode ser ultrapassado segundo as normas postas.

Tais normas consolidam sua dominação através de elementos como Deus e natureza, que afirmam e reiteram constantemente a sexualidade e o gênero como estruturas naturais que são inerentes aos indivíduos e que devem obedecer a um destino: aos homens, a força e a virilidade e para as mulheres, o cuidado com os filhos, o amor a igreja e a cozinha.

Como pontua Foucault (1999), as sociedades antigas e modernas ao longo do tempo estruturam suas políticas de construção da vida e perpetuação da morte a partir da criação e legitimação de determinadas normas. Essas normas se organizam, ainda segundo o autor, por meio dos dispositivos vida e poder do soberano e é por meio de tais dispositivos que os direitos como a existência, por exemplo, são consolidados.

Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens [...] [uma forma de] controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los (FOUCAULT, 2002, p. 105).

É possível ponderar que em qualquer sociedade o corpo e submetido a poderes limitantes que impõe uma forma de conduzir a vida a partir do modo como esse poder se constitui. Obrigações e proibições são postas em jogo para que se possa construir um destino para o corpo a medida que a disciplina fabrica assim, corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

É a partir de tais ponderações que o presente capítulo busca traçar uma reflexão sobre a precarização da vida LGBTQIA+, por meio das reflexões sobre o dispositivo da sexualidade e ponderações sobre as questões de gênero de modo a fornecer instrumentos que possibilitem compreender que modo a violência lgbtfóbica se configura e como tais elementos estão embricados em tais violências.

#### **4.1- Um dispositivo chamado sexualidade: o controle sobre o corpo e as formas de eliminação**

Foucault (1999), pontua que o controle sobre a vida e sobre a morte não é uma questão recente. Na antiguidade aos soberanos era concedido o direito

de intervir sobre a vida dos seus súditos, de seus herdeiros e escravos, muitas vezes sob a máxima de proteção e cuidado. Assim, a vida do outro considerada como propriedade do soberano poderia ser retirada a qualquer momento.

A vida nesse sentido, estava diretamente ligada a política de morte como estruturas complementares. A morte passa a ser pensada não como um limite da vida e sim como fator revelador do poder do soberano. Dessa forma, o poder de matar e o direito de matar contém em si a substância do direito à vida e a morte. O autor complementa pontuando que essa condição tem por objetivo a disciplina e a docilização dos corpos, fatores que se perpetuam ao longo dos séculos até a idade moderna (FOUCAULT, 2005).

Foucault (2005) explica ainda que esses mecanismos de controle podem ser compreendidos como tecnologias disciplinares que consistiam em técnicas de racionalização de um tipo de poder que se realizava mediante um sistema de vigilância, de hierarquias, inspeções e relatórios. É por meio da compreensão de tais condições que se torna possível compreender de que modo a vida se torna precarizada e como os controles sobre a sexualidade se configuram.

Sobre a vida e a história dos indivíduos, são criados constantemente mecanismos de controle e de docilização que os impõem sobre o corpo uma regulação que funcionam como uma força externa por meio de técnicas que buscam romper em certa medida com as individualidades interferindo de modo direto nos processos próprios a vida, como a morte, a produção, a doenças, a sexualidade.

Deveríamos falar de "biopolítica" para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. (FOUCAULT, 1999, p. 134)

A biopolítica tem sua consolidação a partir da operacionalização do biopoder que funciona em um jogo duplo de regulação e produção. Produção no sentido de produzir a vida, as formas de vida e as condições em que a vida é formulada. Tal noção sobre o biopoder, fornece instrumentos para a compreensão da sexualidade e como tal dispositivo sofre com as constantes interferências sociais.

Em História da sexualidade: vontade de saber de 1976, Michel Foucault, utiliza o conceito dispositivo como ferramenta analítica capaz de explicar de que

modo a sexualidade é adornada por uma estrutura de poder. Um dispositivo é para o autor um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. (Foucault, 2000, p. 244).

O dispositivo é no sentido empregado uma estrutura social que molda comportamentos, histórias, pensamentos. É por meio das redes que o dispositivo cria e organiza a vida dos sujeitos, uma vez que ele é composto por práticas sociais que podem ser discursivas ou não e afetam diretamente no modo como as redes se constituem.

O dispositivo agrega na sua formulação e na sua constituição uma gama de elementos que reúne e organiza o poder e o saber enquanto fatores moduladores de conduta, visto que o dispositivo faz referência as práticas e aos modos como os aparelhos sociais organizam os sujeitos.

Gilles Deleuze (1996), ao pensar sobre a noção de dispositivo, pontua que ele é orientado por três grandes instâncias: o saber, o poder e a subjetividade. Para o autor, tais elementos não possuem contornos definidos e estão sujeitos a constantes mudanças e se caracterizam como cadeias que se destacam uma das outras. Deleuze continua afirmando que para compreender o funcionamento de um dispositivo é fundamental se instalar nas suas linhas e compreender o modo como ele conduz os sujeitos. Pois para ele o dispositivo:

É antes de mais uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variações de direção – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a derivações. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vectores ou tensores. (DELEUZE, 1996, p 1)

O dispositivo enquanto rede de significados articula os modos de organização dos sujeitos, as práticas e os comportamentos, por está intimamente ligado a organização do poder. Cada dispositivo possui um regime de funcionamento próprio que se propaga como luz e chega até os indivíduos. A noção de dispositivo é fundamental, nesse sentido, para compreender de que modo a sexualidade se torna objetivo de conflito e violência nas sociedades em



cada época histórica e em especial para a estruturação desse trabalho na sociedade contemporânea.

Foucault (2013), argumenta que a sexualidade está ligada a dispositivos de poder que se expandem de modo mais amplo a partir do século XVII e “a articulação que a tem sustentado, não se ordena em função da reprodução; esta articulação, desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder” (2013, p.118).

Enquanto dispositivo a sexualidade aparece nas estruturas e nas relações sociais como um objeto sobre o qual existe uma vigilância constante. Tal vigilância se transforma em discurso e ele se reconfigura como instrumento de controle. Nas sociedades contemporâneas, são constantes os ataques que o controle da sexualidade e que tem na violência o fator ordenador de condutas.

Assim, como pontua Antonio Cristian Paiva (2006), na história da constituição do sujeito moderno, o corpo eleito como protagonista, como alvo privilegiado de observação, escrutínio e disciplinamento é o que carrega a subjetividade da mulher. O biopoder pontua Michel Foucault (1984), age sobre a sexualidade para regulamentar e, logo após, a repressão se formula uma espécie de poder que buscar sanar o que considera perigoso.

As proibições se configuram desse modo como uma forma de poder, que enxerga na sexualidade um dispositivo com muita liberdade, liberdade essa que pode se tornar perigosa para as estruturas sociais. Isso acontece dada a capacidade do corpo de construir narrativas a partir das vivências e das percepções, o que não é bom para a estruturas de controle.

Enquanto dispositivo, a sexualidade é uma categoria interiorizada pelo indivíduo de diversos modos, não sendo possível detalhar em qual ponto da existência tal dispositivo passa a controlar o comportamento do indivíduo. Simone de Beauvoir em “O segundo sexo”, pontua que “é exercendo a atividade sexual que os homens definem os sexos e suas relações, como criam o sentido e o valor de todas as funções que cumprem: mas ela não está necessariamente implicada na natureza do ser humano.” (BEAUVOIR, 2009, p. 28).

Nesse sentido, é possível compreender a sexualidade como fruto das relações sociais, uma vez que tal estrutura organiza o comportamento dos sujeitos e é ao mesmo tempo organizada por eles. A sexualidade enquanto

dispositivo é composta por elementos socioculturais capazes de dotar os indivíduos da capacidade de criar relações, por meio de afetos, desejos, signos e significados. Beauvoir (2009), considera a sexualidade como um aspecto da vida social que atinge machos e fêmeas de modo distinto a depender da estrutura da sociedade.

A sexualidade é assim para além de fator modulador de sujeitos uma estrutura de poder. Tal poder fez com que o mundo e tudo aquilo presente nele pertencesse aos machos, desde a pré-história sistemas de hierarquias que legitimaram o poder do macho sobre a fêmea se estabelecem coma a ajuda de privilégios estabelecidos pela própria estrutura social.

A sexualidade não é um dado da natureza, e sim como uma estrutura cultural para além do sexo biológico, uma vez que as consequências e dinâmica de repressão não se efetivam por meio do órgão genital e sim pelo poder presente nas relações

Uma vez que o dispositivo possui uma natureza estratégica que se organiza de acordo com o jogo posto, que liga o poder ao saber de modo a criar a capacidade de dominação das relações sociais. Sobre o dispositivo da sexualidade não incide um fim em si mesmo, uma vez que se trata apenas de um dos muitos aspectos que compõem os sujeitos, não sendo capaz de compreender ele sozinho.

A sexualidade é delimitada como um ponto de injunção fundamental entre o corpo e as práticas de controle dos agentes. Para a sua compreensão é fundamental articular fatores e modos de organização dos sujeitos. Como dispositivo, a sexualidade reúne elementos que vão para além do próprio sexo, como: as práticas sexuais, as identidades, conhecimentos, a cultura e são automaticamente controlados por uma rede estabelecida de saber e de poder.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1984, p. 45)

A sexualidade organiza os indivíduos de modo a delimitar a sua ação, desejo, prática, a partir do modo como poder se organiza, ressaltando que tal poder que pode ser entendido como “a multiplicidade de correlações de força

iminentes do domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” ou pensando de outro modo como “ as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”, é uma constelação de relações desiguais. (FOUCAULT, 1985, p. 89).

Tais ideias de Foucault apresentadas acima se encontram com as notícias sobre os assassinatos de LGBT’s no Piauí, por demonstrar de que modo o controle sobre os corpos é capaz de criar sistemas de eliminação social, visto que essas vidas, que esses corpos, não se encaixam nas normas sociais, eles não são concebidos como sujeitos de direitos, não possuem valor por se encontrar até mesmo fora dos critérios de valoração. Um corpo fora da norma como é o caso de Paola por exemplo, possui muito mais chances de ser destruído.

É necessário entender, desse modo, a mecânica do poder que organiza, reprime, e controla a sexualidade se configura para que se entende de que modo a violência se legitima. Para Foucault (1999), o poder que aterroriza os corpos os conduz para um sistema de classificação e de inteligibilidade que acaba por criar uma ordem e uma desordem que tem por fim eliminar as sexualidades que considera aberrantes. O poder se encarrega de classificar os normais e os “anormais” e tal condição pode se dar por exemplo a partir da subversão das regulamentações específicas que regem determinados espaços sociais, como é o caso da heteronorma, e isso se estabelece uma relação ambígua: de inclusão e exclusão, de desinvestimento e sobreintervenção:

O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. E no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobreintervensões em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção. [...] O eixo da corrigibilidade incorrigível vai servir de suporte a todas as instituições específicas para anormais que vão se desenvolver no século XIX (FOUCAULT 2002, p. 73).

A ausência ou até mesmo a falência de meios disciplinares regulares que se podem contra a indocilidade de alguns corpos faz com que medidas extras possam ser tomadas, pontua Foucault. O que desemboca na institucionalização dos sujeitos por meio dos espaços que são ocupados por esses corpos. Uma

tecnologia disciplinar se estabelece com o objetivo de correção em contextos diversos para a objetivação do que é considerado anormal.

O espaço onde a disciplina se consolida tende a se dividir e se diversificar para que possa atingir todos os corpos possíveis. Como alerta Foucault (1997), a disciplina constrói e organiza um espaço analítico, onde se estabelecem as presenças e as ausências e limita a ação do indivíduo. Pois, o poder ali estabelecido tem a função de a cada instante vigiar o comportamento de cada sujeito, apreciá-lo e sancioná-lo à medida que as ações são formuladas. Ação necessária para conhecer, dominar e utilizar.

Estabelecem-se sobre esses sujeitos o poder disciplinar que busca a visibilidade absoluta e constante que rodeira o corpo dos sujeitos por meio de um princípio panóptico que ver tudo, o tempo todo, de todo mundo. O controle sobre a sexualidade e a violência que deriva desse controle é fruto desse poder disciplinar na medida em que ele implica uma ação punitiva e contínua sobre as virtualidades de comportamento, que projeta atrás do corpo algo como uma psique. É importante ressaltar que o poder disciplinar não tem por objeto a correção de uma falta e sim a “virtualidade do comportamento”, ou seja, mesmo antes de um jeito ser praticado, alguma coisa dever ser detectada e o poder disciplinar deve intervir (FOUCAULT 2003, p. 60- 65)

E, nessa medida, se o que eu lhes disse é verdade, vocês estão vendo que não se pode dizer que o indivíduo preexiste à função-sujeito, à projeção de uma psiquê, à instância normalizadora. Ao contrário, é na medida em que a singularidade somática se tornou, pelos mecanismos disciplinares portadora da função-sujeito que o indivíduo apareceu no interior de um sistema político. É na medida em que a vigilância ininterrupta, a escrita contínua, a punição virtual enquadraram esse corpo assim sujeitado e dele extraíram uma psique, é nessa medida que o indivíduo se constituiu; é na medida em que a instância normalizadora distribui, exclui, retoma sem cessar esse corpo-psiquê que o indivíduo se caracteriza. (FOUCAULT 2003, p. 70)

Foucault define o sujeito como um efeito produzido pela junção do poder político com uma espécie de singularidade somática, por meio da qual o poder disciplinar constitui os corpos dos sujeitos como alvo na relação de poder. Outro ponto que é fundamental destacar sobre esse poder disciplinar que se estabelece é que sua propriedade fundamental é a fabricação de corpos sujeitados. A disciplina que se constrói sobre os corpos é individualizante na medida em que estabelece a norma como um princípio de divisão e de

normalização, e isso afeta de muitas formas os corpos sujeitados por esse poder disciplinar.

Berenice Bento (2010), pontua que o controle estabelecido e direcionado aos corpos tem o objetivo de barrar o surgimento desses corpos desviantes. Tal estrutura de controle é feita de proibições e afirmações e conduzem os sujeitos para um modo de organização do corpo que não rompa com a norma estabelecida. Sobre tais corpos habitam fortes discursos que acomodam os corpos nas estruturas de dominação.

Tais estruturas de dominação que condicionam os corpos estabelecem práticas discursivas a todo momento, assim, os corpos que se acomodam as práticas estabelecidas definem a sexualidade e o modo como ela se configura no sujeito, ou seja, definem a própria existência do sujeito, uma vez que a sexualidade enquanto dispositivo, uma rede de significados, é uma categoria interiorizada e fonte de saber e poder.

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma são realizados investimentos continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. (LOURO, 2020, p. 75-76)

Para garantir que a sexualidade, assim como o gênero se adeque aos discursos e ao poder regulatório das normas, são produzidos constantes reiterações constantes que almejam o fortalecimento e das normas regulatórias que se direcionam a todo momento para os corpos. Para tal feito, é necessário o olhar vigilante dos agentes de controle social que buscam produzir corpos “normais. Segundo Guacira Lopes Louro (2020), os esforços são empreendidos para instituir a norma nos sujeitos e são a todo momento renovados. A partir de tal exposto, é possível ponderar que quando Gilson, uma das vítimas apresentadas neste trabalho, apanha até que deixe existir vida no seu corpo, um olhar vigilante ali está agindo. Por não se encaixar nas normas, esse corpo precisa sofrer sanções, e tais sanções serve como uma forma de reiterar as normas.

Ao pensar o modo como o dispositivo sexualidade se confronta com a estrutura social é fundamental ressaltar mesmo sendo construído sob a ótica do poder a mesma ultrapassa os moldes das estruturas repressivas, uma vez que

mesmo sobre o controle constante a sexualidade se manifesta de diversos modos e produz diversos significados. A sexualidade enquanto parte inerente aos sujeitos é repleta de mudanças e se constrói de modo distinto em cada indivíduo. O ponto de destaque é que as sexualidades apontadas e como desviantes, que atravessam o território da “normalidade” estabelecida pela ordem social vão sofrer perseguições constantes.

Pois, mesmos os corpos ditos normais são constantemente vigiados. Como pontua LOURO (2020), os corpos são produzidos por meio de uma série de artefatos, são ornados com acessórios, uma multiplicidade de gestos e atitudes que a estrutura social estabeleceu de modo arbitrário como adequado e legítimo. Desse modo, desviar da norma estabelecida é quebrar as fronteiras que a sociedade criou e assim mover de lugar o que é considera normal. (LOURO,2020, p.80).

Os “corpos transgressores<sup>17</sup>” vão desse modo apontar para a existência de sexualidades que não se encaixam na estrutura tida como normal, visto que estão em constante encaixe e desencaixe por mais que estejam inseridos numa estrutura sociocultural regulada pela norma. Assim, esses atravessadores ilegais de territórios acabam por ser punidos de alguma forma ou acabam se tornando alvo de correção. (LOURO,2020, p.80).

Já que não se ajustaram e desobedecem às normas que regulam os gêneros e as sexualidades, são considerados transgressores e, então, desvalorizados e desacreditados. Uma série de estratégias e técnicas poderá ser acionada para recuperá-los: buscando curá-los, por serem doentes, ou salvá-los, por estarem em pecado, reeducando-os nos serviços especializados, por padecerem de “desordem” psicológica ou por pertencer a famílias “desestruturadas”; reabilitando-os em espaços que os mantenha a salvo das “más companhias. (LOURO,2020, p.81).

Nesse contexto, as políticas de violência se instalam, uma vez que para corrigir as transgressões e normalizar corpos os transgressores, são construídos diariamente instrumentos de controle que tem na sua formação o objeto de construir corpos “normais”. Para tal feito, é fundamental que os corpos transgressores se transformem em corpos dóceis que aceitam as imposições de gênero e sexualidade e se adequem a normalidade que no mundo moderno é o da heteronormatividade. Um corpo é dócil quando ele pode ser submetido, pode

---

<sup>17</sup> Os corpos transgressores são compreendidos como aqueles que não aceitam a ideia de heterossexualidade compulsória. Para Bento são os corpos com gêneros dissidentes ou em trânsito como: transexualidades, travestilidades, cross dresses, dragqueen, drag king. (BENTO, 2010. p. 3)

ser utilizado de diversas maneiras, transformado e modificado. (FOUCAULT, 1997)

Tais instrumentos de controle que almejam a construção de corpos dóceis lutam constantemente contra a produção de novos sujeitos e novas identidades, uma vez que a sociedade contemporânea possui avanços tecnológicos que se ampliam de modo acelerado e possibilitam novas técnicas reprodutivas, possibilidades de transgredir as categorias e as fronteiras sexuais. São as articulações corpo-máquina que estão a cada dia desestabilizando mais as certezas até então estabelecidas e implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de realidade subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. (LOURO, 2000, p. 2).

É possível observar como a realidade se transforma de modo constante e acelerado. Com o advento da internet e a ampliação das conexões globais os sujeitos sociais se conectam rapidamente, alterando as dimensões sociais de espaço e tempo, mas também alterando o modo como a sexualidade é vivenciada e performada.

Com os avanços é possível observar o surgimento de um dilema: por um lado é possível vivenciar o gênero e sexualidade de modo muito mais livre e intenso, e do outro lado é possível observar o crescimento exponencial da violência praticada contra quem rompe com as normas estabelecidas.

A existência de tal dilema é possível, uma vez que a sexualidade não é apenas uma estrutura particular dos sujeitos, pelo contrário, trata-se de uma questão social e política. Enquanto dispositivo que é construído ao longo de toda a vida de muitos modos e de diferentes formas, a sexualidade carrega consigo uma gama vasta de significados, linguagens, representações que abalam a estrutura social e torna a sexualidade realmente uma questão social e política. (LOURO, 2000, p.3). Contudo, a norma que se estabelece segue a estruturação do poder, que normaliza determinados corpos e identidades e considera outros como transgressores.

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (LOURO, 2000, p.8).

Assim, a todo momento a sociedade classifica os sujeitos, entre os que tem “boas práticas” e os que não tem. A partir de tal classificação são definidas as constantes e reiteradas formas de disciplinas que podem ser das mais sutis até as mais violentas, como é caso dos constantes assassinatos dos “transgressores” de gênero e sexualidade. As formas hegemônicas e consolidadas de poder criam um campo de relações que busca produzir constantemente corpos “normais” e identidades aceitáveis.

Os grupos detentores do poder que ocupam as posições centrais e tidas como normais seja de gênero, sexualidade, raça, classe, religião, constroem representações não somente para si, mas também para os outros. Falam por si e pelos outros, sem a necessidade de entender as necessidades dos outros corpos. Por esses grupos uma forma de existir, de pensar, de se identificar é naturalizada e funciona como referência para todos os outros sujeitos. Nesse campo de relações “a heterossexualidade é concebida como "natural" e como universal e normal”. (LOURO,2000, p. 12)

Nesse contexto, é possível pensar a sexualidade como uma construção social, no sentido de que ela sofre imposições e normalizações ao longo da história. E mesmo com o aprofundamento das políticas liberais, o dispositivo da sexualidade não se constituiu como uma questão privada, muito pelo contrário, está no centro das problemáticas que envolvem as sociedades modernas.

O peso, as possibilidades e os sentidos que são atribuídos a sexualidade, são modelados constantemente pelas instituições sociais e são objetos de políticas, normas e leis. Jeffrey Weeks (2000), argumenta que os códigos e identidades sexuais tidos como inevitáveis e naturais são forjados em um complexo processo de definição e redefinição que torna a sexualidade central no modo como o poder se estabelece e se consolida. (WEEKS, 2000, p. 29)

Nessa relação de poder e de construção de um campo de poder, é possível entender a sexualidade como um conjunto de crenças e comportamentos que se relacionam constantemente com a produção de identidades que são socialmente construídas e que são modeladas no curso da história, uma vez que os significados dados ao corpo são organizados pela própria estrutura social.



É assim a sexualidade formulada, construída e reconstruída a partir da junção da subjetividade do indivíduo e das relações que esse indivíduo formula com determinada sociedade, visto que todo sujeito é constantemente afetado pelo modo como a sociedade se organiza. A construção do ser social, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento que balizam a conduta do indivíduo num grupo.

Nesse sentido, é possível compreender a sexualidade como uma construção que se configura como um corpo de conhecimento que modela as formas como os sujeitos pensam e conhecem o corpo. Estando em constante contato com a estrutura social em que tal corpo está situado, o dispositivo da sexualidade desse modo, penetra os corpos e organiza os comportamentos e o modo de agir dos sujeitos.

Tudo que aprendemos sobre a história da sexualidade nos diz que a organização social da sexualidade nunca é fixa ou estável. Ela é modelada sob circunstâncias históricas complexas. Na medida em que entramos no período conhecido como "pós-modernidade", é provável que vejamos uma nova e radical mudança nos modos como nos relacionamos com nossos corpos e com suas necessidades sexuais. O desafio será compreender, de uma forma mais efetiva do que no período da modernidade, os processos que estão em ação nesse campo. (WEEKS, 2000, p.58-59)

O que a contemporaneidade mostra sobre a sexualidade é que o corpo se torna objeto central, tanto de análises como de controle. As políticas neoliberais efetivaram de modo complexo a liberdade sobre o corpo, uma vez que existem possibilidades latentes de viver as possibilidades do corpo, ao passo que existem repressões vindas de políticas e atitudes conservadoras que buscam normalizar os corpos em uma única estrutura.

As possibilidades de viver as sexualidades são, desse modo, são muitas vezes limitadas por políticas de controle e repressão como é o caso da violência. Guacira Lopes Louro (2020), pontua que nomear um sujeito de homem ou mulher, ou seja, como um sujeito de gênero e sexualidade é demarcá-lo segundo os mecanismos de uma determinada cultura. Tal demarcação é carregada por todos os elementos presentes em tal cultura, como preconceitos, desigualdades, papéis, direitos e deveres. (LOURO, 2020, p.82).

A desigualdade de gênero e a opressão sexual não são fatos imutáveis da natureza, mas sim artefatos da história, ajudando a nós fazer lembrar que as estruturas da desigualdade e da injustiça, que tão frequentemente parecem organizar o campo sexual, bem como outras

formas de injustiça social, podem, de fato, ser transformadas através da ação intencional e de iniciativas políticas progressistas. (PARKER, 2000, p. 103)

Tais desigualdades revelam como as classificações de gênero e sexualidade são carregadas de disputa. Sobre a sexualidade operam distintas formas de poder que buscam consolidar as formas de dominação social. Para que isso ocorra é necessário a reiteração constante das normas regulatórias, pois são elas que dão aos sujeitos o carimbo de “corpo normal”, normal no sentido de corpo que obedece às normas e não se classifica como forasteiro dos territórios da sexualidade.

Judith Butler (1993), pontua que ao nomear um corpo se tem como objetivo criar a materialidade dos corpos que designa os corpos a determinadas direções. Assim, o poder se instala no corpo de modo que a materialidade dos corpos não consegue se separar das normas que regulam e governam a sociedade. Desse modo, a materialidade dos corpos provoca a criação de discursos constantes que reiteram, regulam e constroem os corpos. Para a autora, esse processo de fazer desses corpos, corpos femininos ou masculinos tem como objetivo selar um destino que não pode ser contestando.

Uma vez que o próprio "sexo" seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2020, p. 111)

Ao pensar a construção da sexualidade, é necessário fundamentar que existe uma matriz excludente. Tal matriz é responsável por designar quais corpos são dignos de vida e os que não detém o mesmo privilégio, uma vez que reprodução de domínio classifica os sujeitos por meio da construção social da norma que regula a estrutura social, existe assim uma produção simultânea de seres que são abjetos e os que não são.

Judith Butler (1998), pontua que o que é considerado abjeto se classifica a partir da construção de zonas que são consideradas inóspitas e inabitáveis. O corpo abjeto é, desse modo, excluído da vida social exatamente por habitar essas zonas onde a vida é considerada inapropriada, inexistente, assim, todos

aqueles que não são considerados como sujeitos estão sobre a lógica da construção do poder.

É fundamental destacar que a construção dessas zonas inóspitas e inabitáveis são carregadas pelo discurso, visto que todo corpo regulado socialmente não existiria, você é uma produção do discurso sobre eles. Ainda segundo Judith Butler, é possível afirmar que a construção do discurso sobre o corpo, sobre o gênero e a sexualidade na sociedade contemporânea está fortemente marcado por duas estruturas: uma firmada no campo religioso e a outra no campo político.

A esfera religiosa classifica o corpo a partir do criacionismo, sobre o corpo feminino, assim como o masculino estabelecidos e determinados papéis a serem seguidos. A norma religiosa não permite que o corpo transite, uma vez que a liberdade é limitada, por mais que na esfera política as tecnologias, a liberdade, as possibilidades de vivenciar gênero e sexualidade estejam cada vez mais ampliadas, o poder regulatório estabelecido a partir do sistema religioso buscará modos de inserir os corpos da norma, uma vez que traz possibilidades de liberdade desestabilizam ideia de dominação masculina.

Em “A dominação masculina”, Pierre Bourdieu (2002), pontua que a ordem masculina é constantemente favorecida pela própria lógica de funcionamento da sociedade, uma vez que essa sociedade que constrói o corpo e a sua realidade. O corpo é assim construído socialmente, a sociedade transfere todas as expectativas, todas as regras, todos os mecanismos de controle com o objetivo de tornar o corpo um corpo aceitável, com gênero e sexualidade coerentes.

A dominação masculina, desse modo, exerce um papel fundamental na construção do gênero da sexualidade já que os sujeitos estão inseridos e padrões subjetivos que são orientados pela objetividade da dominação cotidiano. Um regulador dessa dominação é a violência simbólica que “se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação)” (BOURDIEU, 2002, p.46).

[...]com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato que se efetiva aquém da consciência [...] (BOURDIEU, 2002, p.53).

E fundamental ressaltar que a dominação masculina, assim como a violência simbólica beneficia gigantesmente determinados grupos, nossa sociedade contemporânea os grupos privilegiados são os pertencentes da elite, homens, brancos, heterossexuais. Isso ocorre segundo Bourdieu, pelo fato de a estrutura social designar o que é feminino como inferior e frágil, ao homem é designado a virilidade e a ausência de qualquer vulnerabilidade.

Heleieth Safioti (1987), argumenta que no momento que o homem percebe que pode ser prejudicado pelas mesmas discriminações que as mulheres, a estrutura da supremacia masculina cria os mecanismos de defesa. Assim, nasce e se fortalece o “poder do macho”, que afasta do homem branco todos os problemas que poderiam ser advindos de tal condicionante. É importante salientar que a autora pontua que as sociedades estão divididas em muitos tipos de dominação: “há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens” (1987, p.16). Contudo, existe uma potencialização da dominação orientada na junção do patriarcado-racismo-capitalismo

a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na ‘ordem das bicadas’ é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres. (SAFIOTI, 1987, p.16)

A dominação, desse modo, está presente em todas as classes sociais, seja nas subalternas, seja nas classes mais ricas. Contudo, é fundamental observar o modo como o poder se instala em cada sociedade, uma vez que cada realidade com o tempo os seus próprios mecanismos de dominação. Ao pensar e refletir sobre o corpo é fundamental ressaltar que os corpos abjetos, os indesejáveis, os que foram construídos para não importar, são constantemente afetados, pela desigualdade, pela discriminação e pela violência.

Como já pontuado no presente texto, os discursos produzidos em uma sociedade são rodeados de estruturas de dominação. O poder que se instala sobre o corpo tem o objetivo de construir uma lógica de funcionamento da realidade social que é fundamentado no interior de uma cultura que atribui um caráter imutável ao gênero e a sexualidade. Para tal estrutura de poder não há

outra possibilidade se não aquela designada pela própria natureza, natureza essa organizada a partir dos discursos de poder que colocam sobre o corpo os ideais de masculinização e feminização.

Toda a lógica estabelecida na construção dos corpos, ou seja, na construção da sexualidade é possível a partir do que Butler chama de materialização dos corpos. Ao tornar o corpo matéria, a sociedade assegura uma lógica de funcionamento de uma sexualidade hegemônica que é formada a partir daquilo que a própria estrutura social considera como legítimo, aceitável.

Assim, existem regras que são traçadas pela própria estrutura social que imputa sobre o indivíduo a delimitação sobre as possibilidades do corpo, do gênero, da sexualidade. Contudo, tais sequências são constantemente desobedecidas e subvertidas, uma vez que os sujeitos são participantes ativos da construção da sexualidade em seus próprios corpos, apesar dos limites estabelecidos pela matriz heterossexual que delimita os padrões a serem seguidos. (LOURO,2020 p. 17)

A autora pontua que ainda que existam normas que são reiteradas constantemente de forma compulsória com o objetivo de afirmar a heterossexualidade como única sexualidade possível. Existe paradoxalmente em todas as sociedades a possibilidade de produção de corpos para além da norma instituída, são assim, tais sujeitos, forasteiros por ultrapassarem as fronteiras da norma instituída.

É exatamente nessas fronteiras que as lógicas binárias se instam e criam as formas de regular a sexualidade a partir da construção da violência, enquanto prática e discurso. As fronteiras são sempre lugares de relações, mas também de confrontos, são zonas de liberdade e ao mesmo tempo de policiamento (LOURO, 2020, p.19), e nesse emaranhado de teias e de conexões que o dispositivo da sexualidade se constrói e se reconstrói.

Sobre as imposições e controles sobre a sexualidade, é possível identificar um poder que organiza os corpos, os da materialidade e que ultrapassa as políticas de vida. Tal condicionante, cria políticas de mortes. A necropolítica se encontra ao mesmo em oposição e complementação ao biopoder. Enquanto o biopoder funciona de modo a maximizar a política de vida com a eliminação dos anormais, o necropoder acentua a eliminação destes sujeitos como parte central das políticas de administração social.

Tal condicionante é central para pensar de que modo a precarização sobre a vida é ressaltada e estruturada. Achille Mbembe (2016), argumenta que a morte é o elemento central da sociedade contemporâneas, que se aliam aos regimes de terror, pois é necessário que o ser humano esteja “plenamente vivo no momento de morrer, estar ciente de sua morte, para viver com o sentimento de estar morrendo” (MBEMBE, 2016, p. 144).

Em relação as políticas de morte que recaem sobre a população LGBTQIA+, é possível observar que a precarização do corpo, da vida, da história, do “Rosto” está relacionada com a não identificação nesse outro de traços de humanidade. Como argumenta Butler (2011), o outro não sou eu dessa forma “a identificação sempre se baseia na diferença que busca superar, e seu propósito é alcançado apenas por meio da reintrodução da diferença que ela alega ter feito desaparecer” (BUTLER, 2011, p.28).

Essa não identificação de traços de humanidade, se revela constantemente na violência e brutalidade presente nos casos de violência LGBTfóbica. Sendo como pontua Efrem Filho (2016), o diâmetro da brutalidade se relaciona intimamente com as figuras do excesso e do inexplicável. Para o autor, essa brutalização sobre os corpos, consequência da precarização da vida, relaciona-se com a brutalização da sexualidade.

Como ressalta Berenice Bento, ao nascer já são colocados sobre os corpos marcas que produzem a inteligibilidade do gênero, as afirmações: é menino é menina, carregam uma rede complexa de desejos e expectativas para o futuro. (BENTO, 2010, p. 2) Ao não corresponder às expectativas para o seu corpo Cínara se tornou um corpo indesejado, passível de morte, com uma existência precária.

Mbembe (2016), auxilia na compreensão dos dispositivos reguladores e dos necropolíticos a partir do modo como eles se alinham dentro da sociedade. As reflexões formuladas a partir da compreensão do necropoder possibilita a distinção das técnicas de poder, de controle e de hierarquização das formas de vida presente na sociedade, identificando as estruturas de poder, que se movem e que realizam essa distinção entre aqueles que são descartáveis e aqueles que importam.

Os assassinatos relatados no capítulo 2, mostram como são estruturados os dispositivos de controle social. As instituições, como Estado, escola, forças

policiais, ao ignorar e não buscar mecanismos de controle das violências que envolvem as questões de gênero, sexualidades e identidades, fomenta os preconceitos, e faz com que a violência seja perpetuada de modo sistematizado.

Isso provoca uma perpetuação da violência. Os corpos se tornam corpos marcados, na medida em que ao ignorar a existência do problema acaba por se construir um mundo de violências que não tem fim. Para que se possa romper com esses mecanismos de controle da violência é necessário reconhecer o problema.

Mesmo em um mundo muito diverso, com constantes trocas culturais, a violência ainda é um problema persistente. Tal contradição só é possível na medida em que ao deixar que tais questões sejam repetidas pelo sendo comum a cada dia, sem que exista barreiras de combate a todos os tipos de violências. O que a acaba por impossibilitar uma vivência livre e plena da própria condição humana. Ao não se refletir criticamente sobre as questões de gênero e sexualidade e ao naturalizar preconceitos e discriminações o Estado se torna palco de intolerância e violência, o debate sobre tais problemas e tais questões são constantemente protelados.

Para Bento (2015), algumas dificuldades de se pensar e falar sobre gênero são construídas pelo fato de tal categoria estar impregnada de tal forma no inconsciente, o que dificulta a formulação de uma leitura distanciada. Contudo, esse distanciamento dos debates não afasta a violência constante que percorre essas categorias e os corpos que não se encaixam nas normas por ela estabelecida.

#### **4.2 O gênero e as marcas da vida: rompendo as normas**

Em “Problemas de Gênero” Judith Butler (2003), afirma que o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente, uma vez que sobre tal estrutura incide uma série de elementos e contextos, como as relações de classe, raça, étnicas, políticas e culturais. Tais elementos põem sobre o gênero uma variedade de interconexões que determinam o gênero como uma grande estrutura em movimento.

Sobre o gênero ou sobre as questões de gênero, uma primeira problemática a ser ressaltada é a noção binária que se estabelece entre o

masculino e feminino. Butler (2003) pontua que a noção binária de gênero revela uma estrutura de poder que organiza as relações. Não se trata apenas de um elemento cultural e sim uma estrutura politicamente organizada que vê em tal oposição uma forma de singularizar as identidades. (Butler, 2003, p. 21).

Desse modo, é possível classificar o gênero como uma estrutura inerentemente política, e que se configura de modo complexo e difícil, uma vez que leva a inúmeras formas de desigualdade e de opressão. Raewyn Connell e Rebeca Pearse (2015), ponderam que acima de tudo, o gênero é uma questão de relações sociais que se organizam dentro dos indivíduos e grupos que atuam. Assim:

O gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão. O gênero é uma estrutura social de um tipo particular – envolve uma relação específica com os corpos. (CONNELL e PEARSE, 2015. p 47)

Dessa forma, pensar gênero é pensar sobre a própria constituição dos sujeitos, uma vez que tal estrutura é uma dimensão central da vida pessoal, das relações formuladas e da cultura. A categoria gênero é um dos primeiros elementos incorporados pelos indivíduos e modula os seres durante todo o processo de socialização. Pensar gênero é pensar o modo como as sociedades são formuladas.

Um dos elementos centrais ao se pensar gênero é a construção social das desigualdades. Connell e Pearse (2015, p. 26), afirmam que a maior parte das ordens de gênero ao redor do mundo privilegia os homens, e por meio desses privilégios constroem substantivamente desvantagens para as mulheres. Tudo que se configura como feminino ou faz referência ao universo simbólico das mulheres é considerado como inferior ou de segunda ordem.

As construções sobre as questões de gênero revelam um debate que não se findou, mesmo na contemporaneidade. As tecnologias que produzem os gêneros e as sexualidade não advém da natureza, elas são produzidas socialmente, ou seja, são uma construção social, Judith Butler (2003, p. 23), afirma que a gênero é culturalmente construído e isso tem como consequência o afastamento de justificativas advindas da natureza.



As desigualdades por exemplo, não possuem justificativas baseados na vontade divina, ou no senso comum. São sempre objetos de disputas de poder, no caso das violências de gênero e sexualidade existe uma dominação patriarcal que coordena as opressões e organiza a vida coletiva a partir da centralização do poder em determinados sujeitos. Todas aquelas pessoas que não se encaixam nas fronteiras estabelecidas pelo poder patriarcal sofreram determinadas consequências.

Butler continua afirmando que é fundamental desvincular o gênero da ideia que ele é uma mera inscrição cultural do sexo. Nessa concepção, o sexo é dado como natural e o gênero como cultural, o que para autora se configura como um erro, uma vez que essas estruturas são na realidade culturais e construídas pela ordem hegemônica. (BUTLER,2003, p. 25). Nesse mesmo sentido, Simone de Beauvoir já havia alertado anteriormente o caráter cultural do sexo e do gênero.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo. (BEAUVOIR 2009, p. 267)

A autora revela o modo como o corpo recebe contornos e definições a partir da cultura socialmente estabelecida. Tanto o corpo homem, como o corpo mulher são afetados por tais elementos, uma vez que não existe um destino biológico e sim inscrições culturais que determinam os lugares a serem habitados e os modos de viver. O universo que se constrói em torno do corpo sobre, deste modo, investimentos constantes que necessitam se reiterações diárias para manter a ordem sobre os corpos.

A reiteração constante permite que as práticas, as interpelações, tais como é menino, é menina, se transformem em atos normativas de gênero. Assim, o gênero vai adquirindo uma forma socialmente aceitável. Essa forma é feita por meio de construções sociais influenciadas pela cultura. Tudo que o habitus entende por homem ou por mulher se estabelece a partir da presença de um pênis ou de uma vagina, e tal condição é revelada através da hierarquização

dos corpos. Os assassinatos de Lupita e de Paola, travestis negras e pobres revelam o modo como tal sistema de hierarquização funciona.

A sexualidade é estrutura social repressiva e controladora, é um instrumento que estabelece fronteiras: ela divide as práticas bem-educadas de todas as outras que fogem a estrutura heteronormativa. As sexualidades não normativas sobrevivem mesmo nas margens sociais. As mulheres trans e travestis que aparecem no capítulo 2 como vítimas da LGBTfobia no Piauí revelam as marcas dessa estrutura de controle.

Isso porque, a existência delas foram ao longo do tempo sendo excluídas, jogadas para as margens sociais. Os direitos são constantemente negados e fazem com que a perspectiva de vida seja minada a todo dia. Como corpo que não se encaixam na estrutura social, as vítimas que aparecem nessa análise são reflexos da perpetuação da violência.

As reportagens muitas vezes, apontam as vítimas como “o travesti” ou até mesmo como o “homem gay” pois o que marca a identidade do sujeito para a estrutura social é presença do órgão genital, do corpo matéria e em muitos casos, mesmo com a resignação sexual os sujeitos continuam a ser tratados de modo a se enquadrar nas normas de gênero.

As violências são assim diversas. O corpo é marcado por um itinerário se violência constante. Mortes como a de Makelly ou a do carteiro Helzano ainda da década de 1970, possibilitam a visualização de do caráter histórico da violência e do modo como ela atinge os corpos não hegemônicos. As afirmações, as punições e proibições, objetivam conduzir os corpos para uma estrutura única, referenciada na heterossexualidade.

A partir de Butler (2003), pode-se apontar que tal realidade é possível, pois os corpos dos sujeitos somente ganham significado quando são generificados, marcados pelo gênero. Um corpo se torna humano quando ele é definido como “menino ou “menina”. Assim, para a autora o corpo é um instrumento por meio do qual um conjunto de significados culturais são internalizados e externalizados. E todos esses significados passam a ser vivenciados como normas, que uma vez rompidas levam a múltiplas consequências como observados dos dados da violência.

Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir nunca

se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um telos a governar o processo de aculturação e construção. O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância de uma classe natural do ser (BUTLER, 2015, p. 69).

Mas, Judith Butler (2010), ressalta que mesmo com todas as regras que se impõem sobre o corpo são muitos os efeitos que recaem sobre ele. Tais efeitos somente são possíveis uma vez que sobre o gênero existe uma performatividade constante. Tal condição é produzida no interior das normas regulatórias e reguladoras da coerência de gênero orquestrados a partir das estruturas sociais. Com isso, o gênero ou a identidade de gênero é performativamente construída, não de modo livre, uma vez que os corpos estão inseridos em contextos normativos.

Butler continua pontuando que não existe sujeito que decida seu gênero, pode ser até mesmo o contrário, o gênero é parte do que decide o sujeito. Assim, o gênero é produzido por meio de relações de poder e restrições normativas que não só produzem, mas também regulam os seres corporais. (BUTLER, 2019)

Em meio a essas normas e relações de poder que regulam os corpos que a violência se instala, a violência LGBTfóbica observada nos crimes relatados no capítulo 2 carregam consigo essas marcas das relações de poder. Poder esse que enxerga no corpo LGBTQIA+ a ausência de inteligibilidade, o objetivo da norma é produzir corpos “normais”. A morte, os espancamentos, os estupros, a violência contra o corpo precário são resultados de contextos normativos que objetivam produzir gêneros inteligíveis que se classificam como aqueles que em certo sentido, mantem uma espécie de coerência e continuidade nas relações entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. (BUTLER, 2003, p.38). Nesse sentido, as noções de masculinidade, feminilidade sofrem efeitos de poder uma vez que as performatividades de gênero assim como de sexualidade são estruturas sociais.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2003, p. 195)

Nesse sentido, é possível observar que existe sobre a construção dos gêneros uma forte matriz cultural, uma vez que se não existem gêneros

verdadeiros ou falsos e sim gêneros produzidos, mesmo assim existe constantemente ataques sobre os corpos que não possuem um gênero considerado inteligível, tal fato acontece devido a relação política e formulada pela cultura. São tais relações culturais que produzem as leis sobre o significado das sexualidades e sobre os gêneros, ou seja, relação direta com os discursos produzidos no interior da estrutura social.

Paul Beatriz Preciado (2017), opõe-se a ideia de performatividade nos moldes explicitados por Judith Butler (2003). A crítica de Preciado se formula a partir do caráter discursivo do gênero, uma vez que as implicações e os efeitos sobre o gênero estão para além de consequências das práticas discursivas. Elas estão fortemente ligadas as capacidades e as possibilidades oferecidas pelas tecnologias, pelas constantes formas de padrão, violências e silenciamentos produzidos pela própria sociedade. Assim, para Preciado o gênero ultrapassa o caráter performativo e se dá na materialidade dos corpos.

O gênero não é simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria. O gênero se parece com o dildo. Ambos, afinal, vão além da imitação. Sua plasticidade carnal desestabiliza a distinção entre o imitado e o imitador, entre a verdade e a representação da verdade, entre a referência e o referente, entre a natureza e o artifício, entre os órgãos sexuais e as práticas do sexo. O gênero poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais (PRECIADO, 2017, p. 28).

É fundamental ressaltar que apesar da crítica formulado por Preciado, a materialidade dos corpos também aparece em Butler. O corpo se materializa na medida em que produz gênero e sexualidade. Para a autora, ao passo que a realidade cria sobre o gênero performatividades sociais contínuas significativas, deixa claro que as noções de sexo como algo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes não passíveis de mudanças revelam uma estratégia que tenta a todo momento ocultar o caráter performativo do gênero (BUTLER, 2003, p.38). A compreensão desse corpo como matéria, ou a materialidade presente nos corpos aparece em “Corpos que Importam” (2019), de modo a esclarecer pontos sobre como o corpo carrega as marcas dos processos de poder e da história.

Gostaria de propor, no lugar dessas concepções de construção, um retorno à noção de matéria não como local ou superfície, mas como um processo de materialização que se estabiliza, ao longo do tempo,

para produzir o efeito de demarcação, de fixidez e de superfície que chamamos de matéria. Que a matéria sempre esteja materializada é algo que, penso eu, deve ser analisado em relação aos efeitos produtivos e, de fato, materializantes do poder regulatório no sentido foucaultiano. Assim, a questão não é mais de que forma o gênero é constituído como e por meio de certa interpretação do sexo (uma pergunta que deixa a “materialidade” do sexo fora da teorização), mas mediante que normas de regulação o próprio sexo é materializado. E de que maneira o fato de entendermos a materialidade do sexo como algo dado supõe e consolida as condições normativas para que se dê tal materialização? (BUTLER, 2019, p. 31)

Assim, tanto em Preciado (2017), quanto em Butler (2003), é possível observar que o gênero não é uma substância fixa, está em constante mudanças e sofre constantes alterações, mas isso não significa que ela não possua uma materialidade. Desse modo, não há falso, nem verdadeiro, original ou imitativo, e sim um mecanismo de produção de corpos que confere a eles gêneros e sexualidades que são organizados socialmente. Com isso, a noção de performatividade carrega consigo também as marcas dos processos sociais que atingem o indivíduo.

A performatividade não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, reciprocamente, sua teatralidade ganha certa inevitabilidade dada a impossibilidade de divulgar de forma plena sua historicidade). Na teoria dos atos de fala, a performatividade é a prática discursiva que realiza ou produz aquilo que nomeia (BUTLER, 2019, p. 35)

São as repetições, as reiterações constantes que produzem e sustentam a eficiência dos atos performativos de gênero e sexualidade. As repetições demonstram o caráter não biológico do gênero, e sua composição enquanto fenômeno eminentemente social, que sofre constantes interferências da cultura, da política, dos sistemas religiosos. Desse modo, é possível indicar o gênero, bem como a sexualidade como objeto de disputa e poder.

O corpo é assim conduzido pelos processos sociais de poder, com isso, é fundamental entender o poder não como uma tecnologia de proibição, mas como uma tecnologia que faz os indivíduos produzirem segundo condições sociais específicas. A violência revelada nos crimes letais contra LGBT's no Piauí revelam essa condição produtiva do poder. O corpo tem que produzir inteligibilidade, ao passo que ele se organiza nos intervalos, nas mudanças, nas subjetividades que não se encaixam no ideal heteronormativo, ele passa a ser

considerado uma ameaça. E as ameaças devem ser eliminadas para não danificar a estrutura da heteronorma.

Outro ponto destacado por Preciado (2017) que é necessário para compreender que modo o gênero afeta a existência dos indivíduos, é fato do corpo está inscrito em um território, ou seja, os corpos são territorializados, exercem funções específicas a depender da estrutura social e dependem do modo como a identidade de gênero e a produção de certos órgãos reprodutores são concebidos como forma de normalizar os corpos. Assim, se criam mecanismos cuja função é regular e normalizar os corpos anormais. A materialidade dos corpos é produzida e regulada pelas normas sociais que se vinculam a matriz de poder dominante. Sendo assim, um efeito do poder.

As ideias de Preciado se aliam ao pensamento de Foucault sobre os dispositivos por entender que esses discursos permeiam as instituições sociais, as famílias e o até mesmo o Estado. Tais discursos podem assim ser entendidos como normativos, foram criados com objetivos estratégicos de controle e produção dos sujeitos. Os casos apresentados nesta pesquisa apontam de muitos modos como tais dispositivos agem na produção dos sujeitos. O ato de espancar uma pessoa até que toda a sua vida saia do corpo, como foi o caso de Gilson Melo, é carregado não só de ódio, raiva, preconceito, mas de discursos sociais que estabelecem sobre os corpos normas a serem seguidas.

Pontuar como tais características são marcas de uma estrutura que busca a todo momento construir um tipo de corpo que siga as mesmas normas, é fundamental para que possa visualizar nesses crimes que acontecem de modo intenso no Estado do Piauí e no Brasil como um todo, um problema a ser resolvido de modo rápido.

As normas que regulam o sexo exercem assim uma forte influência na medida em que é citada como norma e o seu poder é derivado e revelado a partir das citações que ele impõe. O discurso sobre o corpo objeto, sobre o corpo que não importa, produz efeitos que torna aquele sujeito possível ou não. No caso de crimes letais como os analisados nesta pesquisa, o discurso produzido sobre as vítimas e sobre os seus corpos é o da não importância, um corpo não viável, não possível por isso ele é eliminado, por não conseguir ser lido, pois as lentes que leem tais corpos não enxergam as memórias desse corpo, somente as normas impostas pelo poder.

Berenice Bento (2010), acrescenta que a categoria e estrutura social gênero não possui uma essência. A essência supor uma configuração natural para o fenômeno, o que não faz referência a realidade. Para a autora, ao se “formular gênero como uma repetição estilizada de atos, abre-se espaço para a inclusão de experiências de gênero que estão além de um referente biológico”. (BENTO, 2010, p. 6).

Corpo, gênero, sexualidade e subjetividade possuem um gama de interferências e significados que ultrapassam a agência, sem negar a capacidade dos sujeitos de escreverem suas histórias, contudo, isso só é possível dentro de contextos e situações específicas. O poder que regula a sexualidade e o gênero, buscam a todo momento guiar os copos para a produção de corpos inteligíveis com referência na heterossexualidade.

Assim, fica claro a multidimensionalidade das questões de gênero como apontando por Connell e Pearse (2015). As autoras ressaltam que a partir do contexto é possível observar relações de gênero distintas, os padrões se modificam a partir das culturas e dos modos de organização dos sujeitos. Dessa forma, os gêneros e as sexualidade estão constantemente sofrendo mudanças, vivendo transformações, por mais que o poder das estruturas na transformação da ação individual faça parecer que o gênero não se transforme. (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 49)

Com isso, o gênero revela o modo como as sociedades humanas criam formas de lidar com os seus corpos e com as possibilidades que ele possui. Como resalta David Le Breton (2010), o corpo é “o lugar de contato privilegiado com o mundo” e é por meio desses contatos que os sujeitos se constroem, enquanto seres sociais dotados de subjetividade, desejo, gênero e sexualidade.

#### **4.3- Olha lá mais um corpo no chão**

As teorias acima pontuadas possibilitam uma compreensão do modo como os crimes são estruturados e quais os fatores que levam ocorrência de tais crimes. O ataque motivado por questões relacionadas a LGBTfobia, uma vez que têm sua matriz no modo como gênero, a sexualidade e a subjetividade são construídas e legitimadas. Todo ataque que possui tais características é

carregado de uma matriz sexista que subjuga o corpo a uma estrutura de poder heterossexual e masculino.

Assim, pode-se apontar que a LGBTfobia é uma dimensão ou ramificação da violência de gênero, uma vez que o conceito de LGBTfobia carrega consigo a noção de sexismo, que orienta a violência e as muitas faces da violência. São atingidos pela violência todas aquelas pessoas que se aproximam de uma posição feminina em um universo que o poder pertence ao macho. Desse modo, esse tipo específico de violência se converte em tecnologia ou dispositivo de vigilância das fronteiras do gênero e da sexualidade.

Se pontua que os crimes apresentados nesta pesquisa são crimes de LGBTfobia, por carregarem consigo as marcas do ódio, da crueldade e da brutalidade que se impõem sobre os corpos que não correspondem as normas de gênero. Cada corpo carrega consigo marcas da história que é construída e o gênero, assim como a sexualidade ultrapassam os limites do corpo e se transformam em mecanismos de controle, controle esse exercido pela LGBTfobia.

a LGBTfobia vem selar a coesão entre os dominantes, e vai atingir todos aqueles que ocupam uma posição feminina: homens não-virís e que exercem práticas homoeróticas. Aqui, naturalmente, é preciso incluirmos também as mulheres e homens transexuais ou pessoas transgênero. As primeiras porque exercem papel/expressão/identidade de gênero femininos (são mulheres, portanto) e os segundos porque possuem um sexo biológico que a partir da matriz cultural hegemônica lhes impõe um gênero feminino (ainda que não seja esse o gênero com o qual se identificam e que exercem). Como ousam desafiar essa norma, sofrem igualmente a violência. (LEMOS, 2017, p. 161)

Tal controle acontece, pois existe na heteronormatividade mecanismos que buscam a todo momento produzir corpos que obedeçam às normas vigentes. Tais modos de obediência podem ser transmitidos por meio de reiterações constantes e como observado nesta pesquisa por meio da violência como forma de apagar aquilo que é considerado como inimigo.

O preconceito, a intolerância e a discriminação nesse sentido, aparecem como fatores presentes e constates nos ataques contra a comunidade LGBTQIA+. Para o criminoso, o seu preconceito aparece como forma de justiça, justiça essa que se baseia na eliminação de corpos que segundo o preconceituoso mancha a sociedade. É comum verificar em discursos LGBTfóbicos a imagem de limpeza social, como se aquele corpo não pudesse existir.



A realidade dos crimes letais com motivação LGBTfóbica só é possível a partir de construções sobre sexo, gênero e sexualidade que reproduzem a partir da heteronormatividade, ou do heteroterrorismo como pontua Bento (2010) um ideal de corpo, de história, desejo. O preconceito é assim, marca construída por meio dos discursos de poder, que estabelecem limites para se viver a sexualidade.

Presente mesmo antes de se estabelecer termos como homofobia ou lgbtfobia, a violência contra LGBT's representa uma opressão histórica, que considera tais corpos como inferiores, sem valor, corpos que não podem ser lidos nas suas singularidades, isso por não se encaixar nos ideais do gênero e sexualidade naturalizados.

A precarização se instala sobre os corpos quando o discurso dominante que é cis, hetero e masculino informa a todas as pessoas que não se encaixam nessa tríade que o seu corpo não é adequado. A todo momento esses corpos são avisados dos seus desvios, seja pelas humilhações, assédios, violências simbólicas e letais. O que se estabelece não é aceitação do que as pessoas são e sim o que elas devem ser. O “viadinho”, “seja homem”, “mulher macho” “traveco”, carregam consigo o poder de limitar a existência social de outros indivíduos que não se encaixam na norma estabelecida.

O poder do discurso que naturaliza questões como o gênero e o faz se tornar uma verdade absoluta faz com que se esqueça que se trata de imposições, de construções como alerta Butler (2003). Isso faz com que o normal e o natural se liguem a um tipo de corpo, a uma sexualidade, a um sujeito e é esse “normal” que faz com que o corpo da travesti, da transexual, da lésbica, do gay, estendido no chão se torne comum e não gere comoção social pela sua morte.

Ter suas vivências e sua existência marcadas pela ideia de anormalidade, de abjeção é ter uma vida marcada pela violência e pelo silenciamento. Se ajustar as normas de gênero não é uma possibilidade, dado que o corpo é marcado pelo modo como tais vivências são construídas. Assim, em sistema de opressão, a vida precária LGBTQIA+ é adornado pela morte, é possível dizer que tais vidas foram capturadas pela esfera da soberania e é esse poder soberano que define as vidas que importam, que possuem valor ou não. (AGAMBEN, 2002).

A expressão olha mais um corpo estirado no chão, é uma marca comum na sociedade brasileira dada a crescente violência e criminalidade. Mas, quando se trata de vidas LGBT's a precariedade se instala ao não ser concedido o direito de luto, porque é sua vida não é vista como visível (BUTLER, 2017). Isso pode ser observado na maioria dos casos apresentados no capítulo 2, o corpo de Gilson foi encontrado na rua totalmente desfigurado, Paola tem uma arma descarregada em seu corpo para impossibilita a sobrevivência, e situações semelhantes aparecem nos demais casos.

Nota-se assim, que dentro dos quadros que é possível observar e visualizar as pessoas, algumas não são apreendidas como vidas humanas. A morte de Lupita, a morte de Walteres e de Maria Eduarda é só mais uma, não gera muito sentimento de revolta, não gera comoção. Existem assim, mortes que não são passíveis de luto, essas mortes são as das pessoas pobres, periféricas, negras, LGBT's.

O que se percebe ao analisar os casos e perceber uma estrutura de controle formulada por meio do controle da sexualidade e do gênero é que as mortes apresentadas aqui não se resumem somente ao ato violento que provocou a morte, ele é só o final de uma vida de opressão, uma vida pouco vivida, uma vida condicionada e moldada para se encaixar em padrões.

Como pontua Butler (2017), a vida precária é aquela que não é reconhecida enquanto vida humana, que não existe no plano da realidade. Ela formulada ao longo da história sem direitos, sem dignidade e é nesse ponto que é possível afirmar que a morte é só mais um dos problemas enfrentados diariamente por esse grupo. As violências acompanham a trajetória de vida, começam em casa nos primeiros sinais de dissidência das normas impostas, seguem nas escolas, nas ruas, nas igrejas.

Assim, desde o primeiro sinal de não adequação ao controle, os direitos vão sendo perdidos, a vida vai deixando o corpo. E nesse sentido, quanto de vida as vítimas fatais da LGBTfobia já tinham perdido? Por mais que se saiba pouco sobre a trajetória de vida das vítimas apresentadas nesta pesquisa, é possível afirmar que muito já se tinha perdido.

Com vidas apagadas para os direitos básicos, mas bem acesas para a prática de violência, essas vidas são estruturadas como vidas que não valem a pena serem vividas e como não valem a pena elas podem ser eliminadas a todo

momento. Sua morte é uma espécie de limpeza daquilo que é considerado indesejável.

Tais questões possibilitam, mesmo que os inquéritos policiais pontuam o contrário, classificar tais crimes como lgbtfobia. O que se ataca são as identidades de gênero, o corpo que não se encaixa nos moldes estabelecidos. (CARRARA E VIANNA, 2006). A discriminação e a rejeição dos sujeitos expõem tal grupo a violência letal, de maneira que em diversos lugares e com diferentes pessoas, a violência se faz presente. O fato de a vítima pertencer a comunidade LGBTQIA+, influencia fortemente não somente a motivação dos crimes como também na investigação policial e revelam a vida precária.

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também a sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos de outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos e das que desconhecemos (BUTLER, 2017, p. 31).

Desse modo é possível perceber que a vida das vítimas da lgbtfobia não pertence a elas, é algo que é “dado” para aquelas que apreendidos pelas regras e normas de gênero. A representação da vida precária nos moldes que pontua Butler pode ser enxergado nas vítimas apresentadas nessa pesquisa. O modo como os crimes acontecem, o desinteresse policial pela investigação, revelam a ausência de importância de tais corpos.

O ponto fundamental neste capítulo é ressaltar de que modo esses crimes são carregados da violência de gênero. Pontuando que o modo como gênero, sexualidade, identidade é compreendido e estruturado por uma sociedade acaba por delimitar o modo como os corpos são compreendidos e codificados. Assim, discursos são montados para estruturar o agir/fazer dos corpos e possibilitar sua inteligibilidade ou não.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade brasileira é, sem dúvida, rodeada por diversos tipos de violência. Essa violência que é difusa, atinge as pessoas em níveis e modos distintos acaba por organizar o modo que a vida é formulada. Quando se pensa especificamente sobre a violência com caráter lgbtfóbico, é possível observar como ela possibilita a manutenção das desigualdades e elimina os corpos que são considerados indesejados.

A violência e a punição se organizam ao longo do tempo na tradição colonial brasileira na medida em que estabelece sobre os corpos os modos de controle. O sistema patriarcal determina o corpo macho como o corpo dotado de poder e todos os outros corpos que não se encaixam nessa norma sofrem com a opressão e a violência sistêmica e estrutural.

Essa violência sistêmica a violência LGBTfóbica letal se manifesta fundamentalmente por meio das práticas de crueldade. Tal crueldade é intencional e é movida por meio da intencionalidade do ator da ação. Esse tipo de violência parece totalmente determinada a eliminar a existência daquele corpo. Para que aquele corpo não exista mais na mesma sociedade que o algoz. O corpo que carrega as marcas de uma vida de sofrimento agora faz parte das estatísticas de crimes letais praticados contra esse grupo.

Tal realidade é ainda piorada na medida em que os órgãos de combate à violência ignoram a LGBTfobia como um problema real, a criminalização vinda a partir da luta dos movimentos sociais abre caminhos para que se possa construir uma sociedade realmente democrática, onde as liberdades e os direitos possam ser respeitados. O combate à violência deve ser uma luta constante, mas não só da sociedade cível, mas dos órgãos públicos e os sistemas políticos.

Este trabalho procurou fazer leituras sobre a vida LGBT's que muitas vezes não estão no centro dos debates sociais. Entender os corpos e processos que atravessam esses corpos é fundamental para que se possa buscar alternativas para o combate à violência motivada por preconceito. Entender esses corpos e esses processos é buscar alternativas, por exemplo, para o combate da precarização da vida das travestis, das pessoas trans e

homossexuais, negros, pobres e das periferias que não tem suas vidas enquadradas enquanto humanas e muito menos reconhecidas.

Esse corpo desviante das normas de gênero, que não tem todos os seus direitos garantidos e por isso tem sua existência tão facilmente eliminada é um corpo abjeto, indesejável, e que não se encaixa nos padrões e por isso é necessário construir novos processos sociais, processos esses que passem fundamentalmente pelo reconhecimento da humanidade presente em todos os corpos, em todos os desejos, em todos os gêneros.

É fundamental ressaltar o caráter mutável das estruturas sociais. A sociedade não é um organismo parado, ela se move a todo momento. A violência por preconceito aparece na estrutura social por meio do controle sobre os corpos, sobre a sexualidade e o modo como as questões de gênero são tratadas. Sendo assim, é possível construir uma estrutura social que respeite as diferenças e que não tenha em seus itinerários a violência e morte como partes estruturantes da vida social.

O corpo que se organiza nessa sociedade violenta é um corpo político, que luta de modo intenso pela garantia da sobrevivência. Atos como o legitimado pela ação do STF são fundamentais para que se possa criar possibilidades de vida em meio a processos que instrumentalizam a morte. Contudo, é fundamental buscar mais mecanismo de combate à violência que entendam as particularidades e as diferenças de cada região e conjuntura.

Este trabalho buscou entender as formas e os modos como esses crimes com motivação lgbtfóbica se configuram, seus contornos, a forma como atinge as vítimas e que são essas vítimas da violência LGBTfóbica. Com isso é possível construir alternativas para o combate a violência, construir instrumentos capazes de identificar o modo como a violência é reproduzida e assim conseguir pôr um fim no ciclo da violência.

A LGBTfobia ataca diretamente as formas de viver e praticar a sexualidade, e se configura como estruturas de coerção e de exclusão que perpetuam dentro do tecido social. A precariedade aparece como um medidor da importância que determinada vida possui e até onde essa vida irá. Com isso, o medo, a insegurança, a ausência de planos para o futuro acabam se tornando rotina na vida de pessoas que sabem que a violência de alguma forma irá atingir a sua existência.

Por isso, ações como a tipificação da LGBTfobia como crime contribui sobretudo para a garantia da cidadania como passo fundamental para o reconhecimento da humanidade presente nesses corpos. É fato que ações antes já estabelecidas vem construindo pontes para o estabelecimento de direitos fundamentais, mas uma ação que puna os criminosos nesse tipo específico de crime, contribui para o reconhecimento do problema enquanto problema da coletividade.

Como pontuado nesta pesquisa, compreender o crime motivado por preconceito é entender que tais questões revelam o modo como sociedade estrutura os seus sistemas de socialização e de controle social. Assim, questões relativas a individualidade e a subjetividade dos sujeitos acabam por se tornar uma questão de debate público. Por um lado, grupos detentores do poder e das normas buscam incessantemente meios de estabelecer controle mais rígidos para o que é considerado desviante e por outro lado grupos tem lutado pelo direito a existir, pelo direito de ter direitos.

Conhecer e reconhecer os corpos vitimados pela LGBTfobia é parte fundamental do processo de construção de uma nova estrutura social que não elimine corpos que considera indesejado, sendo esse sentimento pelo corpo construindo por meio da heteronorma. É necessário entender os corpos nas suas particularidades e no modo como eles são formulados, entender como processo e não como forma pronta para entender um único ideal.

O modo como a sociedade cria os corpos que podem ser eliminados de forma mais rápida é categorizado a partir da construção da norma. Para garantir que a sexualidade, assim como o gênero, se adeque aos discursos e ao poder regulatório das normas são produzidos constantes reiterações constantes que almejam o fortalecimento e das normas regulatórias que se direcionam a todo momento para os corpos. Para tal feito, é necessário o olhar vigilante dos agentes de controle social que buscam produzir corpos “normais.

É por meio da estruturação dessas normas que a desigualdade se fortalece enquanto mecanismos de eliminação. Eliminação essa que é cercada por muita violência e essa violência ultrapassa os limites da casa, se encontra nas ruas, nas escolas, nos hospitais e faz com que determinados corpos tenham sua vida estabelecida nas margens.

Maria Eduarda, Paola, Lupita, Gilson e Walteres são alguns desses corpos. Esses nomes revelam o modo como a violência atinge determinados corpos e faz com que esses corpos não possam desfrutar o que a vida pode oferecer de melhor. O que puderam levar da vida foram marcas da violência em seus mais variados níveis até que fim foi estabelecido por uma estrutura de eliminação de corpos desviantes.

Para essas vidas consideradas desviantes, dissidentes, a morte se estabelece como caminho. Não um caminho voluntário, é compulsório, o fim da vida das vítimas acima pontuadas não se estabeleceu somente no dia do ato, mas é uma morte cotidiana que se apresenta na negação de direitos, no apagamento e marginalização da existência, na ausência de condições mínimas para sobreviver.

O relato das notícias revela uma estrutura de extrema violência que se manifesta não só nas mortes, mas nos inquéritos sem conclusão, na relutância da polícia em classificar como LGBTfobia, mesmo quando todo o cenário aponta para tal crime. O dito e não dito deixam claro que a LGBTfobia está institucionalizada e impede que investigações possam chegar aos criminosos.

O comum a esses crimes e a não solução. Nenhum culpado foi preso, não se chegaram a conclusões e mesmo no caso de Lupita que o algoz foi encontrado, não se tem nenhuma notícia se permanece preso, se foi posto em liberdade, se foi a julgamento. Uma nuvem cinzenta é colocada sobre esses casos e eles permanecem sem solução.

Aos olhos de fora da polícia parece que não há intencionalidade da corporação em compreender o modo como esse crime é praticado e nem quem foi o praticante. O que dificulta na criação de políticas efetivas de combate à violência LGBTfóbica. A dificuldade em ter acessos a dados sobre esses crimes podem ser explicadas pela ausência de atenção dada a temática e da generalização que posta mesmo em um crime cheio de especificidades.

Assim, as políticas de violência se instalam, para corrigir as transgressões e normalizar os transgressores são construídos diariamente instrumentos de controle que tem na sua formação o objeto de construir corpos “normais”. Para tal feito, é fundamental que os corpos transgressores se transformem em corpos dóceis que aceitam as imposições de gênero e sexualidade e se adequem a normalidade que no mundo moderno é o da heteronormatividade. Eliminar um

corpo transgressor nesse modelo de sociedade pode ser enxergado, muitas vezes, como um ato de purificação social e não como um crime.

A violência LGBTfóbica observada nos crimes relatados no capítulo 2 carregam consigo essas marcas das relações de poder. Poder esse que enxerga no corpo LGBTQIA+ a ausência de inteligibilidade, o objetivo da norma é produzir corpos “normais”. A morte, os espancamentos, os estupros, a violência contra o corpo precário são resultados de contextos normativos que objetivam produzir gêneros inteligíveis que se classificam como aqueles que em certo sentido, mantem uma espécie de coerência e continuidade nas relações entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Este estudo buscou entender esses crimes na sua totalidade, com os limites estabelecidos pelo próprio contexto e agentes envolvidos na pesquisa. Contudo, é fundamental ressaltar o modo como crime acontece e de que modo as pessoas são vitimadas.

Para encerrar essas considerações finais é fundamental destacar que O Estado do Piauí no ano de 2021, elaborou um Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica. Tal pacto está sendo conduzido pela da Secretaria Estadual de Assistência Social através da Superintendência de Direitos humanos

Até o momento, 19 das 224 cidades piauienses aderiram ao Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica. O número pode parecer pouco, mas sem dúvidas representa um avanço na construção de políticas de enfrentamento a violência.

Com a assinatura do documento, as gestões municipais se comprometem em executar e promover ações de enfrentamento à LGBTfobia. Uma equipe da SASC (Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos) tem viajado o interior do Piauí para que mais municípios possam aderir ao pacto e a mesma equipe tem fornecido treinamentos e palestras sobre a temática nessas cidades que aderiram o Pacto para que essas gestões possam se instrumentalizar e promover ações de combate ao preconceito e a violência.

A construção desse pacto representa um passo para a construção de uma nova estrutura social que não elimina os corpos por meio da violência, da precarização e da marginalização. É o começo de uma caminhada que pode



trazer bons frutos para a construção da desejada cidadania plena e da garantia efetiva de direitos.

Contudo, é fundamental destacar que essas políticas de combate à violência podem ficar presas somente as secretárias de direitos humanos e assistência social. É fundamental envolver pastas como a da saúde, da segurança pública, da justiça e assim criar planos que envolvam pontos fundamentais para a garantia da vida digna.

Uma nova pesquisa sobre a violência LGBTfóbica no Piauí em anos posteriores, podem revelar uma nova estrutura social, ou apresentar um quadro de manutenção das desigualdades, mas é importante manter a esperança de melhoria, é claro sem perder os olhos da realidade que vai se construindo e reconstruindo.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Entrevista com Sérgio Adorno. Aurora. **Revista de Arte, Mídia e Política**, p. 12. 2010. Disponível em:

[https://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7\\_v\\_janeiro\\_2010/entrevistas/download/ed77\\_entrevista.pdf](https://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/entrevistas/download/ed77_entrevista.pdf). Acesso em: 20 de ago. 2020.

ADORNO, Sérgio. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. *In*: MICELI, Sérgio. **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. v. IV. São Paulo: NEV/USP, 2002

ADORNO, Sérgio. **Violência e crime**: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. [S.l.: s.n.], 2016.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Sobre políticas de governo e políticas de estado**: distinções necessárias. [S.l.]: Instituto Millenium, 2016. Disponível em: <http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-epoliticas-de-estadodistincoes-necessarias/>. Acesso em: 28 de set. 2020

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

ANCONA, Fausto. **A importância do planejamento em políticas públicas**. Disponível em: <http://www.igepri.org/observatorio/?p=5117> Acesso em: 20 de out. 2021.

AVELAR, Rezende Bruno, BRITO, Walderes, MELLO, Luiz. **A (in)segurança pública que o Estado Brasileiro oferece à população LGBT**: mapeamento crítico preliminar de políticas públicas. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/VvyXFkwTzjKXd6JHTDyQmBk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda**: a pistolagem no cenário brasileiro. Coleção Antropologia da Política, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, César; ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. *In*: MARTINS. Carlos Benedito. **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: sociologia [S.l.: s.n.], 2010

BARREIRA, César. **Crueldade**: a face inesperada da violência difusa. Revista Sociedade e Estado – v. 30, n.1 jan./abr. 2015

BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 1, Sergipe, jan./jul. 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a outra modernidade. São Paulo- editora 34, 2011.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (org.) – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

BENTO, Berenice. As tecnologias que fazem gênero. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO, 8., 2010. **Anais [...]**. Porto: FMUP, 2010.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2015.

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1993

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Coisas ditas São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo, Bertrand do Brasil, 1989

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 153-172

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. 1ª edição | Impresso em São Paulo. Novembro, 2019 crocodilo edições

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. Contemporânea, 2011, p. 13-33.

- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 1998
- CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana. Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 16(2):233-249, 2006
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- CIRINO, O. **O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault**. Mental, Barbacena, ano V, n. 8, p. 77-89, jun. 2007.
- CONNELL, Raewyn. MESSERSCHMIDT, James. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global.**, Marília. São Paulo: nVersos, 2015
- DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996.
- DUEÑAS, María Catalina Gómez. **Sexualidad y violencia**. Crímenes por prejuízo sexual en Cali. 1980 – 2000. *Revista CS*, núm. 10, julio-diciembre, 2012, pp. 169-205
- DURKHEIM, ÉMILE. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo, Edições Paulinas. 1989
- DURKHEIM, Émile. **Pragmatismo e sociologia** Porto, RES Editora. 1988
- EFREM FILHO, R. **A reivindicação da violência**: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 50, 2017.
- EFREM FILHO, R. **Corpos brutalizados**: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 46, p. 311–340, 2016.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

FACCHINI, R. **Entre compassos e descompassos**: um olhar para o "campo" e para a "arena do movimento LGBT brasileiro. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998

FOUCAULT, M. Sexualidade e poder. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

FOUCAULT, M. **Sobre a história da Sexualidade**. *In*: Microfísica do Poder. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 41.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT. Michel . **Os Anormais**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT. Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GALTUNG, J. **Violence, peace and peace research**. Journal of Peace Research. Oslo, v.6, n.3, p.167-191, set. 1969

GARTON, S. **História da sexualidade**: da Antiguidade à revolução sexual. Trad. Mário Félix. Lisboa: Editorial Estampa, 2009

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição - São Paulo: Atlas 2008.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÓMEZ, M. C. **Sexualidades y violencia**. Homicidios de población con orientación sexual y de género diversa en Cali (1980-2000). Tesis Pregrado no publicada, Universidad del Valle, Cali, Colombia. (2010).

GÓMEZ, M. M. **Violencia, homofobia y psicoanálisis**: entre lo secreto y lo público. Revista de Estudios sociales, 28, (72-82). (2007).

GONZÁLEZ. Grisales, A. L. (2011). **Seis reflexiones sobre la investigación de la crueldad en las Ciencias Sociales**. Citado en Memorias Preliminares del X Congreso Nacional de Sociología. Santiago de Cali: Universidad del Valle, Universidad Icesi, Universidad del Pacífico.

IANNI, Octávio. **Violence in contemporary society**. Estudos de Sociologia, Araraquara, n.12, p. 7-28,2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia**: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 01, 2012. p. 01

LACERDA, Paula. **O drama encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2006

LEMOS, Diego José Sousa. **Contando as mortes da violência trans-homofóbica**: uma pesquisa sociojurídica dos processos criminais na cidade do Recife e uma análise criminológico-queer da violência letal. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife /2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28348>. Acesso em 20 de fev. 2020

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista - Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Pedagogias da Sexualidade, Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOPES, Flávia Haydeé Almeida. **Morreu? Não vai dar em nada, melhor nem ter o trabalho**: uma análise dos assassinatos de travestis em Belém. Orientadora: Luanna Tomaz de Souza. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13264>. Acesso em 04 de jun. 2021.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 34ª edição – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes , 2015.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de: **'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'**. História, Ciências, Saúde—Manguinhos, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP, 2012. (Série Cadernos da Diversidade, 6).

OLIVEIRA, Roberto C. **O Trabalho do Antropólogo**: Olhar, Ouvir, Escrever. Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37

PAIVA, A. Cristian S. **A conjugalidade homossexual no sistema de gêneros e para além: micropolíticas homoeróticas**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, vol 37, n. 1, 2006. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/555>. Acesso em 15 de jan. 2022

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Os significados da morte: os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que “abalaram” o Brasil**. Tese apresentada ao Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6301>. Acesso em 10 de set, 2021.

PEÑALOZA, Hector; RINCÓN, Isaac. **Incidencia de la violencia física en la población LGBT en Ecuador**. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas* 18 (35): 129-138, julio-diciembre de 2018.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 21, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/SZBLdn3t3YNTphwRg7QCdPF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de mai. 2021

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade**. *Dossiê Violências, América Latina • Sociologias* (8) • Dez 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/bf7h6ZbrWzN4kvXnrZKbFRL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de mai. 2021

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. Práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2017

RASÊRA, Marcela. **Jornalismo Digital: do boom aos dias atuais**. Uma reflexão sobre a necessidade da convergência de meios decorrente da mudança de hábitos de consumo da notícia. *Ícone* v. 12. n.1ago - 2010

SAFFIOTI, Heleieth (1987). **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica.

SANTOS, Hélio Secretário dos. **A morte do carteiro e outras histórias: crimes e masculinidades em Teresina nas décadas de 1970 e 1980**. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/827/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_H%C3%89LIO%20SECRET%C3%81RIO.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/827/Disserta%C3%A7%C3%A3o_H%C3%89LIO%20SECRET%C3%81RIO.pdf?sequence=1). Acesso em: 10 de nov. 2021

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. 1. ed- São Paulo: boitempo, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade** /N: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado**. Pedagogias da Sexualidade, Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Wieviorka, M. **O novo paradigma da violência**. Tempo Social, 9(1), 5-41. <https://doi.org/10.1590/ts.v9i1.8643>. (1997)

Yin, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa**: Pobreza e Tráfico de Drogas. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2004